

**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO (UFRPE)  
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO  
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO (PRPPG)  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EXTENSÃO RURAL E  
DESENVOLVIMENTO LOCAL (POSMEX)**

**MÔNICA NUNES GONÇALVES**

**UM ESTUDO DA ATUAÇÃO DA EXTENSÃO RURAL EM ÁREAS  
INDÍGENAS NAS REGIÕES DO AGRESTE E SERTÃO DE PERNAMBUCO**

**RECIFE – PE**

**2013**

**MÔNICA NUNES GONÇALVES**

**UM ESTUDO DA ATUAÇÃO DA EXTENSÃO RURAL EM ÁREAS  
INDÍGENAS NAS REGIÕES DO AGRESTE E SERTÃO DE PERNAMBUCO**

Dissertação apresentada ao curso de Mestrado em Extensão Rural e Desenvolvimento Local, da Universidade Federal Rural de Pernambuco – UFRPE, como requisito parcial ao título de Mestre em Extensão Rural e Desenvolvimento Local, sob a orientação da Professora Doutora Irenilda de Souza Lima.

**RECIFE – PE**

**2013**

**UM ESTUDO DA ATUAÇÃO DA EXTENSÃO RURAL EM ÁREAS  
INDÍGENAS NAS REGIÕES DO AGRESTE E SERTÃO DE PERNAMBUCO**

**Mônica Nunes Gonçalves**

**Orientadora: Prof<sup>a</sup> Dra. Irenilda de Souza Lima**

**BANCA EXAMINADORA:**

---

Prof.<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Irenilda de Souza Lima

Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE/POSMEEX)

---

Prof. Dr. Edson Hely Silva

Universidade Federal de Pernambuco (UFPE)  
Universidade Federal de Campina Grande (UFCG/PPGH)

---

Prof. Dr. Marcelo Sabbatini

Universidade Federal de Pernambuco (UFPE/EDUMATEC)

---

Prof.<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Betânia Maciel

Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE/POSMEEX)

Aprovada no Recife, 30 de agosto de 2013

## **DEDICATÓRIA**

Dedico este trabalho a pessoas importantes em diferentes fases e saberes da vida:

Ao meu tio Jalba, esteja onde estiver, sou grata pelo seu apoio, carinho e cuidado. Saudades! *In Memoriam.*

Á Ruy Carlos, que lutou até o fim por uma Extensão Rural mais participativa e também pela vida! *In Memoriam.*

A Lucas, meu filho! Que com sua doçura me inspira e me faz acreditar que ainda é possível vencer barreiras sociais e humanas.

## AGRADECIMENTOS

Agradecer é um ato pouco ensinado e praticado nas culturas Ocidentais. Estamos sempre pedindo coisas materiais e pouco agradecendo a vida, as oportunidades, as pessoas e mesmo aos obstáculos do caminhar.

Quero agradecer a todos e todas que contribuíram nessa caminhada de percursos ricos de conhecimento, de descobertas, aprendizagens, solidão e obstáculos, pois, para o pesquisador cada passo constitui um universo de perguntas e inquietações que é desafiado a decifrar.

Agradeço também as forças espirituais e energias que nos acompanham pela caminhada... E peço permissão aos indígenas, para agradecer também aos Encantados de luz!

Agradeço a minha orientadora por estar atenta aos percalços durante o caminhar da orientação. Percebendo que além de orientadora e orientanda, somos mulheres, mães, cidadãs e profissionais. E pelos toques, quando dizia que minha “mente era muito fértil, e que deixasse as outras inquietações para o doutorado”. Meu carinho!

Ao professor Edson Silva, que encontrei em momento crucial na minha caminhada. Obrigada pelas inúmeras indicações literárias, pelos conselhos, pelos toques, pela humanidade, pela presteza, pelo conhecimento e reconhecimento de um educador que apesar de “Doutor”, sempre demonstrou simplicidade e comprometimento. Minha admiração e carinho!

A banca examinadora pelas observações pertinentes: agradeço ao professor Roberto Francisco Caporal, a professora Maria Virginia Aguiar, e ao professor Edson Silva. Também expressei meus agradecimentos à professora Betânia Maciel e ao professor Marcelo Sabbatini pelas contribuições. Obrigada a todos e todas!

Aos meus familiares, pais, irmãs e irmãos e amigos e amigas que contribuíram diretamente ou indiretamente apoiando-me na caminhada! Muito obrigada!

Aos extensionistas e agentes de extensão que mesmo distantes nesses Sertões e Agrestes afora, demonstram coragem, profissionalismo e desejo de construir uma Extensão Rural intercultural junto aos povos indígenas.

Aos povos indígenas, aos quais mantive contato nas minhas idas e vindas às aldeias. Agradeço pela oportunidade de presenciar expressões socioculturais, conversar e trocar idéias ou simplesmente observar e perceber a coragem, a luta e resistência desses povos.

As guerreiras históricas Dona Lurdes Truká, a Dorinha Pankará, a Dona Hilda Pankararu, mulheres a quem tive a honra de conversar e conhecer.

Em especial, ao amigo Nidinho “Pankararu” e a sua família que tão gentilmente acolheu-me em sua casa, mostrando a sua cultura e o modo de ser “Pankararu”.

Ao amigo extensionista Iran Ordônio, indígena da etnia Xukuru do Ororubá, meu agradecimento, admiração e amizade. Muito orgulho de tê-lo entre nós!

Ao Edgar Xukuru e ao pessoal da equipe JUPAGO por ter colaborado nas minhas idas a Pesqueira.

Aos gestores da FIDEM e em especial ao querido amigo Fernando Cavalcanti, agradeço o apoio e amizade nas viagens ao Sertão e Agreste. Sem você talvez essas idas e vindas não fossem possíveis de forma tão constante e prolongada. Meu carinho e amizade!

Aos companheiros e companheiras do POSMEX, meu agradecimento, pela troca de conhecimento e amizade. Em especial a Claudinha, Ladjane, Filipe e Josilene.

Em especial a minha querida amiga Josilene (POSMEX), cuja, amizade foi construída ao longo do mestrado através da sinceridade, do apoio e consolo mútuos nos momentos de angústias e decisões. Mas também construída pelo carinho e risadas, muitas risadas! Minha admiração pela sua honestidade, garra e integridade. Precisamos de mais pessoas como você nesse mundo!

A Margarida Barros (bibliotecária do POSMEX), pelas conversas sobre florais, e pela gentileza ao indicar e localizar os livros tão necessários para compor a teia do conhecimento no mestrado. Obrigada!

A Genil, pelo senso de justiça e apoio aos extensionistas que desejam construir e compartilhar o conhecimento para uma Extensão Rural atenta à diversidade e a sustentabilidade! Muito obrigada pelo apoio e por ter a coragem de abrir caminhos!

A Silvana Lemos, companheira desde os primeiros tempos da Extensão em Garanhuns, sempre pronta a escutar e ajudar, mesmo estando nos últimos tempos com tantas responsabilidades e ocupações... Meu agradecimento sincero e amigo.

A minha eterna professora Cátia Lira, agradeço pela disponibilidade, pelas conversas e toques. Meu carinho!

A Daniela Prado do RH/IPA, pela gentileza em prestar informações e estar sempre atenta aos prazos. Muito obrigada pela sua paciência!

Ao André Araújo (carioca), pelo sábado inteiro trocando experiências sobre Ater Indígena. Obrigada!

Ao Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural e Desenvolvimento Local (POSMEX). Agradeço aos professores e professoras que contribuíram para a minha formação e aos funcionários e funcionárias e aos bibliotecários que nos atenderam sempre prestativos.

E por último ao meu filho Lucas e ao meu esposo Breno, agradeço a compreensão das ausências, dos dias e noites sem brincadeiras, dos sábados e domingos ocupados junto aos livros... Meu amor e carinho a vocês!

## RESUMO

O presente trabalho traz elementos para as reflexões sobre os desafios da Extensão Rural, a partir da incorporação de novos segmentos a agricultura familiar, a exemplo dos povos indígenas, desde a implementação, em 2004, da Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER). Nesse sentido, tem-se discutido a construção de uma Extensão Rural que atenda às especificidades étnicas dos povos indígenas. Assim, o objetivo geral da pesquisa foi o de analisar a atuação da Extensão Rural em áreas indígenas, situadas nas regiões do Agreste e Sertão de Pernambuco e os objetivos específicos foram de: pesquisar como os profissionais da Ater percebem o trabalho da Extensão Rural em áreas indígenas; identificar as ações da Extensão Rural realizadas em áreas indígenas; identificar quais as dificuldades da atuação da Extensão Rural em áreas indígenas, e por último, compreender como os indígenas percebem a agricultura e a Extensão Rural em suas áreas. Os respectivos objetivos visaram subsidiar respostas para a pergunta de pesquisa: as ações da Extensão Rural junto aos povos indígenas tem respeitado às suas especificidades étnicas? Conceitualmente, trabalhou-se textos dos seguintes autores: João Pacheco de Oliveira, Manuel C. de Andrade, Edson Hely Silva, Maria Teresa Lousa da Fonseca, Paulo Freire, Francisco Roberto Caporal, José Antônio Costabeber, Vivien Diesel, Marcelo Miná Dias, entre outros/as. Em termos metodológicos a pesquisa caracterizou-se como exploratória e qualitativa. Na coleta de dados utilizamos: análise documental, visitas de campo e entrevistas semiestruturadas. Para a realização do estudo foi utilizada como referência a Extensão Rural estadual realizada através do Instituto Agrônomo de Pernambuco (IPA) nos municípios das regiões do Agreste e Sertão, nos quais habitam povos indígenas. De modo geral, o estudo revelou que as ações e políticas públicas realizadas pelo IPA através dos técnicos não indicam a execução de uma Ater indígena baseada na especificidade étnica e na demanda endógena desses povos, conforme prescritas na PNATER. Ressaltam-se, porém, ações pontuais de técnicos que visam favorecer um diálogo intercultural com os povos indígenas, discutindo as especificidades desses povos, na medida em que reconhecem os indígenas como público prioritário na Extensão Rural e a necessidade de se efetivar políticas e ações diferenciadas, atentas as suas expressões socioculturais.

**Palavras-chave:** Ater indígena. Povos Indígenas. Extensão Rural. Identidade Étnica.

## ABSTRACT

The present study brings us elements to reflect upon concerning challenges in Rural Extension where the incorporation of new segments involved in family agriculture are concerned, taking up the example of indigenous peoples in the period since the implementation in 2004 of the National Policy for Technical Assistance and Rural Extension (PNATER). In this direction, there has been a discussion about the construction of a Rural Extension which attends to the specific ethnic needs of indigenous peoples. Considering this discourse, the general objective of the study was to analyze the behavior of Rural Extension in indigenous areas situated in the semi-arid *Agreste* and *Sertão* Regions of Pernambuco. The specific objectives were the following: to research how professionals at ATER perceive Rural Extension work in indigenous areas; identify what difficulties exist in Rural Extension behavior in indigenous areas and, finally, to understand how indigenous people perceive agriculture and Rural Extension in their areas. These objectives were intended to support responses to the question behind the research: have Rural Extension interventions in favor of indigenous peoples respected specific ethnic qualities? The conceptual side of the work was informed by the following authors: João Pacheco de Oliveira, Manuel C. de Andrade, Edson Hely Silva, Maria Teresa Lousa da Fonseca, Paulo Freire, Francisco Roberto Caporal, José Antônio Costabeber, Vivien Diesel, Marcelo Miná Dias, amongst others. In methodological terms the research was characterized as being exploratory and qualitative. For data collection we used documental analysis, visits to the field and semi-structured interviews. To achieve the results of the study, the Rural Extension within the state was used as a reference. This was achieved through the Agronomic Institute of Pernambuco (IPA) in the municipalities of the *Agreste* and *Sertão* Regions where indigenous peoples live. In a general way, the study revealed that actions and policies carried out by IPA staff do not indicate the execution of technical assistance for indigenous people based on knowledge of specific ethnic qualities and endogenous development, as required by PNATER. What becomes very visible, on the other hand, are prompt actions by technicians who seek to favor an intercultural dialogue with indigenous peoples, discussing the specific needs of these peoples in as far as they recognize the indigenous public as a priority for Rural Extension and the need to make policies and actions effective, always paying attention to aspects of sociocultural life.

**Key-words:** Indigenous Ater. Indigenous Peoples. Rural Extension. Ethnic Identity.

## **LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS**

- ABNT** – Associação Brasileira de Normas Técnicas
- ADAGRO/PE** - Agência de Defesa e Fiscalização Agropecuária de Pernambuco
- AEGRE** - Assessoria Especial de Gênero, Raça e Etnia
- AEZM** - Articulação de Entidades da Zona da Mata
- ANCAR** – Associação Nordestina de Crédito e Assistência Técnica
- ANCAR-PE**- Associação Nordestina de Crédito e Assistência Técnica de Pernambuco
- APOINME** - Articulação dos Povos e Organizações Indígenas do Nordeste, Minas Gerais e Espírito Santo
- ARPIPAN**- Articulação dos Povos Indígenas do Pantanal
- ARPIN/SUDESTE** - Articulação dos Povos Indígenas do Sudeste
- ARPIN/SUL** - Articulação dos Povos Indígenas do Sul
- ATER**- Assistência Técnica e Extensão Rural
- CIMI** – Conselho Indigenista Missionário
- CISI**- Comissão Intersetorial de Saúde do Índio
- CMDRS** - Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável
- CNATER** - Conferência Nacional sobre Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar e Reforma Agrária
- CNDRS** - Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável
- CONDRAF** – Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável
- CNS** – Conselho Nacional de Saúde
- COIAB** - Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira
- CONTAG**- Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura
- DAP** – Declaração de Aptidão ao PRONAF
- DER** - Diretoria de Extensão Rural
- DATER** - Departamento da Assistência Técnica e Extensão Rural
- EBAPE**- Empresa de Abastecimento e Extensão Rural em Pernambuco
- EMATER** – Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural
- EMATER/PE** – Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Pernambuco
- EMBRAPA**- Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
- EMBRATER** – Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural
- ENA**- Encontro Nacional de Agroecologia

**EPI** – Equipamento de Proteção Individual

**FASER**- Federação Nacional dos Trabalhadores da Assistência Técnica e do Setor Agrícola do Brasil

**FUNAI**- Fundação Nacional do Índio

**FUNASA** – Fundação Nacional de Saúde

**IBGE**- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

**INCRA** - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

**IPA**- Instituto Agrônômico de Pernambuco

**MAPA**- Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

**ME**- Ministério da Educação

**MOPIC** - Mobilização dos Povos Indígenas do Cerrado

**MDA**- Ministério do Desenvolvimento Agrário

**MMA**- Ministério do Meio Ambiente

**MS**- Ministério da Saúde

**OIT** – Organização Internacional do Trabalho

**ONG**- Organizações não governamentais

**PAA** – Programa de Aquisição de Alimentos

**PAM** - Plano de Ação Municipal

**PAR** – Plano de Ação Regional

**PAT** – Plano Anual de Trabalho

**PERPART** – Pernambuco Participações e Investimentos

**POSMEX**-Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural e Desenvolvimento Local

**PNAE** – Programa Nacional de Alimentação Escolar

**PNATER**- Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural

**PPA** – Plano Plurianual

**PPIGRE** - Programa de Promoção da Igualdade de Gênero, Raça e Etnia

**PRONAF** – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

**PRONATER** - Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar e Reforma Agrária

**SAF** - Secretaria de Agricultura Familiar

**SARA** – Secretaria de Agricultura e Reforma Agrária

**SEAGRI/AL** – Secretaria de Agricultura de Alagoas

**SEPLAG** - Secretaria de Planejamento e Gestão

**SENAR** - Serviço Nacional de Aprendizagem Rural

**SISBRATER** - Sistema Brasileiro de Assistência Técnica e Extensão Rural

**SPI**- Serviço de Proteção ao Índio

**TI** - Terras Indígenas

**UFAM** – Universidade Federal do Amazonas

**UFPE**- Universidade Federal de Pernambuco

**UFRPE**-Universidade Federal Rural de Pernambuco

**UNB** – Universidade de Brasília

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b>	14
Itinerário metodológico: construindo caminhos	17

### **CAPÍTULO I**

#### **A presença e a participação dos indígenas no Nordeste na História do Brasil: herança colonial, mobilizações/resistência e afirmações étnicas**

1.1. Algumas considerações sobre a presença/desaparecimento dos índios na História do Brasil/Nordeste	28
1.2. Litoral: o açúcar amargo da colonização	31
1.3. Rumo ao Agreste e Sertão: as invasões pelas fazendas de gado	37
1.4. De aldeados a moradores de vilas: o índio continuava “incivilizado”	40
1.5. Afirmações étnicas e os povos indígenas no Nordeste na atualidade	45
1.5.1. Os povos indígenas em Pernambuco	51

### **CAPÍTULO II**

#### **Extensão Rural e povos indígenas: possíveis diálogos**

2.1. Extensão Rural: novas temáticas, novos desafios	56
2.2. Diálogos possíveis entre a Extensão Rural e povos indígenas	63
2.3. Contribuições da PNATER e a Lei de Ater nº 12.188/2010	69
2.4. Antecedentes históricos para a construção de uma Ater Indígena	73
2.5. Ater Indígena no âmbito do MDA: experiências e aprendizagens	77
2.6. Redes Temáticas de Ater: possibilidades de diálogos institucionais	80
2.6.1. Rede Temática de Ater indígena: limites e possibilidades	82
2.6.2. A experiência da Rede Temática de Ater indígena em Pernambuco	85

### **CAPÍTULO III**

#### **Discutindo a atuação da Extensão Rural em áreas indígenas**

3.1. Um pouco das memórias e da história da Extensão Rural em Pernambuco	93
3.1.2. Uma história mais recente	98
3.2. Algumas informações sobre a Extensão Rural em áreas indígenas	100
3.2.1. As ações, subações e programas da Extensão Rural	101
3.3. Perfil dos profissionais de Ater: experiências e conhecimentos	105
3.4. Concepções dos profissionais de Ater sobre os índios no NE/PE	110
3.5. Profissionais de Ater: percepções sobre povos indígenas e agricultura	113
3.5.1. Profissionais de Ater: percepções sobre às especificidades étnicas	117
3.5.2. Profissionais de Ater: atuação da Extensão Rural em áreas indígenas	120
3.6. Abordagem da Extensão Rural em áreas indígenas	121
3.7. Políticas públicas para a agricultura familiar em áreas indígenas	125
3.8. Dificuldades da Extensão Rural em áreas indígenas	138
3.9. Um olhar dos indígenas sobre a agricultura e a Extensão Rural	141
<b>CONCLUSÕES</b>	150

<b>REFERÊNCIAS</b>	158
<b>APÊNDICE A</b> - Roteiro de entrevista: lideranças/caciques/agricultores	166
<b>APÊNDICE B</b> - Roteiro de entrevista: profissionais de Ater /IPA	168
<b>APÊNDICE C</b> - Roteiro de entrevista: gestores/as	170
<b>APÊNDICE D</b> - Roteiro de entrevista: articulador da RT de Ater indígena	171
<b>APÊNDICE E</b> - Fotografias	172

## INTRODUÇÃO

Durante décadas as ações da Extensão Rural foram marcadas pela teoria da difusão de inovações “[...] o que levou os extensionistas a voltar sua atenção para a transferência de tecnologia, tendo como objetivo a ‘modernização conservadora’ da agricultura.” (CAPORAL; RAMOS, 2006, p.31). Sendo assim, as desigualdades sociais e contradições do meio rural, não faziam parte da agenda extensionista, na medida em que temas como reforma agrária e pobreza, entre outros, não eram problematizados e relacionados às condições em que viviam homens e mulheres do campo. Como afirmou Callou (2006), “não é ao acaso, [...] que a Extensão Rural dá as costas ao movimento camponês do Nordeste, representado pelas ligas camponesas e pelos sindicatos apoiados pela Igreja Católica. A Extensão não se interessa pela reforma agrária [...]” (CALLOU, 2006, p.93-94).

É importante ressaltar que nesse período as orientações teórico-metodológicas dos extensionistas pautavam-se por uma relação unilateral, na medida em que o saber científico do extensionista era considerado superior ao saber do agricultor, ou seja, na perspectiva de Freire, P., (2002), os agricultores eram vistos como meros depósitos de conhecimentos. Sobre esse aspecto, de transmissão unilateral do conhecimento, Freire P., (2002, p. 27) refletiu que “o conhecimento do mundo é tomado como algo que deve ser transferido e depositado nos educandos. Este é um modo estático, [...], de entender o conhecimento que desconhece a confrontação com o mundo [...]”

Como educador Paulo Freire trouxe importantes contribuições para a Extensão Rural, propondo um novo olhar sobre o conceito da Extensão e suas práticas metodológicas, na medida em que criticou as relações de subalternidade entre o agrônomo e os agricultores, pautadas em uma educação que denominou de bancária. O referido educador compreendia que no processo educativo deveriam ser considerados a visão de mundo e a realidade na qual estariam inseridas os educandos, portanto, se contrapondo ao conceito de Extensão como invasão cultural. Desse modo, o diálogo seria a base de uma autêntica educação. Assim, ser dialógico para Freire P., (2002, p. 43) é “vivenciar o diálogo [...] é empenhar-se na transformação constante da realidade.” Uma vez que o diálogo é o encontro, proporcionando a transformação que humaniza a todos. (FREIRE, P., 2002).

Sobre as influências e contribuições de Paulo Freire à Extensão Rural, Caporal e Ramos (2006, p. 32) descreveram a trajetória de organizações e extensionistas no esforço de incorporar na prática cotidiana as concepções dialógicas e humanistas:

[...] transformações que ocorreram ao longo do tempo e que se manifestaram na prática de algumas organizações não-governamentais (ONGs), de alguns agricultores e de alguns extensionistas, que traçaram um caminho diferenciado, tanto nos conceitos e metodologias adotados, como na prática experimental. No entanto, tais esforços representavam ações específicas e localizadas.

Com as críticas estabelecidas, constata-se que “o modelo histórico da Extensão Rural, no Brasil, já não atendia às demandas da sociedade, como também não era pensado para dar conta da complexidade e das crescentes mudanças ocorridas no meio rural.” (CAPORAL; RAMOS, 2006, p. 32).

Desse modo, a conjuntura sociopolítica do final dos anos 1980, com a democratização do país, tendo como resultado a Constituição Federal em 1988, a crise socioeconômica, ambiental, cultural dos anos 1990, a emergência dos movimentos sociais, ambientais e setoriais, em conjunto com as críticas ao “modelo da Extensão Rural”, realizadas pelas organizações da sociedade civil organizada ligadas ao meio rural e intelectuais, demandam uma nova Ater que contemple outros segmentos da agricultura no Brasil, além dos tradicionais produtores rurais.

A reorientação de uma nova Ater, portanto, torna-se mais evidente a partir da implementação, em 2004, da Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER), que para dar conta das novas temáticas e desafios incorpora os segmentos da agricultura familiar, a exemplo dos ribeirinhos, pescadores artesanais, seringueiros, povos da floresta, extrativistas, assentados da reforma agrária, quilombolas e povos indígenas. Esses segmentos não só foram inseridos como público da Extensão Rural como também passam a ser reconhecidos nas suas especificidades, tendo prioridade nas ações de extensão, a exemplo dos quilombolas e povos indígenas. (BRASIL, 2008).

O direito à Assistência Técnica e Extensão Rural voltado aos produtores e comunidades rurais, garantido desde a Lei 8.171, de 17 de janeiro de 1991, que dispõe sobre a política agrícola, conforme capítulo V, artigo 16<sup>1</sup>, a partir da PNATER, é

---

<sup>1</sup>De acordo com a Lei 8.171, de 17/01/1991, a política agrícola não denomina no referido artigo outros segmentos da agricultura familiar, caracterizando de uma forma geral os produtores rurais, conforme observado no texto: Art. 16. A assistência técnica e extensão rural buscarão viabilizar, com o produtor

reconhecido e garantido a outros segmentos da agricultura familiar, entre eles os povos indígenas.

Nessa perspectiva, os direitos desses povos, como beneficiários da Ater, foram reafirmados através do Art. 5<sup>2</sup>, inciso I, da Lei de Ater 12.188, de 11 de janeiro de 2010, que instituiu a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária e o Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar e Reforma Agrária – PRONATER.

No âmbito do Governo Federal, o Ministério do Desenvolvimento Agrário, a partir de 2004, incorporou ações voltadas para os povos indígenas. No entanto, é a partir de 2008, através das Redes Temáticas, que trazem temas que institucionalmente não eram incorporados nas ações dos órgãos estatais, tais como Agroecologia, gênero, povos indígenas, que começam a se estabelecer um diálogo mais evidente com as EMATERs. Em específico, a Rede Temática de Ater junto aos povos indígenas, irá delinear um diálogo entre a Extensão e os povos indígenas.

Assim, a prática extensionista atualmente vem se deparando com novos desafios em relação a sua atuação, devido à complexidade e diversidade dos segmentos da agricultura familiar, na medida em que vem agregando novas temáticas que respondam às demandas desse público, frente às exigências contemporâneas de um desenvolvimento rural sustentável.

Nessa perspectiva, surgiram na Extensão temáticas relacionadas às questões socioambientais que não estão vinculadas propriamente à agropecuária e ao crédito, tais como: gestão e conflitos territoriais, gênero, etnias, sustentabilidade, racismo ambiental, segurança alimentar e nutricional, atividades não agrícolas como artesanato e turismo, identidade étnica, economia solidária, etnodesenvolvimento, geração, entre outras.

Constata-se, nesse sentido, o papel fundamental da Ater de apoiar os povos indígenas nas ações de gestão territorial, de preservação dos seus recursos naturais e dos conhecimentos ecológicos e tradicionais, de forma a garantir ações produtivas

---

rural, proprietário ou não, suas famílias e organizações, soluções adequadas a seus problemas de produção, gerência, beneficiamento, armazenamento, comercialização, industrialização, eletrificação, consumo, bem-estar e preservação do meio ambiente.

<sup>2</sup> De acordo com a Lei 12.188, de 11/01/2010, o capítulo I, Art. 5º, trata como beneficiários da PNATER: os assentados da reforma agrária, os povos indígenas, os remanescentes de quilombos e os demais povos e comunidades tradicionais, os agricultores familiares ou empreendimentos familiares rurais, os silvicultores, aquicultores, extrativistas e pescadores, bem como beneficiários de programas de colonização e irrigação.

ecologicamente saudáveis em áreas que sofreram as consequências da Revolução Verde.

Diante desse cenário, uma questão chamou a atenção para uma investigação mais aprofundada, frente a essa nova realidade da Extensão: as ações da Extensão Rural junto aos povos indígenas tem respeitado às suas especificidades étnicas?

De modo a produzirmos elementos a problemática em questão, a pesquisa foi caracterizada como exploratória e qualitativa, utilizando como referência para o estudo a Extensão Rural estatal realizada através do Instituto Agrônomo de Pernambuco (IPA) nos municípios nos quais habitam povos indígenas.

Portanto, o objetivo geral foi analisar a atuação da Extensão Rural em áreas indígenas, situadas nas regiões do Agreste e Sertão de Pernambuco, e para tal visam-se especificamente: a) pesquisar como os profissionais da Ater percebem o trabalho de Extensão Rural em áreas indígenas; b) identificar as ações da Extensão Rural realizadas em áreas indígenas; c) identificar quais as dificuldades da atuação da Extensão Rural em áreas indígenas e por último c) compreender como os indígenas percebem a agricultura e a Extensão Rural em suas áreas.

A presente pesquisa torna-se relevante para o Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural e Desenvolvimento Local (POSMEEX), da Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE), na medida em que a temática se insere em uma de suas linhas de pesquisa e nos remete aos debates e a contribuição para uma Extensão Rural baseada no respeito à diversidade cultural.

### **Itinerário metodológico: construindo caminhos**

A pesquisa não é só a “busca de conhecimento, mas igualmente uma atitude política, sem reducionismo e embaralhamento, num todo só dialético.” (DEMO, 2005, p. 16). Partindo dessa compreensão, o interesse e a motivação do presente trabalho surgiu da identificação da autora com os povos indígenas e com temas socioambientais que estiveram presentes durante a formação profissional e trajetória pessoal desta pesquisadora. Uma vez que, ao especializar-me em Educação Ambiental, interessei-me pela temática do uso de plantas medicinais pelas comunidades remanescentes de quilombos e povos indígenas.

Em 2006, participei do II Encontro Nacional de Agroecologia (ENA), que ocorreu em Recife, reunindo movimentos sociais do campo, sindicatos rurais,

agricultores/as, comunidades tradicionais, técnicos/as de organizações governamentais e não governamentais, estudantes, intelectuais do campo do saber Agroecológico e povos indígenas. Naquele momento, exercia a função de Secretária Executiva da Articulação de Entidades na Zona da Mata de Pernambuco (AEZM/PE), e, junto ao Centro de Desenvolvimento Agroecológico Sabiá e outras entidades, participei ativamente do processo de organização do ENA. Através do respectivo evento, tive oportunidade de estabelecer um contato mais próximo com os povos indígenas e aprender um pouco mais sobre o conhecimento tradicional relacionado às plantas medicinais.

Durante o evento, presenciei junto aos indígenas várias situações em que técnicos/as, estudantes, agricultores/as de outras partes do país e mesmo de Pernambuco direcionavam perguntas curiosas aos índios, entre elas, sobre a existência de povos indígenas em Pernambuco e no Nordeste. Essas “questões” voltariam a minha memória posteriormente, e me inspirariam na construção inicial sobre a problemática da pesquisa em diálogo com o momento atual experienciado na Extensão Rural. Nessa perspectiva, a pesquisa, segundo Demo (2005, p. 36) pode ser um “diálogo inteligente com a realidade [...]”.

Ainda no ano de 2006, fui aprovada através de concurso público para o quadro dos servidores do Instituto Agrônomo de Pernambuco (IPA), onde planejei retomar os estudos sobre plantas medicinais e sua relação com comunidades tradicionais e povos indígenas. Entre 2007 e 2009, realizei alguns trabalhos sobre plantas medicinais com grupos dos segmentos da agricultura familiar, aproximando-me de comunidades quilombolas da região do Agreste. No entanto, os povos indígenas ainda estavam distantes geograficamente e cotidianamente da minha prática profissional na Extensão.

Em 2010, através do IPA, realizei o curso “Ervas medicinais e fitoterápicos”, e comecei a participar da Rede Temática de Formação de Agentes de Ater<sup>3</sup>, trocando experiências com extensionistas de todos os estados do Brasil através de reuniões presenciais em Brasília, em que percebi as dificuldades, os limites e possibilidades enfrentadas no cotidiano da Extensão Rural dentro de contextos regionais. Em Recife, tive a oportunidade de trocar ideias com articuladores/as de outras Redes Temáticas, e

---

<sup>3</sup>De acordo com informações no site do MDA, a rede tem como objetivo central o apoio à qualificação profissional dos agentes de Extensão Rural, bem como a contribuição dos articuladores, em suas próprias entidades, no sentido da melhor gestão das ações de capacitação de técnicos e agricultores, com base nas orientações da PNATER e nos princípios da Agroecologia. Fonte: MDA. Disponível em: [http://www.territoriosdacidadania.gov.br/dotlm/clubs/redestematicasdeater/formaodeagentesdeater/one-community?page\\_num=0](http://www.territoriosdacidadania.gov.br/dotlm/clubs/redestematicasdeater/formaodeagentesdeater/one-community?page_num=0)>. Acesso em: 24/07/2012.

pude perceber ao mesmo tempo distanciamentos e aproximações entre as Redes, que lidavam com o mesmo público: os segmentos da agricultura familiar.

Entre os inúmeros desafios observados, as maiores dificuldades que as Redes Temáticas enfrentavam era colocar em prática as ações construídas e discutidas com outros/as articuladores/as estaduais, nacionais e públicos específicos. Os motivos eram diversos: problemas operacionais, dificuldades na prestação de contas, falta de qualificação dos recursos humanos, cultura institucional incompatível com a temática abordada, entre outros. Uma das Redes Temáticas chamou-me especialmente a atenção pelo aparente isolamento e dificuldades em que se encontrava: a Rede Temática de Ater indígena<sup>4</sup>.

A partir do momento em que tomei conhecimento das dificuldades institucionais em operacionalizar a Ater junto aos povos indígenas, senti a necessidade de conhecer melhor, através dos extensionistas e técnicos/as agrícolas, como se dava a atuação no cotidiano da Extensão Rural em áreas indígenas e compreender como esses povos internalizavam questões relacionadas a Ater. Surgia a semente dos questionamentos que requeriam um entendimento da pesquisa como diálogo, em que existem falas contrárias entre os “atores que se encontram e se defrontam.” (DEMO, 2005, p.36).

As experiências e as inquietações puderam ser sistematizadas através do ingresso, em 2011, no Mestrado em Extensão Rural e Desenvolvimento Local, quando, no decorrer do mesmo, amadureci questões relacionadas à Extensão Rural e aos povos indígenas, uma vez que é pela atividade científica que descobrimos a realidade. (DEMO, 1989).

Assim, o estudo sistematizado se caracteriza por ser uma pesquisa de abordagem qualitativa, uma vez que, ao descrever a complexidade de determinado problema e relacionar as suas variáveis, contribui no processo de mudança de determinado grupo social e possibilita, em maior nível de profundidade, o entendimento das particularidades do comportamento dos indivíduos. (RICHARDSON, 1989). Ainda sobre pesquisa qualitativa, Lima e De Jesus (2006, p.23) afirmam que a pesquisa qualitativa está “geralmente associada às ideias de pós-modernidade e aos paradigmas

---

<sup>4</sup>No site do MDA, há várias denominações para designar essa Rede Temática: “Ater indígena”, “para as populações indígenas”, “Extensão Rural junto aos povos indígenas.” Desse modo, poderão ser utilizadas as várias denominações descritas no site. No texto, as expressões mais utilizadas serão: Rede Temática de Ater indígena ou Rede Temática de Ater junto aos povos indígenas.

interpretativos; os dados geralmente são reportados em linguagem natural e tende a usar na análise a lógica argumentativa.”

Esse estudo também tem um caráter exploratório, uma vez que essa pesquisa é “desenvolvida com o objetivo de proporcionar visão geral, e [...] realizado especialmente quando o tema escolhido é pouco explorado e torna-se difícil sobre ele formular hipóteses precisas e operacionalizáveis.” (GIL, 2006, p.43).

Visando atender a uma melhor compreensão das etapas da pesquisa, considerando as bases e o itinerário metodológico, para efeito didático, o estudo foi dividido em três etapas, que por sua vez se subdividem em fases:

Na primeira etapa, dividimos esse momento em quatro fases: na primeira fase, considerando que através de pesquisas e entrevistas não foram encontrados projetos, programas ou orientações aos procedimentos de ações em relação a Ater indígena<sup>5</sup> do Instituto Agrônomo de Pernambuco (IPA), além do fator ausência de estudos acadêmicos que se reportem a Extensão Rural estadual e povos indígenas no estado de Pernambuco, realizamos as primeiras impressões sobre as atividades da Extensão Rural nessas áreas, a partir de conversas informais com pessoas chave nesse processo, a exemplo do articulador estadual da Rede Temática de Ater junto aos povos indígenas, e alguns profissionais de Ater (extensionistas e técnicos agrícolas). As ações iniciais de aproximação e identificação dos profissionais de Ater que atuam nos municípios em que habitam povos indígenas foram realizadas em dois momentos: no V Seminário de Extensão Rural em Pernambuco, realizado no município de Gravatá e no II Seminário de Ater indígena, realizado no município de Carnaubeira da Penha, ambos no ano de 2012, nos quais respectivamente encontramos profissionais oriundos dos municípios do Agreste e Sertão.

É necessário compreender que as ações de Assistência Técnica e Extensão Rural (Ater) estadual são realizadas através do Instituto Agrônomo de Pernambuco, que possui escritórios municipais em 182 municípios do estado, atendendo às populações das áreas rurais através de profissionais provenientes das Ciências Agrárias<sup>6</sup> e Humanas<sup>7</sup>. Do quantitativo dos municípios citados, fazem parte da nossa pesquisa 14

---

<sup>5</sup>Informações obtidas a partir de entrevistas com o gestor regional e o articulador estadual da Rede Temática de Ater junto aos povos indígenas em Pernambuco.

<sup>6</sup>Referimo-nos aos profissionais das Ciências Agrárias, a exemplo dos engenheiros agrônomos, médicos veterinários, engenheiro de pesca, zootecistas e técnicos agrícolas/agropecuários.

<sup>7</sup> Referimo-nos aos profissionais das Ciências Humanas e Sociais Aplicadas, a exemplo dos assistentes sociais, sociólogos e economistas domésticos, com a informação complementar de que o quantitativo dos respectivos técnicos é irrelevante frente ao número de profissionais das Ciências Agrárias.

que são habitados por povos indígenas, e atendidos apenas por profissionais oriundos das Ciências Agrárias.

Destes, cinco estão localizados na região do Agreste: Águas Belas, Buíque, Pesqueira, Poção, Tupanatinga e os outros nove estão localizados no Sertão: Cabrobó, Carnaubeira da Penha, Floresta, Ibimirim, Inajá, Jatobá, Orocó, Petrolândia, Tacaratu.

Desse modo, para a presente pesquisa, elegemos analisar a atuação da Extensão Rural em áreas indígenas através dos profissionais de Ater que atuam nos respectivos municípios.

O estudo nessas áreas tornou-se relevante, uma vez que não possuíamos material sistematizado da atuação da Ater estadual em áreas indígenas no estado, contribuindo para a identificação de um cenário geral da atuação e das políticas públicas da agricultura familiar implementadas nessas áreas. De uma forma geral, também se observou no decorrer de pesquisas bibliográficas que a relação entre Extensão Rural e povos indígenas ainda é pouco sistematizada, carecendo de estudos e reflexões. Outro aspecto importante para a pesquisa diz respeito aos eventos e ações nos últimos anos, que vêm colocando Pernambuco em destaque, em âmbito nacional nas discussões da Ater indígena. Na medida em que foi um dos primeiros estados a realizar o I Seminário de Ater Indígena de Pernambuco, em 2008, e um dos dois únicos estados<sup>8</sup> a realizar um debate anterior à 1ª Conferência Nacional sobre Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar e Reforma Agrária (CNATER), a exemplo do II Seminário de Ater Indígena em Pernambuco, realizado em 2012.

A segunda fase se caracterizou pela aproximação com lideranças indígenas de algumas etnias (Fulni-ô, Pankará, Pankararu, Truká, Pankararu Entre Serras<sup>9</sup>, Xukuru do Ororubá), através do II Seminário de Ater Indígena, realizado no município de Carnaubeira da Penha. O contato com as lideranças do povo Atikum e Kapinawá foram realizadas no decorrer da pesquisa.

A terceira fase foi o reconhecimento de áreas indígenas do povo Pankararu e Pankararu Entre Serras, localizadas nos municípios de Petrolândia, Tacaratu e Jatobá, localizadas no Sertão. Por reconhecer as especificidades socioculturais dos povos indígenas, principalmente nos trabalhos em Extensão Rural, naquele momento era necessário vivenciar experiências nas áreas indígenas. Para a realização das visitas e

---

<sup>8</sup> O outro estado que realizou o Seminário foi Roraima.

<sup>9</sup> Encontramos na literatura se referindo ao povo Pankararu, duas formas: Pankararu Entre Serras e Entre Serras Pankararu. Optou-se pela nomenclatura Pankararu Entre Serras.

vivência que duraram sete dias, as respectivas áreas indígenas foram escolhidas devido à importância histórica, abrangência geográfica e participação das lideranças nas discussões de Ater indígena através dos seminários.

Assim, foram vivenciadas conversas com lideranças e agricultores indígenas sobre o cotidiano, seus rituais, crenças, tradições, dificuldades em relação às práticas da agricultura, suas relações com a Natureza e os Encantados de Luz<sup>10</sup>. Todo esse universo estava entrelaçado com as imagens, histórias e paisagens das aldeias através da casa de farinha desativada por conta da seca, a pedra do índio nos Pankararu, o Posto da Fundação Nacional do Índio (FUNAI), as áreas de mata, as pequenas igrejas da Assembleia de Deus aqui e acolá nas áreas e as cruzes de madeira com suas oferendas nas estradas representando as expressões socioreligiosas. Desse modo, tudo estava correlacionado com a trajetória histórica, emergindo significados e simbologias que necessitam serem compreendidas, percebidas e respeitadas pelos profissionais de Ater que atuam em áreas indígenas.

Nas respectivas fases, utilizamos a técnica da observação direta não estruturada, com anotações no diário de campo. Uma vez que, de acordo com Morin (2004, p. 114), “a complexidade do real nos ensina que uma só ferramenta não basta para abordar, compreender e mudar alguma coisa.” Ainda em relação à observação, Dihel e Tatim (2004, p.71-72) a caracterizam como uma “técnica de coleta de dados para conseguir informações que utiliza os sentidos na obtenção de determinados aspectos da realidade. Não consiste apenas em ver e ouvir, mas também em examinar fatos [...] que se deseja estudar.”

A quarta fase se constituiu na delimitação do universo da pesquisa, de forma que optamos por trabalhar com a Extensão Rural estadual, que operacionaliza suas ações através do IPA, conforme mencionado anteriormente, por conta da abrangência geográfica da empresa e de seu corpo técnico. De modo que, optamos por trabalhar com profissionais de Ater que representassem os 14 municípios escolhidos na pesquisa, e o maior número possível de indígenas de diferentes etnias.

Assim, realizamos a pesquisa com profissionais de Ater (extensionistas e técnicos agrícolas/agropecuários) lotados nos municípios das regiões do Agreste

---

<sup>10</sup> O relatório de denúncia sobre Povos Indígenas do Nordeste Impactados com a Transposição do Rio São Francisco elaborado por entidades como APOIME e CIMI, destaca duas definições sobre os encantados que na realidade se complementam: segundo José Mauricio Arruti os Encantados são índios vivos que se encantaram, voluntária ou involuntariamente e, por isso, o culto a eles, como insistem os Pankararu, não pode ser confundido com o culto aos mortos. Juracy Marques complementa que os encantados são forças espirituais associados aos animais e plantas.

(Buíque, Pesqueira, Tupanatinga, Poção e Águas Belas) e do Sertão (Carnaubeira da Penha, Cabrobó, Ibimirim, Inajá, Floresta, Jatobá, Orocó, Petrolândia, Tacaratu). Dos 12 povos indígenas em Pernambuco, os índios pesquisados pertencem as etnias Atikum, Fulni-ô, Pankararu, Pankararu Entre Serras, Xukuru do Ororubá, Truká, Pankará, Kapinawá.

Em relação à segunda etapa, iremos considerar três fases: a primeira fase está relacionada à coleta de informações por meio de dados secundários, ou seja, pesquisa bibliográfica, “sendo desenvolvida a partir de material já elaborado, constituído de livros e artigos científicos.” (DIEHL; TATIM, 2004, p. 58), e pesquisa documental, que “vale-se de materiais que ainda não receberam tratamento analítico, ou que ainda podem ser reelaborados de acordo com os objetivos do trabalho,” tendo como exemplos diagnósticos, informações de sites, etc. (DIEHL; TATIM, 2004, p.59).

A segunda fase diz respeito à elaboração de entrevistas semiestruturadas, que tem a função de recolher informações, e é considerado por Diehl e Tatim (2004, p. 66) como:

Um procedimento utilizado na investigação social, para a coleta de dados ou para ajudar no diagnóstico ou no tratamento de um problema social. É possível direcionar-se para a averiguação de fatos, a determinação de opiniões sobre fatos, a identificação de sentimentos, a descoberta de planos de ação, conduta atual ou do passado e os motivos conscientes para as opiniões, sentimentos, sistemas ou condutas.

Segundo Richardson (1989, p. 41), as entrevistas “são adequadas para adentrar a complexidade de um problema.” É importante ressaltar que foi elaborado e aplicado um roteiro teste de perguntas semiestruturadas, voltado para os profissionais de Ater com o objetivo de avaliar a instrumentalidade do mesmo. As entrevistas semiestruturadas a partir de um roteiro definitivo foram aplicadas posteriormente com os profissionais de Ater (extensionistas e técnicos agrícolas/agropecuários). Para a referida fase, que diz respeito às entrevistas semiestruturadas, foram determinadas quatro categorias de entrevistados/as: a) profissionais de Ater<sup>11</sup> que atuam em municípios nos quais habitam povos indígenas, sendo cada profissional entrevistado correspondente a pelo menos um dos 14 municípios estudados; b) um articulador da

---

<sup>11</sup> Denominamos profissionais de Ater os extensionistas (nível superior) e técnicos agrícolas (nível médio), para efeito didático, uma vez que o IPA classifica no seu quadro funcional os extensionistas, como profissionais de nível superior, e os agentes de extensão como de nível médio. Em alguns momentos, também utilizaremos a nomenclatura técnico para denominar tanto os profissionais de nível superior, quanto de nível médio.

Rede de Ater Indígena; e, c) 17 indígenas divididos entre caciques, lideranças e agricultores/as das etnias Fulni-ô, Atikum, Kapinawá, Xukuru do Ororubá, Truká, Pankararu, Pankararu Entre Serras, Pankará; e, d) dois gestores/as.

Em relação às categorias dos gestores e das lideranças, caciques e agricultores/as indígenas, utilizamos os critérios de amostras intencionais ou por tipicidade, que, de acordo com Gil (2006, p.104), “[...] consiste em selecionar um subgrupo da população que, com base nas informações disponíveis, possa ser considerado representativo de toda a população.” É importante observar que apesar das categorias indígenas serem intencionais, os/as informantes foram escolhidos aleatoriamente, para que as fontes fossem as mais fidedignas possíveis.

Queremos ressaltar que, apesar da abrangência geográfica, foi possível realizar as entrevistas pessoalmente com os técnicos de duas formas: comparecendo ao centro de treinamento do IPA, localizado em Carpina, no qual encontravam-se alguns técnicos das regiões do Agreste e Sertão, de modo que as entrevistas foram realizadas no período de cinco dias, e, na impossibilidade de entrevistar todos os profissionais dos municípios propostos pela pesquisa naquele momento, realizamos outras visitas aos municípios de Buíque, Pesqueira, Petrolândia, Jatobá, e Tacaratu. Vale ressaltar que nas visitas em alguns dos municípios tivemos oportunidade de participar junto com os técnicos de alguns trabalhos de campo em áreas indígenas.

Para a realização das entrevistas das lideranças, cacique e agricultores/as indígenas, realizadas entre novembro de 2012 a março de 2013, utilizamos espaços e momentos coletivos: visitas às áreas indígenas, às feiras públicas, onde indígenas comercializavam produtos orgânicos, a exemplo de Pesqueira, eventos coletivos, tais como o 1º Encontro de Povos e Comunidades Tradicionais do Sertão, realizado na aldeia Carrapateira, em Terras Indígenas (TI) Pankararu Entre Serras, em março de 2013.

Dessa forma, estruturamos as seguintes categorias, conforme quadro 1 e 2, a seguir, com a ressalva de que, para uma melhor compreensão dos resultados, elegemos designar os profissionais de Ater/técnicos lotados no Agreste de grupo 1 e os do Sertão de grupo 2.

### Quadro 1: Caracterização da amostra da pesquisa

Segmentos	Referência	Caracterização
Profissionais de Ater / Técnicos	Grupo 1: Agreste	Profissionais do sexo masculino, nível superior e médio, com atuação nos municípios de Buíque, Pesqueira, Poção, Tupanatinga, Águas Belas.
Profissionais de Ater/Técnicos	Grupo 2: Sertão	Profissionais do sexo masculino, nível superior e médio, com atuação nos municípios de Cabrobó, Carnaubeira da Penha, Orocó, Inajá, Ibimirim, Petrolândia, Jatobá, Tacaratu, Floresta.
Lideranças, caciques e agricultores familiares indígenas	Designado através dos segmentos correspondentes e etnias	Homens e mulheres que exercem função de caciques/as ou liderança nas aldeias, que participaram ou não dos seminários de Ater indígenas e agricultores/as indígenas.
Gestores	Gestor/a	Gestores que exercem funções ligadas à diretoria de Ater e gerência regional.
Articulador estadual da Rede Temática de Ater junto aos povos indígenas	Art. RT Ater indígena	Sexo masculino, profissional de Ater das Ciências Agrárias e articulador estadual da RT Ater indígena.

Fonte: elaborada pela autora, 2012.

### Quadro 2: Resumo da identificação da pesquisa e quantitativo de entrevistados/as

Segmentos	Identificação	Quantitativo
Profissionais de Ater/Técnicos	(Entrevistado nº, grupo 1 / 2, página)	19
Indígenas	(Entrevistado etnia, nº, segmento, página)	17
Gestor	(Entrevistado gestor/a, nº, página)	02
Articulador RT	(Entrevistado art. RT Ater indígena, página)	01
TOTAL		39

Fonte: elaborada pela autora, 2012.

É importante observar que em relação à identificação dos profissionais de Ater/técnico, uma vez garantido o sigilo, nomearemos os mesmos através de números, assim procedendo em relação aos outros entrevistados/as em oposição aos nomes próprios, facilitando a classificação.

Na terceira fase, destacamos nossa ida ao campo acompanhando atividades de Extensão Rural em áreas indígenas nos municípios de Buíque e Petrolândia, em 2012. Além de nova ida a áreas indígenas durante mais cinco dias para colher impressões sobre as dificuldades da atuação nessas áreas desta vez nos municípios de Petrolândia, Jatobá e Tacaratu, no mesmo período.

Ressalta-se que no ato da entrevista foram explicados os objetivos da pesquisa, e solicitada permissão para a gravação das mesmas, sendo assegurado a todos/as entrevistados/as sigilo às suas identidades. Assim, vamos nos referir aos/às entrevistados/as de acordo com as referências explicitadas conforme o quadro 2.

A terceira etapa se caracterizou através das análises dos dados disponibilizados pelas entrevistas, após as transcrições e tabulação das mesmas, tendo como referência os objetivos da pesquisa. É importante ressaltar que optamos, durante o processo das transcrições por preservar as expressões originais dos/as entrevistados/as, principalmente dos/as indígenas, tendo como referência o reconhecimento das especificidades étnicas desses povos.

Nessa perspectiva para a construção da análise, foram realizados os seguintes procedimentos:

- a) Identificação através das transcrições das entrevistas com cada objetivo proposto da pesquisa. Em seguida construímos um quadro no qual definimos as respostas de acordo com cada objetivo proposto, verificando as semelhanças, diferenças, e questões relevantes para a pesquisa. É importante ressaltar que cada resposta está associada à página das transcrições para facilitar a consulta, além da utilização dos referenciais dos segmentos mencionados anteriormente no quadro 2.
- b) Realização de um mapeamento dos seguintes aspectos: povos indígenas/identidade étnica, abordagem da Extensão Rural em áreas indígenas, políticas públicas, metodologia, percepção do trabalho em áreas indígenas, processo formativo, Rede Temática de Ater indígena, dificuldades, entre outros.

- c) Outras questões relevantes que fizeram parte da pesquisa, necessárias para compor uma narrativa, também foram agrupadas por temas, tais como projetos de extensão em áreas indígenas, utilização de agrotóxicos, Rede Temática de Ater junto aos povos indígenas.

Desse modo, estruturou-se a dissertação a partir da introdução, três capítulos, e conclusões, além dos elementos pré-textuais e pós-textuais, conforme orientações da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT). Assim, compôs-se a dissertação da seguinte forma: no capítulo primeiro, para compreender a configuração atual dos povos indígenas no Nordeste, relata-se brevemente a trajetória das tentativas de aniquilamento e invisibilidade dos povos indígenas na história do Brasil, mais especificamente no Nordeste, através da imposição de agriculturas convencionais e expulsão dos índios de suas terras, tendo como uma das consequências a negação da sua identidade étnica. Também abordou-se temas, como a etnogênese dos povos indígenas, que explicam os processos de afirmações étnicas no Século XX, apresentando por último, algumas considerações sobre os povos indígenas em Pernambuco. No capítulo segundo, foi discutido a relação Extensão Rural e povos indígenas, iniciando a trajetória dos referenciais teórico-metodológicos na extensão até culminar com desafios com a inserção de novos segmentos na agricultura familiar, como povos indígenas e comunidades tradicionais. Também foi apresentado como a Ater indígena nasceu no âmbito do Ministério do Desenvolvimento Agrário, e a importância das Redes Temáticas no diálogo entre a Ater e povos indígenas.

No capítulo terceiro, há uma tentativa de reconstruir de forma breve as ações de Ater em Pernambuco e sua relação com ações em áreas indígenas a partir de relatos de gestores, para em seguida analisar a atuação da Ater em áreas indígenas sob a perspectiva dos profissionais de Ater e indígenas.

Finaliza-se a dissertação com conclusões que incluem assuntos que foram considerados relevantes, além de sugestões a serem implementadas em áreas indígenas pela Extensão Rural estadual.

## CAPÍTULO I

# A PRESENÇA E A PARTICIPAÇÃO DOS INDÍGENAS NO NORDESTE NA HISTÓRIA DO BRASIL: HERANÇA COLONIAL, MOBILIZAÇÕES/RESISTÊNCIA E AFIRMAÇÕES ÉTNICAS

*Olhar para trás não é uma  
forma nostálgica de querer voltar,  
mas um modo de melhor  
compreender o presente para  
melhor construir o futuro.*  
Paulo Freire

O objetivo deste capítulo não é relatar a história do período colonial do Brasil o que, aliás, os historiadores já fizeram muito bem, mas destacar a trajetória dos povos indígenas no Nordeste, especificamente, em Pernambuco. Constatando, desta forma, metaforicamente como a cana-de-açúcar, o gado e os aldeamentos tentaram transformar os povos indígenas, nos anos seguintes à colonização portuguesa, em trabalhadores, vaqueiros e nos chamados caboclos.

Compreendendo a trajetória desses povos no Nordeste, presentes do Litoral ao Sertão, apesar das tentativas de aniquilamento e invisibilidade histórica, é possível entender como chegaram às configurações atuais. Nesse capítulo, também foi realizado considerações sobre os povos indígenas no Nordeste na atualidade, tratando de temas como a identidade étnica, etnogênese, que explicam os processos de afirmações étnicas no Século XX, apresentando, por último, algumas questões sobre os povos indígenas em Pernambuco.

### **1.1. Algumas considerações sobre a presença/desaparecimento dos índios na História do Brasil/Nordeste**

Reportando-se às expressões socioculturais do povo Pankararu<sup>12</sup>, um trecho da música, de um indígena dessa etnia cita as tradições do cotidiano desse povo:

[...] tomar banho de bica lá no Jitó, dançar o toré, pendurar um aió, botar uma corrente de licuri, fazer pade de feijão de corda, assistir as tubidas e o menino do rancho, a garapa de cana na festa de imbu, admirar os praiá com as roupas

---

<sup>12</sup>O povo Pankararu habita no Sertão pernambucano, nos municípios de Petrolândia, Jatobá e Tacaratu.

de croá, [...], tem cultura e riqueza, aqui sim senhô, somos filhos da terra, somos Pankararu, somos índios de guerra [...]. (*Cartão postal de Pankararu*, Gean Ramos).

A arte, por meio da música, expressa com beleza, simplicidade e orgulho o legado sociocultural desse povo. Respeitando-se as diferenças socioculturais de cada etnia, os aspectos ancestrais destacados na música poderiam fazer parte da cosmologia de quaisquer povos indígenas da Região Nordeste.

Isso demonstra a atualidade dos povos indígenas no Nordeste, resistindo e afirmando suas identidades étnicas, em suas expressões socioculturais, apesar até recentemente do tão proclamado “desaparecimento” dos índios, em específico na Região Nordeste até as primeiras décadas do Século XX.

A esse respeito, Luciano (2006, p. 18), indígena Baniwa (AM), Doutor em Antropologia pela Universidade de Brasília (UnB) e professor na Universidade Federal do Amazonas (UFAM), afirmou, em relação aos processos de aniquilamento dos povos indígenas no Brasil, que:

Foram 506 anos de dominação e, em que pesem as profecias de extinção definitiva dos povos indígenas no território brasileiro, previstas ainda no milênio passado, os índios estão mais do que nunca vivos: para lembrar e viver a memória histórica e, mais do que isso, para resgatar e dar continuidade aos seus projetos coletivos de vida, orientados pelos conhecimentos e pelos valores herdados dos seus ancestrais, expressos e vividos por meio de rituais e crenças. São projetos de vida de 222 povos que resistiram a toda essa história de opressão e repressão.

Mas, o que levou os índios a terem “desaparecido” da História do Brasil? A afirmação e provocação que fez Maria Regina Celestino de Almeida, através do seu livro *Os índios na História do Brasil*, nos convidou a refletir sobre os processos históricos e socioculturais que corroboraram para tal pensamento e permeiam ainda o senso comum no que diz respeito, mais especificamente, aos índios no Nordeste.

A ideia do desaparecimento dos povos indígenas tem suas origens desde o tempo da colonização portuguesa, uma vez que, derrotados os mais temidos e ousados guerreiros, a exemplo dos tamoios, aimorés e goitacazes, mesmo após resistirem bravamente, “na condição de escravos ou submetidos, aculturavam-se, deixavam de ser índios e desapareciam da nossa história.” (ALMEIDA, 2010, p.14).

Segundo ainda Almeida (2010), durante muito tempo, estudiosos<sup>13</sup> acreditaram na ideia de que os índios integrados à colonização perderam sua identidade étnica. Nessa perspectiva, essas perdas da cultura e da identidade ocorriam pelo fato do contato crescente dos índios com a sociedade envolvente, ocasionando uma assimilação pelos primeiros da cultura e dos hábitos do “mundo civilizado.” (ALMEIDA, 2010).

A citada pesquisadora através de seus estudos nos chamou a atenção para a ideia assimilacionista, cujas, raízes vêm desde a colonização e que predominou durante muito tempo no pensamento antropológico no Século XX. Assim a autora nos traz a seguinte reflexão “[...] os índios integrados à colonização tornavam-se indivíduos aculturados e passivos que, junto com a guerra, perdiam culturas, identidades étnicas e todas as possibilidades de resistência.” (ALMEIDA, 2010, p. 14). Ou seja, de acordo com essa perspectiva do pensamento antropológico, não se levavam em consideração processos de mudança sociais, uma vez que a cultura dos povos “primitivos” era vista como pura, imutável, isolada, a-histórica. Assim, não restava à cultura “dominada” mais nada a fazer do que esperar ser anulada e desestruturada pela cultura dominante.

Não se pode desconsiderar que a afirmação do desaparecimento e a proclamação da mestiçagem dos povos indígenas no Século XIX foi também movida por interesses econômicos materializados através das disputas pelas terras localizadas nas aldeias dos índios, nas quais os mesmos viviam da agricultura e ainda “gozavam” de certos “direitos.”

Desse modo, recontar e revisitar essa história colonial, em específico no Nordeste, tendo como parâmetro a participação ativa dos povos indígenas nesse processo, não é tarefa fácil e assimilável para o senso comum, diante do contexto histórico hegemônico narrado sob a perspectiva do olhar do colonizador.

Como afirmaram Oliveira, Joao e Freire, C., (2006, p. 17):

A nossa história tem sido sempre descrita como a história da colonização, como a narrativa da transferência de pessoas, instituições e conhecimentos para um novo cenário, não-europeu, sobre o qual estas vieram a estabelecer um progressivo controle, dando origem ao marco territorial atual. Nesse relato as populações autóctones entraram sobretudo marcadas pelo acidental, pelo exótico e pelo passageiro, como se a existência de indígenas fosse algo

---

<sup>13</sup>Esse aspecto se refere mais precisamente aos estudos da Antropologia e da História. Embora não tratemos nessa pesquisa sobre esses campos de estudo é importante ressaltar as contribuições dessas distintas ciências em relação aos povos indígenas, ao produzirem estudos que passam a considerar os processos históricos e socioculturais.

inteiramente fortuito, um obstáculo que logo veio a ser superado e, com o passar do tempo, chegou a ser minimizado e quase inteiramente esquecido.

Nessa perspectiva, além do repensar histórico, é preciso compreender como foi ocupado o território brasileiro, desde os primeiros séculos da colonização portuguesa, por meio da diversidade dos grupos socioculturais que o constituíram e como foi construída a relação com o uso da terra e com os recursos naturais.

A clareza de que as impressões e relatos descritos no período colonial foram narrados sob o olhar do colonizador/estrangeiro que vinha desempenhar no chamado “novo mundo” papéis ligados à catequese religiosa, à administração e invasões de terras, à arte e à ciência através da observação da Natureza e dos habitantes “exóticos”, também contribui para esse entendimento.

Sendo assim, apesar do reconhecimento da importância documental desses relatos, não é de se estranhar que as impressões retratadas através de cartas ou imagens contivessem equívocos, distorções e generalizações sobre os povos indígenas, uma vez que essas interpretações eram narradas de acordo com o imaginário cultural, mítico e religioso do europeu. (BARBOSA, B., 2007).

Entre esses documentos do Século XVI que interpretavam o cotidiano dos indígenas e as paisagens do novo continente, são conhecidas as cartas de Vespúcio, a Carta de Caminha, os relatos e imagens de Hans Staden, além do *Tratado da terra e gente do Brasil*, de Fernão Cardim, e outros escritos do mesmo autor publicados posteriormente. (BARBOSA, B., 2007).

Segundo a mesma autora essas narrativas também descrevem e confirmam a diversidade dos povos indígenas em diferentes regiões, desde o litoral às terras mais afastadas dessa região, chamadas pelos portugueses de Sertão.

## **1.2. Litoral: o açúcar amargo da colonização**

Embora no decorrer histórico tenhamos vários “ciclos” como protagonistas das mudanças na paisagem natural das “terras brasilis” e na formação do território rural, neste capítulo nos deteremos com maior ênfase, sem deixar de citar os outros ciclos, nas duas maiores atividades produtivas que provocaram impactos estruturais no modo de vida dos povos indígenas no Nordeste e mais especificamente em Pernambuco: a cana-de-açúcar e a criação de gado.

Assim, a ocupação efetiva da colônia (1530-1640) teve início com a divisão do território em 12 capitanias, faixas do litoral para o interior, com a perspectiva de cultivar cana-de-açúcar. (KAGEYAMA,2008). Durante um século e meio o açúcar representaria a única base da economia brasileira, com dois núcleos iniciais, na Bahia e em Pernambuco, e mais tarde em São Vicente/SP. (KAGEYAMA, 2008, p.85).

Desse modo, se as primeiras invasões europeias ocorreram inicialmente a partir da exploração do pau-brasil nas matas costeiras, mais tarde, após a sua decadência, o sabor do açúcar amargo seria provado pelos povos indígenas através do cultivo da cana-de-açúcar, em suas terras, pelos portugueses, ocasionando expulsões, destruições e mortes.

É fato que as plantações da cana-de-açúcar no Nordeste brasileiro no período colonial modificaram profundamente a fauna e flora na Região. Uma vez que após o ciclo do Pau-Brasil e posteriormente ao ciclo da cana, e outros “ciclos”, a terra que se mostrava fértil, e coberta pela biodiversidade de nossas matas, foi devastada, principalmente por essa monocultura.

No entanto, cabe aqui ressaltar em relação aos outros ciclos que a exploração dos minérios, por exemplo, no Século XVII, também interferiu de maneira desastrosa na paisagem ambiental brasileira, na medida em que proporcionou ocupações em áreas antes despovoadas, aumentando o ciclo de “necessidades” geradas por essa atividade. (KAGEYAMA, 2008).

Como escreveu Prado Júnior (2011, p. 55), “a mineração impele o homem num arranco brusco, do litoral para o coração do continente; não há contiguidade na expansão: os núcleos mineradores vão surgir muito longe dos pontos de partida das correntes migratórias [...]” Isto significa que a dispersão mineradora se afasta cada vez mais das fontes iniciais da exploração, perdendo o contato, demonstrando o seu caráter, usando as expressões do autor, “brusco” e “violento.”

Complementou ainda o mesmo autor que essa característica da mineração, ou seja, do distanciamento do seu núcleo irradiador, traz como consequência uma estrutura de povoamento diferenciada entre o Centro-Sul, onde tivemos o setor de mineração, e o Sertão Nordestino, através das fazendas de gado. Quanto aos aspectos da expansão das fazendas de gado que proporcionaram o povoamento no Sertão, influenciando nos deslocamentos e aldeamentos indígenas, abordaremos mais adiante.

Também citamos como um importante impulsionador da economia colonial o algodão, que antes era cultivado no Nordeste, passando a ser cultivado posteriormente

no Sul, com necessidades semelhantes ao cultivo da cana-de-açúcar, a exemplo da mão-de-obra escrava. (KAGEYAMA, 2008).

Nesse contexto, pode-se perceber que se estabeleceu desde então uma relação predatória e desrespeitosa com a terra dos “conquistados”, fruto do processo de capitalismo mercantil que apontava consequências históricas irreversíveis, no que diz respeito ao processo produtivo dos monocultivos, em específico as plantações de açúcar no Nordeste.

Outra questão, proveniente dessa “relação desigual e predatória”, diz respeito às formas de escravidão existentes, em específico a indígena<sup>14</sup>, que ainda é explorada com timidez de uma forma geral nos escritos oficiais da historiografia. Embora só a partir de 1831<sup>15</sup> tenha sido proibida definitivamente por lei. (ANDRADE, 2005).

É importante salientar que no decorrer do processo de colonização havia algumas leis que definiam os casos em que os índios podiam ser escravizados. Mesmo assim, essas leis não conseguiam proteger os povos indígenas, uma vez que não eram cumpridas e respeitadas na íntegra. Por diversas vezes foram burladas pelos senhores de engenhos, fazendeiros de gado ou comerciantes. Dessa maneira, “explorá-los como força de trabalho e ao mesmo tempo protegê-los como aliados e súditos cristãos não era tarefa simples e gerou leis aparentemente contraditórias e relações conflituosas [...]” (ALMEIDA, 2010, p. 82).

Em relação a esse aspecto, escreveu Andrade (2005, p.73) sobre a desestruturação do povo indígena da vida em comunidade através da escravidão e da violência do uso do território indígena, na medida em que:

Essa arremetida pelo território indígena era feita com grande energia: ao mesmo tempo em que lhes tomavam as terras e os aprisionavam como escravos, destruíam suas tabas e cercas defensivas e passavam a consumir os mantimentos encontrados e a realizar novas culturas, muitas vezes, até, usando as mesmas “covas” dos roçados indígenas.

Não há como negar que a história de violências e de disputas pelas terras dos povos indígenas colocou, na perspectiva da historiografia dominante, os índios como passivos e destituídos de autonomia. Portanto, é necessário resgatar e registrar a história

---

<sup>14</sup> De acordo com Manuel Correia de Andrade (2005, p. 77), tanto a escravidão negra, quanto a indígena coexistiam desde o início da colonização. Acrescentou esse autor que desde 1542 Duarte Coelho solicitava ao Rei autorização para importar negros da África.

<sup>15</sup> Em 27 de outubro de 1831, a escravidão dos índios foi proibida por lei.

dos povos indígenas, a partir de seus pontos de vista. Isto significa uma trajetória não passiva, resistente à dominação e marcada por estratégias de sobrevivência.

Nessa perspectiva, a história também é construída por sujeitos ativos que não subjugarão a sua dignidade, humanidade e a forma de viver, ao processo desumano e exploratório de conquista dos seus opressores, através da usurpação de suas terras e dos recursos ambientais existentes. No entanto, não podemos esquecer o violento projeto expansionista português, como enfatizou Guimarães (1977, p.15):

À medida que se estendia o domínio dos colonizadores portugueses sobre os territórios povoados pelos gentios, mais frequentes se tornavam as perseguições, a caça desapiadada ao braço cativo, multiplicavam-se os descimentos e, em contrapartida o assalto do gentio ao branco. Nos engenhos e plantações fundados pela nobreza lusitana, o indígena teimava em rejeitar o trabalho escravo, dava constantes demonstrações de rebeldia e, quando não conseguia fugir, terminava abatido pelos castigos ou pelas doenças, morrendo às dezenas ou às centenas.

Assim, sobre o processo expansionista no início da colonização, estima-se que existiam cerca de “mais de 1000 etnias.” (RODRIGUES, 1986 apud ALMEIDA, 2010, p. 29). Quanto ao extermínio dos povos indígenas, Cunha (2012, p.14), destacou pelo menos dois fatores que o favoreceram: as epidemias e os valores sociais e culturais advindos do mercantilismo:

Povos e povos indígenas desapareceram da face da terra como consequência do que hoje se chama, num eufemismo envergonhado, “o encontro” de sociedades do Antigo e do Novo Mundo. Esse morticínio nunca visto foi fruto de um processo complexo cujos agentes foram homens e micro-organismos, mas cujos motores últimos poderiam ser reduzidos a dois: ganância e ambição, formas culturais da expansão mercantil. Motivos mesquinhos e não uma deliberada política de extermínio conseguiram esse resultado espantoso de reduzir uma população que estava na casa dos milhões em 1500 aos poucos mais de 800 mil índios que hoje habitam o Brasil.

Portanto, é uma história construída através de mobilizações indígenas, alianças, massacres, resistências, interesses e violências. Nesse aspecto, a herança colonial açucareira talvez tenha iniciado o processo mais cruel de desestabilização das estruturas socioculturais e do modo de viver dos povos indígenas, desrespeitando as suas relações com a Natureza, na medida em que interferiu e modificou a paisagem do litoral e das matas.

Assim sendo, o modo de fazer agricultura dos povos indígenas foi modificado, na medida em que a ocupação e destruição de suas áreas pelos colonizadores, foi concretizada em nome da expansão de seus domínios. Desse modo, Andrade (2005, p. 74) afirmou que:

Mas a posse da terra doada em extensos latifúndios, às vezes com dezenas de léguas de extensão, não era tudo. Necessário era derrubar a mata, instalar os engenhos, as casas-grandes, as senzalas, plantar os canaviais e as lavouras de mantimento. Para isso os sesmeiros necessitavam ter animais--bois e cavalos importados da Europa - e escravos. A preação de índios tornou-se, então, uma atividade muito rendosa e olhada com grande simpatia pelo segundo donatário - Duarte Coelho de Albuquerque.

Em relação às consequências da destruição dos cultivos tradicionais praticados pelos indígenas, pode-se observar como heranças as implicações sociais e ambientais que a expansão da cana-de-açúcar legou às regiões nordestinas, através de perda da biodiversidade de suas sementes tradicionais, e até destruição da diversidade linguística e sociocultural dos povos indígenas.

Mas quais eram os povos que habitavam o litoral no início da colonização portuguesa no Brasil, em específico a Capitania de Pernambuco? Em primeiro lugar, a ideia de homogeneização dos povos indígenas que habitavam o litoral e também os sertões estava presente no imaginário colonizador, devido às análises genéricas que os religiosos, cronistas, observadores e administradores faziam desses povos e pelas dificuldades em perceber suas diferenças linguísticas e socioculturais (BARBOSA, B., 2007).

Esse aspecto talvez seja justificado devido às experiências anteriores dos portugueses em relação à colonização realizadas em áreas que não tinham populações, ao contrário do território brasileiro. Como enfatizou Barbosa, B., (2007, p. 99), “[...] era inteiramente nova a experiência de fundar uma colônia de plantação em um território ocupado. As ilhas atlânticas não tinham populações antes da chegada dos portugueses.”

Se referindo à heterogeneidade dos povos indígenas com suas rivalidades e alianças, de forma a reafirmar o espaço brasileiro colonial como verdadeiro e legítimo território indígena, em específico à Capitania de Pernambuco, a autora afirmou que:

No espaço indígena da Capitania de Pernambuco estavam, portanto, territórios de diferentes culturas nativas descendentes das culturas pré-históricas que se desenvolveram nesta região. Nelas organizavam-se populações étnicas diferentes, regidas por políticas de aproximação, de afastamento, e, até, de separação e rivalidades. Nesta região, grupos e povos indígenas foram os agentes sociais, econômicos e culturais do espaço

indígena, existente antes da chegada dos portugueses, e vítimas de uma política e de uma prática colonial portuguesa destruidora de seus territórios, base da existência de seus espaços. (BARBOSA, B., 2007, p.63).

Sobre a identidade étnica dos povos que habitavam o litoral da Capitania de Pernambuco, a mesma autora fez a seguinte observação:

Entre os nativos, citados como habitantes do litoral da Capitania de Pernambuco por cronistas e documentos manuscritos, figuram os Caetés e Tabajaras. Na costa, predominavam aldeias de nativos Caetés, localizadas entre o rio São Francisco e a divisa da capitania de Itamaracá, onde começava o território dos Tabajaras ou Tabayrés, da mesma origem Tupi dos Caetés, os quais teriam aldeias da divisa da Capitania de Pernambuco com a de Itamaracá até o rio Abiay, que divide a Capitania de Itamaracá da Capitania da Paraíba. (BARBOSA, B., 2007, p.67).

É interessante observar que mesmo após as tentativas de extermínio e deslocamento dos povos indígenas do litoral para outras regiões, como o Agreste e o Sertão, após séculos os indígenas retornam a Zona Canavieira. Pois, ironicamente, se no período colonial o açúcar amargo, representado pelas lavouras da cana expulsou os indígenas para expandir seus domínios, no Século XIX e XX atraiu os índios que, vindos do Agreste buscaram trabalho fugindo da seca e da miséria. As consequências desse cenário parecem ser as mesmas, uma vez que os indígenas reproduziram com seu trabalho na cana, condições de escravidão e humilhação vivenciadas por seus antepassados.

Os estudos de Silva (2008b) revelaram essas vivências através de registros históricos e das memórias dos povos Fulni-ô e Xukuru do Ororubá, quando indivíduos desses povos migravam para municípios da Zona da Mata Sul, que chamavam de “Sul.” As razões dessa migração para trabalhar na zona canavieira, segundo o pesquisador foram as secas, a fome, as perseguições e invasões das terras indígenas pelos fazendeiros e a busca de um vida melhor através do trabalho.

Registros históricos de 1827 comprovam a ocorrência dessas migrações para a Zona da Mata canavieira, e essa evidência foi descrita da seguinte maneira:

[...] Um ofício da Câmara da Vila de Cimbres, dirigido à Presidência da Província de Pernambuco, em 1827, respondendo sobre a situação do aldeamento, acusava os índios de indolentes, ladrões e preguiçosos. O empenho civilizatório do novo capitão-mor, além de enfrentar a resistência dos índios, fora interrompido por uma seca que devastou aqueles “sertões” provocando mortes de índios e **“expratiando-se outros para procurarem a**

**vida das matas do sul**”, onde, informava o documento, muitos morreram vitimados por epidemia. (CALADO, apud SILVA 2008b, p.218, grifo nosso).

Observa-se diante dos fatos narrados, que os povos indígenas sempre estiveram presentes nos processos históricos, e que, ao serem expulsos das suas terras para o “desenvolvimento” das economias vigentes, reconfiguram as suas relações com a Natureza e a agricultura e com a sociedade envolvente, reelaborando as suas práticas socioculturais de sobrevivência e resistência.

Ao deslocarem-se para outras regiões (o Agreste e o Sertão), os indígenas também passaram a incorporar na sua prática uma agricultura oriunda dos processos de exploração, como meio de sobrevivência. No entanto, ao mesmo tempo em que os índios incorporam práticas agrícolas dos não índios, como resistência a esse processo, conservam as suas tradições através da reelaboração das suas práticas ancestrais, ou seja, recriando as suas relações com a Natureza, seus cultos, suas expressões socioculturais.

Desse modo, no decorrer da História no Nordeste, particularmente em Pernambuco, os não índios tentaram transformar os indígenas em trabalhador da cana, em vaqueiro e caboclo<sup>16</sup>, como veremos mais adiante.

### **1.3. Rumo ao Agreste e Sertão: as invasões pelas fazendas de gado**

Os povos indígenas que ocupavam as regiões dos “sertões” se caracterizavam pela sua sociodiversidade, fato evidenciado pelas descrições das etnias que ocuparam os municípios que hoje estão localizados no Sertão e no Agreste, como descreveu Barbosa, B., (2007, p. 80):

Até o Século XVIII, existiam no sertão do atual município de Santa Maria da Boa Vista, aldeias de nativos Tamaques ou também chamados Tamaquiús, Coripós e Cariris; no município de Orobó e Cabrobó, aldeias de nativos Cariris; nos municípios de Belém de São Francisco e Itacuruba, aldeias de nativos Poru, Porcás e Brancararu; no município de Floresta, aldeias de nativos Atikum e Pipipã, e no município de Tacaratu aldeia de nativos

---

<sup>16</sup> Em relação às imagens dos povos indígenas como caboclos, o professor Edson Silva, em sua Tese de Doutorado intitulada *Xukuru: memórias e história dos índios da Serra de Ororubá (Pesqueira/PE), 1950-1988*, trouxe uma interessante reflexão no seu estudo, sobre como a literatura influenciou o nosso imaginário social sobre a imagem do desaparecimento dos índios através da nova “identidade” de “caboclo”.

Pankararu. Esses grupos indígenas localizam-se em ilhas e margens do rio São Francisco, pertencentes ao território da Capitania de Pernambuco.

Entre os povos que viviam nessa região, observavam-se realidades distintas: os índios do grupo linguístico dominante na costa e falantes da língua-geral e os não falantes da língua geral considerados bárbaros, uma vez que não eram aliados dos conquistadores. No primeiro grupo encontravam-se os Caetés, Tupinambás e os Potiguares, por exemplo, que após a ocupação do litoral fugiram da escravidão e das perseguições. No segundo grupo eram os não falantes da língua-geral que habitavam no Agreste e Sertão e que até o Século XVI e meados do Século XVII não mantiveram contatos com indígenas e colonos do litoral (BARBOSA, B., 2007).

Os chamados “sertões”, de acordo com Andrade (2005) se referindo mais propriamente ao Agreste, foram tardiamente povoados pelos colonizadores. Segundo esse autor, a guerra contra os holandeses, proporcionou o adensamento dos portugueses que procuravam caminhos para destruir as áreas dominadas pelos mesmos. Uma vez que, os colonizadores portugueses se aventuraram nesses “novos caminhos”, e após expulsarem os holandeses, abriram-se possibilidades de se adentrar cada vez mais no interior da Capitania. No entanto, essas áreas já eram povoadas tanto por índios, como por negros fugidos. Outro fator importante que possibilitou esse desbravamento, foi à destruição do Quilombo dos Palmares<sup>17</sup> e a Confederação dos Cariris. Assim, o autor relatou que:

O Quilombo dos Palmares, com uma série de redutos satélites, exerceu influência na segunda metade do século XVII, por áreas que se estendiam de Atalaia, em Alagoas, até Garanhuns, em Pernambuco, compreendendo, assim, grandes porções da Mata e do Agreste. A sua destruição deu margem a que inúmeras sesmarias surgissem em áreas antes fora do domínio do governo português. (ANDRADE, 2005, p. 153).

Com o desbravamento dos “sertões” a ocupação se deu mais rapidamente através da distribuição das sesmarias doadas não só aos senhores de engenho, mas, também aos comerciantes e religiosos que impulsionaram sobremaneira a expansão da criação de gado para o interior. Em relação as ordens religiosas que estiveram presentes desde o início da colonização, é importante frisar sua contribuição para o adensamento

---

<sup>17</sup>A conquista holandesa provocou mudanças estruturais na economia das capitanias nordestinas, uma vez que muitos engenhos, senzalas, casa-grande e canaviais foram destruídos; os gados foram dizimados e dispersados em parte. Essa “desordem” facilitou a fuga de escravizados/as para o interior, para as matas, tendo como consequência a organização de quilombos. (ANDRADE, 2005).

populacional colonizador no Sertão, por meio da pecuária, uma vez que missionários eram também grandes proprietários de fazendas de criação de gado. Esse fato é importantíssimo, pois vamos encontrar mais tarde, nas regiões do Agreste e Sertão, aldeamentos indígenas que irão ser dirigidos por religiosos até a promulgação do Diretório Pombalino<sup>18</sup>.

Sobre o poder econômico das ordens religiosas, Puntoni (2002, p.35), descreveu que em “meados do século XVIII, na jurisdição de Pernambuco as ordens recebiam proventos de várias fazendas e currais de gados em pontos diversos do Sertão de dentro.”

Verifica-se, assim, como a pecuária adquiriu importância econômica para diversos grupos sociais. Em seu livro *Formação do Brasil contemporâneo*, Prado Júnior (2011, p. 61) afirmou que “a pecuária foi responsável por boa parte da ocupação do território da colônia, ultrapassando até mesmo a mineração.”

Esse autor ainda destacou no referido livro a importância da pecuária na vida da colônia, tanto para a subsistência da mesma, quanto para o povoamento e interiorização da colonização portuguesa no território brasileiro. E ao mesmo tempo lamentou o papel secundário que a pecuária teve na história, sendo ofuscada por outros “ciclos.” Em relação a esse aspecto, o autor assim se expressou: “recalcada para o íntimo dos sertões, escondem-na à vista, a intensa vida do litoral, os engenhos, os canaviais, as outras grandes lavouras. E não tem os atrativos naturais do ouro e dos diamantes.” (PRADO JR, 2011, p. 196).

No que diz respeito às condições para a criação de gado, existiam fatores que, apesar das condições climáticas, favoreciam a pecuária: a vegetação rasteira da caatinga, a presença de aforamentos salinos que forneciam ao gado os chamados “lambedouros”<sup>19</sup> do qual o gado se alimentava, e a facilidade de estabelecer rapidamente nos sertões uma fazenda, como relatou o mesmo autor:

A rapidez, com que se alastram as fazendas de gado se explica, uma parte, pelo consumo crescente do litoral e das minas, bem como pela pequena densidade econômica e baixa produtividade da indústria; mas doutro, pela

---

<sup>18</sup> Refere-se ao período da política imperial do Marquês de Pombal, no século XVIII, que instalou diretórios cujos objetivos era integrar os índios à sociedade portuguesa, tecendo medidas que visavam anular a identidade étnica dos povos indígenas, tais como: proibição do uso das línguas nativas; da nudez; obrigatoriedade dos índios em assumirem nomes e sobrenomes de origem portuguesa, entre outras. (MEDEIROS, 2011).

<sup>19</sup>Em relação aos lambedouros, o autor não dá maiores detalhes sobre esse suplemento alimentar, apenas o descreveu como necessário ao animal.

facilidade incrível com que se estabelece nesses sertões uma fazenda: levantada uma casa coberta com a maior parte de palha – são as folhas de carnaubeira que mais se empregam -, feitos uns toscos currais e introduzidos os gados (“formar os cascos”, como se dizia), estão povoados três léguas de terra e formada uma fazenda. (PRADO JR, 2011, p. 200).

O geógrafo Manuel Correia de Andrade, também destacou o papel da pecuária desde o período inicial da colonização, na medida em que “a criação de gado foi desde os primeiros tempos subsidiária da cana-de-açúcar, uma vez que o funcionamento do engenho dependia de um grande quantitativo de bois e cavalos.” (ANDRADE, 2005, p.151). O referido autor ao mesmo tempo em que reconhece a importância da pecuária, também voltou a sua atenção às consequências do processo do povoamento luso no Sertão, na medida em que destacou as guerras dos pecuaristas contra os índios, para tomar-lhe as terras e os escravizá-los, utilizando como pretexto as “guerras justas”, o que implicou:

[...] não só no desbravamento do Agreste e de parte do Sertão, como também aniquilou o poderio indígena, fazendo com que os remanescentes das poderosas tribos se recolhessem às serras, aos brejos altos e menos acessíveis aos brancos e menos cobiçados pelos criadores de gado. (ANDRADE, 2005, p.153).

Durante esse processo, os índios “resistentes” se afastavam para áreas consideradas inacessíveis para os não índios, uma vez que eram desterrados pelos criadores de gado. As fugas foram uma estratégia de sobrevivência dos povos indígenas, de modo a garantir suas expressões socioculturais, livremente. (SILVA, 2008a).

No entanto, outras populações indígenas, representadas pelos índios aliados ou capturados através das guerras, estavam submetidas aos aldeamentos pelas mais variadas razões. É importante ressaltar que os aldeamentos eram administrados por ordens religiosas das mais diversas nacionalidades. (PUNTONI, 2002).

#### **1.4. De aldeados a moradores de vilas: o índio continuava “incivilizado”**

Sobre os aldeamentos e sua proliferação, muitos estavam localizados nos “sertões” da Capitania de Pernambuco, as atuais regiões do Agreste e Sertão. Esses aldeados eram de grupos indígenas pertencentes ao tronco linguístico da família Macrojê, como os Xukuru do Ororubá, com aldeias nos atuais municípios de Pesqueira e Poção. “Além desses grupos citados, também teriam ocupado essa região no Vale do rio Ipanema nativos Kapinawas, Carnijós e Fulni-ós”. (BARBOSA, B., 2007, p. 80).

A mesma autora também citou configurações semelhantes aos povos indígenas atuais que ocupavam essas regiões, aldeados ou não, a exemplo de outros grupos indígenas, como os Truká, Rodelas, Pankararu e os Atikum de acordo com os registros históricos. (BARBOSA, B., 2007).

Em relação à vida nos aldeamentos, autores como Pompa (2011) em seus estudos aponta que a dinâmica nesses recintos não se pautava apenas pela “passividade” e “harmonia” dos índios com as ordens religiosas, de acordo com as narrativas da historiografia dominante. Ao contrário, a aparente submissão, escondia as práticas de reelaboração de resistências cotidianas. (POMPA, 2011).

Sobre esse aspecto, Pompa (2011) realizou uma interessante reflexão sobre a mobilidade indígena que ocorria dentro dos aldeamentos. A autora discutiu duas noções antagônicas: a “sedentarização”, pregada pelos religiosos, e a noção de “nomadismo”, vista pelos missionários como uma característica da barbárie.

A referida autora, citando o exemplo dos aldeamentos na região do São Francisco, entre os séculos XVIII e XIX, afirmou que:

Longe de remeter apenas a um processo de dispersão de grupos devido a pressões externas, essa mobilidade traduz práticas culturais e estratégias políticas de sobrevivência que passavam pela “fuga”, pela articulação com outros grupos ou pela ocultação de visibilidade enquanto índios. (POMPA, 2011, p.268).

É importante salientar que os aldeamentos fizeram parte de uma política que visava integrar os índios ao mundo colonial, no sentido de apagar a identidade étnica, de forma a subjugar-los e tê-los como mão-de-obra incorporada à economia vigente. Sobre esse período, comentou Silva (2008a, p. 78):

Para atender aos interesses expansionistas coloniais, foi incorporada a mão-de-obra indígena e posteriormente incentivados legalmente os casamentos mistos e o estabelecimento de portugueses em terras dos aldeamentos, provocando uma segunda mistura.

Assim, por meio do estabelecimento dos portugueses em terras aldeadas, ocorria uma ocupação “legitimada”, na medida em que a “miscigenação” foi acontecendo gradualmente. Corroborando para uma política cada vez mais assimilacionista, foi publicado, por ordem do Marquês de Pombal, o chamado

“Diretório dos índios” ou a política pombalina, em 1758, quando os aldeamentos passaram para a categoria de vilas. (SILVA, 2008a).

Na Capitania de Pernambuco, na região do Agreste, onde habitam os atuais Xukuru do Ororubá e Xukuru de Cimbres, por exemplo, tínhamos o Aldeamento do Ararobá de Nossa Senhora das Montanhas. Fundado pelos padres Oratorianos em 1661, por conta do Diretório dos índios, passou em 1762 à categoria de vila com o nome de Cimbres. (MEDEIROS, 1993 apud SILVA, 2008a, p. 113).

Segundo Lopes (2011) o período da política pombalina foi marcado por escândalos, denúncias de desvios de dinheiro, exploração da mão-de-obra e maus tratos impostos aos indígenas, além da má administração das vilas, sendo que os fatores mencionados advinham de todas as instâncias de poder, uma vez que:

A violência contra os índios e o abuso de poder, todavia, não estavam restritos aos governadores, como se pode perceber na acusação feita contra o ouvidor da Paraíba, Antônio Felipe, que tirou da vila do Conde, na Paraíba, 60 índios para drenar um alagadiço e fazer um sítio, de onde nunca mais voltaram. (LOPES, 2011, p. 252).

Ainda segundo Lopes (2011) existem várias descrições das “vilas dos índios”, relatadas através de impressões de autoridades ou viajantes que percorriam a Região Nordeste, tal como a narrada abaixo, em 1827, pelo Presidente da Província de Pernambuco ao imperador em visita a uma vila de índios:

“O homem sensível viajando por esta Província, e vizinhas, espanta-se, sente-se surpreendido, e derrama lágrimas de aflição no município em que entra nas Vilas dos indígenas, e repara na miséria, desleixo, abatimento e barbaridade, em que vivem.” (NAUD, 1971, p. 227-336 apud LOPES, 2011, p. 241-242, aspas da autora).

A visão retratada pelos narradores em visitas às vilas, em geral apresentava impressões baseadas em suas referências do que significava a barbárie e a civilidade. Passados séculos desde o início da colonização, os índios continuavam a ser “[...] incivilizados, sendo apontados como preguiçosos, indolentes, amorais, bêbados, apesar de, durante toda a segunda metade do século XVIII, terem sempre sido vigiados, ensinados, controlados e punidos para se inserirem no mundo colonial [...]” (LOPES, 2011, p. 242).

As difíceis condições de vida nas vilas indígenas, marcadas pela pobreza e violência, e a ambição dos colonos através das disputas políticas locais ocasionavam a resistência e rebeldias indígenas. O modo de vida indígena era por vezes confundido através de impressões pejorativas narradas pelos colonos. Assim, “era a ‘má índole’ indígena que não permitia que se civilizassem.” (LOPES, 2011, p.243).

Segundo Lopes (2011), embora haja controvérsias entre os historiadores se a extinção do Diretório dos Índios em 1798 foi decretada para todo o Brasil, ou apenas para o Estado do Pará, uma vez que é único registro documental conhecido, muitos historiadores acreditam que essa ordem tenha sido estendida para todo o Brasil.

É importante ressaltar que o “cargo de diretor de índios continuou a existir nas vilas de índios em muitas capitanias do Estado do Brasil nas décadas iniciais do século XIX, o que sempre causou confusões e dúvidas sobre a permanência do diretório [...]” (LOPES, 2011, p. 247).

Em relação à Carta Régia de 1798, é necessário dizer que apesar da suposta igualdade pregada no respectivo registro, a situação dos índios, na prática, continuava a mesma, uma vez que a colônia permanecia mantendo controle específico sobre a população indígena das capitanias do Pará e Rio Negro, já que a carta se referia às respectivas localidades. Um exemplo foi o estabelecimento de milícias, nas quais os índios eram obrigados a servir. (LOPES, 2011).

Segundo o pesquisador Edson Silva, um exemplo da militarização das aldeias foi o envolvimento dos índios da Vila de Cimbres (atual Pesqueira/PE), durante os conflitos entre 1817 e 1824. (SILVA, 2008a). Como os políticos locais tinham interesse pela extinção do aldeamento, os índios se aliaram naquele momento aos opositores. A esse respeito, o citado pesquisador escreveu:

Após a independência, vitória política para os liberais locais, que coincidiu com a morte natural do fazendeiro aliado dos indígenas, seguiram-se as perseguições aos índios, com mortos e fugas de muitos para um aldeamento em Palmeira dos Índios/Alagoas. Os fazendeiros-veredores, há muito invasores das terras do Aldeamento, aproveitaram a ocasião para consolidar seus domínios sobre as terras indígenas. (SILVA, 2008a, p.82).

Nesse período, situações semelhantes ocorreriam em vários aldeamentos, uma vez que as câmaras municipais, representadas pelos seus vereadores, que eram em sua grande maioria invasores das terras indígenas, solicitaram aos poderes públicos as terras dos antigos aldeamentos para serem integradas ao patrimônio público. (SILVA, 2003).

No final do século XIX, “vários aldeamentos foram declarados oficialmente extintos no Nordeste, favorecendo os tradicionais esbulhos, legitimando-se os antigos invasores das terras indígenas.” (SILVA, 2003, p. 42).

Segundo Silva (2003), as disputas das terras dos indígenas entre as câmaras municipais e fazendeiros, ocasionaram inúmeros conflitos, expulsões e até produção de documentos que “atestariam” a decadência das aldeias, no intuito de “remover” esses povos, legitimando assim as invasões das terras indígenas durante as décadas seguintes. Sobre esse processo, Silva (2003, p. 42), nos trouxe importantes informações das consequências advindas das expulsões e extinções, expressadas através das tradições orais desses povos:

Os povos indígenas no Nordeste lembram em suas tradições orais que com as invasões sistemáticas de suas terras e decretação das extinções dos aldeamentos, ocorreram casos de umas poucas famílias que migraram para terras de outros aldeamentos, também oficialmente declarados extintos. Muitas famílias engrossaram o grande contingente de mão-de-obra espalhado pelas regiões vizinhas às aldeias, ora trabalhando nas fazendas, como moradores, agregados, sem terras, ora trabalhando no cultivo sazonal da cana-de-açúcar na Zona da Mata, ora vagando pelas estradas, sem-terras e sem-tetos vieram a ocupar a periferia dos centros urbanos.

Nesse contexto, ao final do Século XIX, já não se falava mais em povos e culturas indígenas no Nordeste, uma vez que a ideia de extinção baseava-se no pressuposto da assimilação dos índios ocasionada pelo processo de miscigenação racial e integração cultural. (OLIVEIRA, João, 2004).

Desse modo, passam a ser confundidos com a massa da população, não sendo mais reconhecidos como “coletividades, mas referidos individualmente como ‘remanescentes’ ou ‘descendentes’.” (OLIVEIRA, João, 2004, p. 26). Também são chamados de caboclos, e conhecidos como “índios misturados” de que falam as autoridades, a população regional e eles próprios, sendo os registros de suas festas e crenças realizadas sob o título de “tradições populares.” (OLIVEIRA, Joao, 2004).

No próximo item verificaremos como os povos indígenas no Nordeste, considerados desaparecidos, ressurgem a partir das primeiras décadas do Século XX, reivindicando seus direitos a terra e a serem reconhecidos pelo Estado como povos étnicos diferenciados.

## 1.5 Afirmações étnicas e os povos indígenas no Nordeste na atualidade

No Brasil, os dados do censo de 2010 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) revelaram que 896,9<sup>20</sup> mil pessoas se autodeclararam indígenas. Destes 36,2% encontram-se em áreas urbanas e 63,8% em áreas rurais, além de terem sido identificadas 305 etnias<sup>21</sup> e 274 línguas. A Região Nordeste, figura de acordo com dados do Censo Demográfico de 2010, entre as regiões que apresentaram um crescimento populacional dos autodeclarados indígenas. (BRASIL, 2012).

Ainda segundo dados do censo 2010 do IBGE, o Nordeste possui uma população total de 53.081.950 de habitantes. Destes, 38.821.246 situam-se em áreas urbanas e 14.260.704 em áreas rurais. (BRASIL, 2012). De acordo com os dados oficiais do respectivo órgão, em termos de pessoas autodeclaradas indígenas, o Nordeste possui uma população residente de 208.691 habitantes, sendo 106.150 localizam-se em áreas urbanas, e 102.541 em áreas rurais. (BRASIL, 2012).

A região é formada por nove estados, nos quais as populações indígenas se distribuem da seguinte forma: Alagoas (14.509); Bahia (56.381); Ceará (19.336); Maranhão (35.272); Paraíba (19.149); Piauí (2.944); Rio Grande do Norte (2597); Sergipe (5.219) e Pernambuco, com 53.284 índios. (BRASIL, 2012). Como informação complementar, da população indígena pernambucana, que em sua maioria habita no Agreste e Sertão, um contingente migratório de 3.665 encontra-se no Recife.

Em relação ao crescimento das populações indígenas do Nordeste, Luciano (2006) afirmou que os povos indígenas estão reassumindo e recriando suas tradições, negadas, durante tanto tempo, por questões políticas, econômicas, religiosas, ou por terem sido despojados das suas terras, sendo, portanto, estigmatizados em função dos seus costumes tradicionais.

Deste modo, apesar de dados que comprovam o aumento das populações indígenas, pode-se observar que de uma forma geral, os “povos indígenas não se enquadrariam na representação genérica de ‘índios’, onde lhes é sempre atribuída a

---

<sup>20</sup> O IBGE/2010 informou que dos 896,9 mil indígenas, o total inclui os 817,9 mil indígenas declarados no quesito cor ou raça do Censo 2010 (e que servem de base de comparações com os Censos de 1991 e 2000) e também as 78,9 mil pessoas que residiam em terras indígenas e se declararam de outra cor ou raça (principalmente pardos, 67,5%), mas se consideravam “indígenas” de acordo com os seguintes aspectos: tradições, costumes, cultura e antepassados.

<sup>21</sup> Segundo informações do IBGE/2010, o respectivo Censo investigou pela primeira vez o número de etnias indígenas (comunidades definidas por afinidades linguísticas, culturais e sociais).

condição de primitivos e de coletividades absolutamente estranhas as instituições ocidentais e ao modo de vida moderno.” (OLIVEIRA, João, 2004).

Assim, são muitos os questionamentos e dúvidas em relação à identidade étnica do índio do nordeste, que ainda se faz presente no Século XXI, uma vez que usualmente nos deparamos com concepções romantizadas que revelam no imaginário popular a ideia de um índio “puro”, com características físicas e biológicas definidas racialmente que nada lembram os índios nordestinos, conforme a visão de um não índio do Sertão de Pernambuco:

[...] Do meu ponto de vista, os traços não são de índio. Eles não têm traços de índio... Os índios do Nordeste, não vou generalizar, mas, os que assisto não têm traços de índios e perderam os costumes [...]. Por que tá tudo misturado, não tem mais aquele traço indígena, tem loiro, moreno, cabelo liso, é tudo misturado. (Entrevistado nº 2, grupo 2, p. 2).

Nesse contexto, percebe-se que a concepção de identidade baseada em estereótipos raciais é ainda vigente no senso comum, uma vez que durante muito tempo o conceito de grupo étnico “esteve vinculado à biologia e entendido como um grupo racial, identificável somática ou biologicamente [...], ou seja, grupo indígena seria, nessa visão, uma comunidade de descendentes ‘puros’ de uma população pré-colombiana.” (CUNHA, 2012, p.104).

Nessa perspectiva, de forma a compreender os processos de emergências e afirmações étnicas dos povos indígenas no Nordeste, tratar-se-á brevemente sobre o conceito de grupos étnicos e identidade étnica.

Se, antes da Segunda Guerra Mundial, o critério de raça era definidor de um grupo étnico, após esse período, a cultura passa a ser um delimitador do respectivo conceito. Assim, grupo étnico “seria, aquele que compartilharia valores, formas e expressões culturais. Especificamente significativa seria a existência de uma língua ao mesmo tempo exclusiva e usada por todo o grupo.” (CUNHA, 2012, p.106).

Segundo Cunha (2012), apesar do critério cultural ser relativamente satisfatório em algumas situações empíricas, deve-se chamar a atenção para que a cultura não seja considerada como um critério primário ou obrigatoriamente originário de uma cultura ancestral. Isso significa dizer que, se fôssemos levar em conta os elementos primários e ancestrais da cultura, teríamos que desconsiderar as interferências culturais ocorridas desde o período colonial.

Nesse aspecto, devido às interferências ao patrimônio cultural dos povos indígenas no Nordeste, realizadas através de processos de territorialização e pressões no

sentido de uma assimilação compulsória, essa cultura será marcada por diferentes fluxos e tradições culturais. (HANNERZ, 1997; BARTH, 1988 apud OLIVEIRA, João, 2004).

Por outro lado, Cunha (2012) escreveu que os indígenas, em face dessas interferências, desenvolveram estratégias de resistência em relação ao apego a alguns traços culturais, que enfatizados, preservavam a identidade do grupo. Para a referida pesquisadora esse é um processo:

[...] recorrente na afirmação étnica: a seleção de alguns símbolos que garantem, diante das perdas culturais, a continuidade e a singularidade do grupo. Assim, quase todas as comunidades indígenas do Nordeste preservam o ritual do ouricuri ou toré – a que ninguém, a não ser os índios, tem acesso - enquanto que muitas outras tradições foram abandonadas.(CUNHA, 2012, p.107).

Corroborando com essa afirmação em relação ao compartilhamento de alguns traços culturais e simbólicos presentes em vários povos, João Pacheco de Oliveira escreveu que:

Para que sejam legítimos componentes de sua cultura atual, não é preciso que tais costumes e crenças sejam, portanto, traços exclusivos daquela sociedade. Ao contrário, freqüentemente, tais elementos de cultura são compartilhados com outras populações indígenas ou regionais, como ocorre, por exemplo, com os índios Tremembé e seus vizinhos, que possuem em comum um conjunto de crenças e narrativas sobre o passado e o mundo sobrenatural, que são, no entanto, muito distintas daquelas da população rural do interior do Ceará. (VALLE, 1993 apud OLIVEIRA, João, 2004, p. 27-28).

Devido à imprevisibilidade de se destacar quais os traços culturais que devem ser enfatizados em uma cultura, a mesma deixa de ser o princípio primeiro de um grupo étnico. (CUNHA, 2012).

Nessa perspectiva, Fredrik Barth descreveu que tais grupos devem “ser vistos como uma forma de organização social. [...] Nesse sentido organizacional, quando os atores, tendo como finalidade a integração, usam identidades étnicas para se categorizar e categorizar os outros, passam a formar grupos étnicos.” (BARTH, 2000, p.31-32).

Verifica-se que o referido autor parte do princípio de que a cultura não é o principal traço que caracteriza o grupo étnico, uma vez que a cultura é mutável, no entanto, os grupos étnicos como grupos organizacionais permanecem. Em síntese, a cultura “em vez de ser o pressuposto de um grupo étnico, é de certa maneira produto deste.” (CUNHA, 2012, p.108).

Por sua vez, Arruti (2001), esclareceu que a cultura não desaparece da análise desses grupos, mas deixa de ser teoricamente relevante para a definição dos grupos étnicos, uma vez que se torna uma variável e não a constante da definição, ou seja, já não mais explica, mas é explicada pelos mecanismos e razões que delimitam e definem os grupos.

Partindo dos conceitos propostos de Fredrik Barth, de reconhecimento baseado em sua organização social, a “identidade étnica de um grupo indígena é, portanto, exclusivamente função da autoidentificação e da identificação da sociedade envolvente.” (CUNHA, 2012, p. 109). Após as considerações sobre grupo étnico e identidade étnica, voltemos aos povos indígenas e aos processos que explicam o crescimento e a diversidade desses povos na atualidade. Essa trajetória exponencial dos povos indígenas, inicia-se antagonicamente ao suposto desaparecimento “até fins do Século XIX, quando a partir das primeiras décadas do Século XX, pressionaram as autoridades para obterem o reconhecimento oficial enquanto povos étnicos diferenciados.” (SILVA, 2003, p.43).

O processo de reconhecimento dos índios no Nordeste no início da década de 1920, por um órgão do Estado, na época o Serviço de Proteção ao Índio (SPI), reconheceu os Fulni-ô, que habitavam o município de Águas Belas como o primeiro grupo étnico a obter a proteção de um órgão indigenista. (OLIVEIRA, João, 2004).

Esse movimento de reconhecimento, que Oliveira, João (2004, p.22) tratou como territorialização, é definido pelo autor como:

[...] um processo de reorganização social que implica: I) a criação de uma nova unidade sociocultural mediante o estabelecimento de uma identidade étnica diferenciadora; II) a constituição de mecanismos políticos especializados; III) a redefinição do controle social sobre os recursos ambientais; IV) a reelaboração da cultura e da relação com o passado.

Segundo Oliveira, João (2004), a partir do reconhecimento, na década de 1920, dos descendentes dos Carnijós, ocorre o segundo movimento de territorialização<sup>22</sup>, no qual as terras doadas ao antigo aldeamento missionário de Ipanema (1705) passaram ao controle do órgão indigenista para que esses descendentes residissem. A partir da implantação de um Posto Indígena chamado Fulni-ô, os descendentes dos Carnijós, assumem essa nomenclatura, mantêm a sua língua (*yatê*) e o ritual conhecido como

---

<sup>22</sup> O primeiro movimento de territorialização segundo Oliveira João (2004), foi realizado na segunda metade do século XVII e nas primeiras décadas do século XVIII, associado às missões religiosas.

ouricuri. (OLIVEIRA, João, 2004). O referido autor ainda acrescenta que o processo de territorialização funcionou como um processo antiassimilacionista. (CARDOSO, 1972 apud OLIVEIRA, João, 2004).

É importante ressaltar que a presença de um Posto Indígena do SPI na aldeia, significava além da proteção oficial, o acesso dos índios a sementes, ferramentas, e benfeitorias. (ARRUTI, 2001). As intervenções realizadas pelo órgão nos Fulni-ô, repercutiram em toda a região, de modo que outras comunidades de “caboclos” com hábitos, rituais e relações de parentesco semelhantes aos dos Fulni-ô, se interessaram em ter um posto indígena na aldeia. (ARRUTI, 2001). Todavia, a presença do SPI não significou a garantia da demarcação das terras indígenas, pois, os conflitos e disputas territoriais perdurariam nos anos seguintes.

Nesse contexto, após a instalação do Posto Indígena na aldeia dos Fulni-ô, posteriormente seriam implantados, no decorrer dos anos, outros postos em várias áreas no Nordeste, a exemplos do estado de Pernambuco: em 1937, com os Pankararu (Brejo dos Padres); em 1949, com os Atikum (Serra do Umã); em 1954, com os Kambiwá, e em 1957, com os Xukuru do Ororubá, em Pesqueira. (OLIVEIRA, João, 2004).

Em outros estados, como Alagoas, os postos seriam implantados a partir de 1944, com os Kariri-Xocó, da Ilha de São Pedro; em 1952, com os Xukuru-Kariri, da Fazenda Canto; além da Bahia, em 1937, com os Pataxó, da Fazenda Paraguasse/Caramuru; em 1940, com os Truká, da Ilha de Assunção, entre outros. (OLIVEIRA, João, 2004). Na Paraíba, os Potiguara, também entraram em contato na década de 1920, a fim de obter a intervenção do governo federal com relação a problemas territoriais. (GRUNEWALD, 2007).

A partir dos anos 1970, diversos outros povos indígenas reivindicaram a identificação oficial como indígenas no Nordeste, principalmente dos estados de Alagoas, Bahia e Ceará. Esse processo de ressurgimento dos índios do Nordeste recebeu o nome na antropologia de etnogênese, abrangendo tanto a emergência de novas identidades, como a reinvenção de etnias já reconhecidas. (OLIVEIRA, João, 2004).

Sobre a etnogênese, Arruti (2001) compreendeu-a como um processo social e não como um grupo específico e diferenciado de indígenas. Enquanto processo, o pesquisador chamou a atenção para a fase pós-reconhecimento, percebida pelo próprio movimento indígena, pela sociedade e pelos órgãos públicos, ou seja, após esse período, tais grupos, deveriam deixar de serem considerados emergentes. (ARRUTI, 2001).

O autor<sup>23</sup> acima mencionado, também dividiu a etnogênese em três ciclos: o primeiro ciclo se esgotou em meados da década de 1940, e justificava a reivindicação da identidade indígena através da continuidade memorial e territorial de grupos aldeados em missões ou advindos de regiões historicamente identificadas como áreas de perambulação e refúgio de grupos fugidos. Pauta-se essa fase no que o pesquisador denomina de sobrecodificação de circuitos e redes sociais que se materializam através dos rituais e das relações de parentesco advindos das terras de antigos aldeamentos; no segundo ciclo, a partir dos anos 1970, as reivindicações do reconhecimento da identidade indígena, não estão mais ligadas necessariamente às terras dos antigos aldeamentos, nem operam através da sobrecodificação de uma rede anterior de trocas, rituais e parentesco, portanto tomam outra configuração, uma vez que as reivindicações se multiplicam, estando ligadas à constituição de um campo indigenista no Brasil, e que tem como um de seus principais atores o Conselho Indigenista Missionário (CIMI), vinculado à Igreja Católica. (ARRUTI, 2001). É importante ressaltar que, desde o início dos processos de etnogênese, o Estado brasileiro impôs restrições ao reconhecimento dos povos indígenas, baseado no saber prático sobre o que significava ser indígena, o que resultou na importância historicamente atribuída ao Toré no Nordeste. (ARRUTI, 2001). Após os anos 1970, as restrições voltaram-se para os laudos periciais antropológicos, que atribuíam aos antropólogos o saber formal e legítimo sobre os grupos indígenas. (ARRUTI, 2001).

O terceiro ciclo, segundo Arruti (2001), pode ser caracterizado através das mudanças introduzidas no ordenamento jurídico nacional, decorrentes da ratificação, pelo governo brasileiro em 2002<sup>24</sup>, da Convenção nº 169 sobre “Povos Indígenas e Tribais”, adotada na 76ª Conferência da Organização Internacional do Trabalho (OIT), em 1989, que modifica as dinâmicas sociais envolvidas nos processos de etnogênese.

---

<sup>23</sup> Sobre a análise do processo de Etnogênese, o autor também trouxe a perspectiva da Partogênese, que seria resultado de rupturas faccionais entre os povos indígenas, oriundas em geral de fatores externos, a exemplo dos Tuxá, que tiveram suas terras inundadas nos anos 1940 pela Usina Hidrelétrica (UHE) de Itaparica e só sendo contemplados parcialmente em suas necessidades territoriais no momento do reassentamento. Os Tuxá se dividiram em outros dois grupos, distribuídos por regiões muito distintas. O autor ainda complementou que os três núcleos formados, apesar de continuaram a se reconhecer como parte de uma mesma etnia, sua fragmentação teve consequências políticas (fragmentação das autoridades fundadas sobre recortes internos ao grupo original) e rituais (criação de variações sobre o exercício de sua tradição), que acabaram conformando a constituição de grupos étnicos autônomos. (ARRUTI, 2001).

<sup>24</sup> A convenção nº 169 da OIT, ratificada em julho de 2002, entrou em vigor no Brasil em julho de 2003, após um ano de sua ratificação.

Para compreendermos as mudanças nos processos de etnogênese, a partir da Convenção nº 169, vamos destacar o artigo 1º e 7º, que dizem respeito à primeira parte da política geral da Convenção, no que se refere a sua aplicação:

Art. 1º. A autoidentificação como indígena ou tribal deverá ser considerada um critério fundamental para a definição dos grupos aos quais se aplicam as disposições da presente Convenção.

Art. 7º. Os povos interessados terão o direito de definir suas próprias prioridades no processo de desenvolvimento na medida em que afete sua vida, crenças, instituições, bem-estar espiritual e as terras que ocupam ou usam para outros fins, e de controlar, na maior medida possível, seu próprio desenvolvimento econômico, social e cultural. Além disso, eles participarão da formulação, implementação e avaliação de planos e programas de desenvolvimento nacional e regional que possam afetá-los diretamente.

Nesse sentido, a importância da Convenção para os processos da etnogênese, ocorre quando o Brasil abdica formal e teoricamente dessa sua prerrogativa com relação ao poder de classificar a população indígena, tendo como consequência a mudança dos mecanismos de legitimação das etnogêneses, na medida em que deixam de ser determinadas pelo Estado, passando a estar submetidos a uma dinâmica mais complexa. (ARRUTI, 2001).

É nesse contexto, que apresentaremos no próximo item, os povos indígenas em Pernambuco, incluídos no processo de etnogênese.

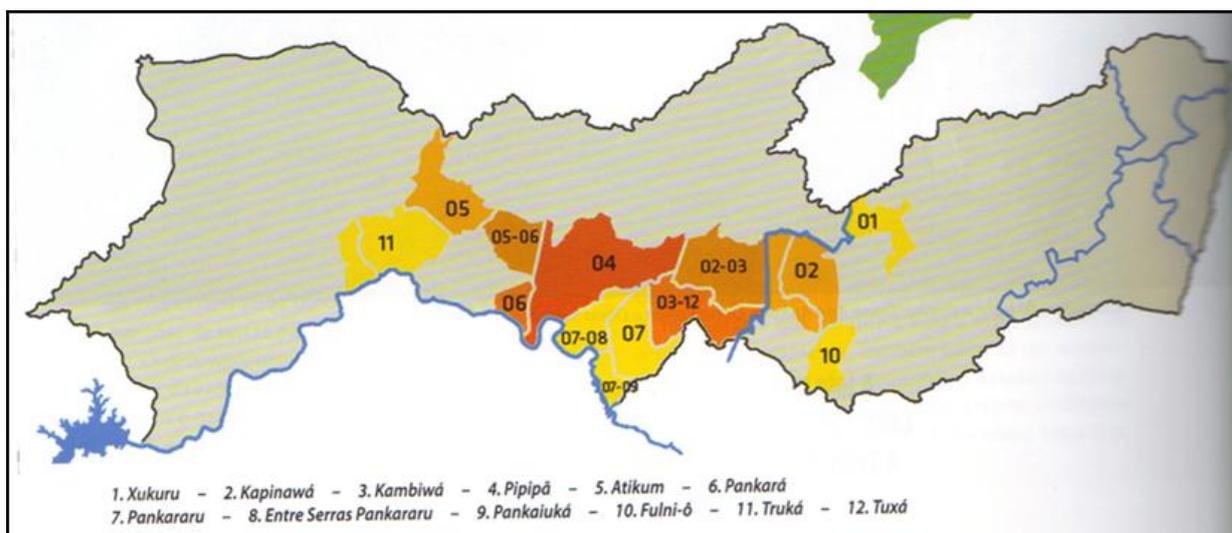
### **1.5.1. Os povos indígenas em Pernambuco**

De acordo com dados do censo de 2010 do IBGE, 53.284 mil pessoas se autodeclararam indígenas no estado de Pernambuco. (BRASIL, 2012). Atualmente, existem neste estado 12 povos<sup>25</sup> indígenas, conforme figura abaixo, que habitam as regiões do Agreste e Sertão. Apesar de todos os 12 povos serem já reconhecidos pelo Estado brasileiro, essa realidade é pouco conhecida na Região Nordeste e mesmo no estado em que habitam. (SECUNDINO; FERREIRA, 2007).

---

<sup>25</sup> Segundo dados da publicação Guerreiras, a força da mulher indígena do Centro de Cultura Luiz Freire, os povos indígenas estão localizados nos seguintes municípios: Buique, Tupanatinga e Ibirimir, são habitados pelos Kapinawá; em Pesqueira, os Xukuru, em Águas Belas, os Fulni-ô, em Inajá, os Tuxá, em Ibirimir e Inajá, os Kambiwá, em Floresta, os Pipipã, em Petrolândia, Tacaratu e Jatobá, os Pankararu, em Petrolândia, os Pankararu Entre Serras, em Jatobá, os Pancaikuká, em Carnaubeira da Penha e Salgueiro, os Atikum, em Carnaubeira da Penha e Itacuruba, os Pankará, em Cabrobó e Orocó, os Truká. (LEAL; ENEIDA; ANDRADE, 2012).

## POVOS INDÍGENAS EM PERNAMBUCO



Fonte: LEAL; ENEIDA; ANDRADE. (2012, p.8)

Apesar desse suposto desconhecimento, os povos indígenas em Pernambuco construíram, no cenário brasileiro, uma trajetória histórica diferenciada e importante, assim como outros povos no Nordeste, uma vez que, ao serem expropriados ao longo dos séculos de suas terras, uma parcela importante dos indígenas, encontrou formas de resistência de modo a afirmarem suas identidades étnicas, reelaborando modos de sobrevivência ao incorporar práticas econômicas, produtivas e socioculturais da sociedade envolvente.

Referindo-se às práticas econômicas e produtivas, dentro do contexto das economias indígenas, verifica-se, em torno das formas de produção, que a agricultura e a criação de pequenos animais, ou mesmo, em menor escala, a criação de bovinos e caprinos, são formas predominantes de sobrevivência dos indígenas no Nordeste, e em específico de Pernambuco.

Para podermos compreender como se processam as economias indígenas dos índios em Pernambuco em suas múltiplas correlações diante das reelaborações de sobrevivência e incorporação de práticas da sociedade envolvente, cabe um esclarecimento do termo economias indígenas, entendido por Schröder (2003, p. 19) como um conjunto de:

[...] critérios estruturais, organizativos e sociais, [...] a exemplo, das formas de produção (agricultura de corte-e-queima, caça, coleta, pesca, etc); [...] pelas unidades de produção e consumo que quase sempre são étnicas (principalmente unidades domésticas e grupos de parentes); [...] pelo baixo

grau de especialização nos processos produtivos (formas simples de divisão do trabalho); [...] pelas trocas não monetizadas, [...]; pelas dimensões reduzidas de circulação de produtos [...].

Segundo ainda esse pesquisador, as economias indígenas são plurais, diferenciando-se das representações ocidentais de economia, uma vez que estão “inter-relacionadas com outras áreas de sua cultura” (SCHRÖDER, 2003, p.22), a exemplo do meio ambiente, da organização social, da organização política e da cosmologia (influência dos conhecimentos das constelações nos calendários econômicos e ciclos anuais). (SCHRÖDER, 2003).

Corroborando para essa visão de correlações, Luciano (2006, p.189) afirmou que a luta dos povos indígenas pela sobrevivência através da sabedoria ancestral vivenciada milenarmente possibilita encontrar formas de reação “diferenciada às situações socioeconômicas que enfrentam e que geram as diferentes economias indígenas, no plural, o que tem a ver com os contextos econômicos, as experiências vividas, as características naturais dos territórios e as pressões sofridas.”

Na visão do referido autor, as economias indígenas têm um caráter integrador, devido ao alto grau de sustentabilidade, pois estabelecem relações de interdependência com a natureza e o mundo dos “homens”, com as organizações sociais, com as relações de parentesco, com os rituais sociais e religiosos que apresentam funções específicas indispensáveis ao equilíbrio. (LUCIANO, 2006).

Diante das considerações, as economias indígenas em Pernambuco, em termos de produção, se fazem presentes através da agricultura nas áreas indígenas de duas formas: através de práticas agrícolas voltadas a uma produção sem uso de agrotóxico; e uma prática agrícola com o uso de agrotóxicos, em geral utilizado em monocultivos de cebola, tomate, melancia, entre outros, para atender a dinâmica do mercado local. Podemos citar, como exemplo, Orocó, Cabrobó, Pesqueira, Inajá, que estiveram a mercê dos invasores de terras durante séculos, portanto, sujeitos as influências de práticas agrícolas dos não índios.

Apesar desse quadro, observa-se que os índios em Pernambuco também estão inseridos na concepção das economias indígenas, conforme as considerações de Gersem dos Santos Luciano, ao correlacionarem a agricultura com os rituais sociais ou religiosos, a exemplo do Povo Pankararu, em relação a safra do Umbu, relacionando-o a festas, fartura e a rituais de purificação ou ainda o uso do calendário lunar no plantio. Portanto, verifica-se uma prática diferenciada em relação ao agricultor familiar

convencional da região do Sertão e Agreste. Apesar dessas correlações com a natureza e a cosmologia, autores como Araújo e Ordônio (2011, p.2) chamaram a atenção para o fato de que:

Ao contrário do que o senso comum costuma acreditar, não necessariamente a agricultura indígena atual é ecológica, principalmente no caso do nordeste brasileiro. A influência dos chamados métodos brancos de lavoura são muito antigos, alterando bastante a forma de produzir dos povos indígenas desde longa data. Aliado a perda dos seus territórios e destruição dos ecossistemas, comumente encontramos hoje métodos de cultivo e criação de animais muito semelhantes com os da região onde estão inseridos.

Os referidos autores também enfatizaram que apesar da incorporação das práticas agrícolas antiecológicas inseridas pelos não índios, “as ilhas de resistência” conservam o saber tradicional dos antepassados. (ARAÚJO; ORDÔNIO, 2011). Assim, podemos reconhecer essas ilhas de resistência, citando alguns exemplos, como os Kapinawá, que habitam o município de Buíque e os Xukuru do Ororubá, que habitam Pesqueira e Poção no Agreste pernambucano, os Pankararu, que habitam os municípios de Petrolândia, Tacaratu e Jatobá e os Atikum e os Pankará, que habitam Carnaubeira da Penha, todos esses últimos da região do Sertão. Na realidade, esses povos em geral oscilam na agricultura entre os saberes tradicionais ancestrais, conservando suas ilhas de resistência e as influências da sociedade envolvente, seja pelo uso do agrotóxico ou de práticas nocivas ao meio ambiente que contribuíram para a perda da biodiversidade de seus cultivos, ou pelas exigências de uma produção voltada apenas para o mercado local, ao invés de uma produção que também garanta a qualidade e segurança alimentar da população indígena.

É nesse contexto que se inserem os índios em Pernambuco, e suas correlações com o seu território e suas expressões socioculturais, advindas de um processo de contato interétnico com a sociedade envolvente, tendo como consequência a adoção de práticas externas que, de certo modo, ameaçam, no dizer de Luciano (2006, p.190), “a sustentabilidade ambiental que garante a sustentabilidade físico-cultural dos povos indígenas [...]”

Assim, as políticas públicas de Assistência Técnica e Extensão Rural (Ater) ligadas à agricultura familiar, na qual se inserem os povos indígenas, como parte desse segmento, através da Lei nº 12.188, de 11/01/2010, têm um importante papel na garantia e manutenção dessa sustentabilidade ambiental e físico-cultural dos povos indígenas, na medida em que podem estabelecer um diálogo intercultural sobre os

processos referentes às economias indígenas, gestão territorial, agricultura orgânica, entre outros. Desse modo, no próximo capítulo, veremos como está se estabelecendo o diálogo entre os povos indígenas e a Extensão Rural.

## **CAPITULO II**

### **EXTENSÃO RURAL E POVOS INDÍGENAS: POSSÍVEIS DIÁLOGOS**

Nesse capítulo abordaremos a história da Extensão Rural e seus referenciais teórico-metodológicos fazendo correlações com os novos desafios e temáticas que permeiam o trabalho na extensão, entre eles a Ater indígena. Em seguida verificaremos as contribuições da PNATER no cenário da Extensão e uma breve análise da Lei de Ater 12.188/2010. Também são abordados brevemente os antecedentes históricos da Ater indígena na Extensão e a importância das Redes Temáticas de Ater junto aos povos indígenas e suas contribuições, limites e possibilidades na construção de uma Extensão Rural junto aos povos indígenas.

Esse capítulo, portanto, tem o objetivo de discutir a Extensão Rural em áreas indígenas e demonstrar a construção de possíveis diálogos.

#### **2.1. Extensão Rural: novas temáticas, novos desafios**

O termo Extensão Rural ainda parece soar de certa forma “desconhecido”, ou identificado e percebido por uma grande maioria dos segmentos da agricultura familiar, como ações que se restringem mais especificamente às questões ligadas à agropecuária e ao crédito. Essa observação é baseada nas nossas experiências<sup>26</sup> de campo, como extensionista do IPA, durante anos, onde a materialidade da Extensão Rural é reconhecida através de ações produtivas e tecnicistas.

Autores como Diesel e Dias (2010) apontaram abordagens distintas para diferenciar os campos de atuação da Extensão. Assim, a Extensão Agrícola segundo Diesel e Dias (2010, p.1) “trata essencialmente de aspectos relacionados à efficientização técnica e econômica dos processos de produção agropecuária.” Já a Extensão Rural “integra-se à diversidade das intervenções orientadas à promoção de maior sustentabilidade, dinamismo econômico e equidade social no meio rural.” (DIESEL; DIAS, 2010, p.2).

---

<sup>26</sup> Observações realizadas durante sete anos de experiência na Ater do IPA com pescadores artesanais, agricultores familiares, quilombolas e mais recentemente verificadas através das pesquisas realizadas com índios de várias etnias, embora esses últimos seja objeto de maior estudo e observação.

Pode-se dizer que a Extensão Agrícola está mais próxima da forma como os segmentos da agricultura familiar em geral percebem as ações da Ater. Portanto, as percepções de que em geral os trabalhos de Ater se limitam ao enfoque agropecuário ou ao crédito são advindas, em grande parte, da herança das políticas implantadas para a modernização da agricultura a partir da década de 50, “período em que ocorreu a institucionalização da Extensão Rural no Brasil.” (PEIXOTO, 2008). Referindo-se aos primeiros significados da Extensão Rural em suas origens, Caporal (1998, p.42) afirmou que:

No Brasil, as definições de extensão seguiram exatamente as mesmas tendências das definições estabelecidas nos EUA. Assim, desde suas origens, a extensão é vista como uma atividade educativa, um processo de educação não formal, destinado a homens, mulheres e jovens do meio rural. A relação entre os agentes e os clientes ocorre através de um processo de comunicação, onde o conteúdo tem a ver com as “novas ideias”, que são disseminadas através do uso de uma “metodologia de extensão”, desenvolvida para este fim. Ou seja, é uma ação destinada a influenciar para que ocorram mudanças em áreas rurais. (aspas do autor, tradução nossa).

Ou seja, inicialmente, a Extensão Rural se propõe a educar o “homem” do campo, compreendido pela perspectiva do modelo de desenvolvimento urbano-industrial como imerso em um cenário de “atraso tecnológico” e pobreza. Logo, o discurso da Extensão Rural naquele momento era baseado no “[...] aumento da produção e da produtividade agrícola e elevação dos níveis de vida da população rural – entendendo por esta principalmente pequenos e médios agricultores.” (FONSECA, 1985, p.88).

Posteriormente, segundo Caporal e Costabeber (2007), ainda na década de 1950, em decorrência da avaliação dos resultados insatisfatórios com os agricultores, a Extensão Rural passa a adotar os princípios do modelo difusionista inovador, que se baseia na ideia de que as mudanças sociais se realizavam através das intervenções técnicas e “[...] não por alterações nas estruturas sociopolíticas e econômicas dessas sociedades.” (FONSECA, 1985, p. 53).

Em relação à prática extensionista do período, Fonseca, (1985) destacou que os conflitos e as contradições decorrentes do capital, a pobreza e as desigualdades sociais não faziam parte da agenda e das temáticas tratadas no campo com os agricultores. Além dessa visão acrítica da realidade, as práticas entre o técnico e o agricultor pautavam-se por uma relação desigual que desconsiderava e desconstruía o saber desses

últimos. Uma vez que o saber científico era reconhecido como “superior” pelos profissionais da Extensão. O que se observou nesse contexto é que:

[...] embora partisse de problemas concretos das comunidades rurais, o que se propunha era uma administração desses problemas segundo perspectivas alheias aos interesses imediatos dessas comunidades (acesso à terra, melhores condições de trabalho), tendo como suporte um trabalho educacional de destruição do saber próprio dessas populações para a implantação de um saber produzido no exterior. (FONSECA, 1985, p.54).

Segundo Fonseca (1985), a adoção de novas tecnologias alterou profundamente o modo de vida sociocultural dos agricultores, sua forma de produzir, suas relações com o meio ambiente, uma vez que foram introduzidos adubos químicos, sementes e mudas selecionadas, agrotóxicos, máquinas e implementos agrícolas, etc.

Após quase uma década de trabalho fundamentado no difusionismo-inovador, a partir dos anos 1960, os médios e grandes produtores passam a ser o foco principal dos trabalhos da Extensão Rural, pois estariam mais aptos a adotar as tecnologias modernas. Nesse contexto, o crédito rural subsidiado passou a ter um importante papel na aquisição de insumos e máquinas agrícolas. Caporal e Costabeber (2007, p. 7) nos falaram sobre a consequência da utilização do crédito, na década de 1970:

Com taxas negativas ao longo da década de 1970, o crédito rural transformou-se no cavalo de batalha da extensão rural, cujo trabalho restringia-se quase por completo aos procedimentos burocráticos e à assistência técnica ao empreendimento financiado.

Diante desse cenário, em meados da década de 1970, com a criação da Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMBRATER) a Extensão Rural baseia a sua atuação em dois segmentos distintos: de um lado o trabalho tecnológico continuaria com os grandes e médios produtores, de outro os agricultores de baixa renda foram incorporados posteriormente nos trabalhos de Ater, a partir de um discurso social, sob a perspectiva assistencialista. (CAPORAL; COSTABEBER, 2007). Paralelamente à criação da EMBRATER, os movimentos sociais apesar de forte repressão militar, surgem e contribuem também para o significado polissêmico<sup>27</sup> da Extensão Rural. (CALLOU, 2006). Vale a pena citar que é também na década de 1970

---

<sup>27</sup> Sobre o entendimento do significado polissêmico da Extensão Rural ver Angelo Brás Fernandes Callou, em seu livro *Extensão rural: polissemia e memória*, indicado ao final dessa dissertação na referência.

que os movimentos indígenas no Brasil começaram a se organizar e debater sua situação de dominação e discriminação histórica na sociedade brasileira. (NEVES, 2003).

Dessa forma, a história da Extensão Rural no Brasil foi marcada durante um longo período pela teoria da difusão de inovações, “o que levou os extensionistas a voltarem a sua atuação para a transferência de tecnologia, tendo como objetivo a ‘modernização conservadora’ da agricultura.” (CAPORAL; RAMOS, 2006, p. 31).

Assim, se contrapondo a perspectiva difusionista, em que a Extensão Rural se baseava, Paulo Freire escreveu há mais de 40 anos sobre a ressignificação do conceito de “extensão” no Brasil, no seu livro *Extensão ou Comunicação?*.

O referido educador trouxe importantes contribuições sociológicas e pedagógicas que só chegaram à extensão na década de 1980, propondo um novo olhar sobre o conceito de extensão e suas práticas, a partir do momento em que criticou as relações de subalternidade entre o agrônomo e os agricultores, pautadas em uma educação que denominou de bancária, trazendo novas abordagens através da comunicação pelo diálogo e a crença da educação como um ato libertador.

Assim, Freire referiu-se à extensão como um ato de comunicação entre o agricultor e o técnico, se contrapondo ao ato de “persuadir”, “extender”, uma vez que entendia que o “[...] educador, se recusa a ‘domesticação’ dos homens, sua tarefa corresponde ao conceito de comunicação, não ao de extensão.” (FREIRE, 2002, p. 24).

Essa nova abordagem da Extensão Rural, provocou de certa forma, se não uma ruptura com o modelo, ao menos reelaborações para a construção de novas metodologias no campo, pautadas a partir da realidade local, humanista e no reconhecimento do outro como sujeito histórico. Sobre a consolidação Freiriana, frente aos aportes teóricos da Extensão Rural convencional, e sobre a capacidade polissêmica da mesma, firmando o seu significado como processo educativo-comunicacional, Callou (2006, p.99) afirmou que:

Os pesquisadores pós-paulofreirianos desenvolveram um esforço teórico enorme, particularmente no campo da comunicação – pois daí advieram, majoritariamente, as principais contribuições – para, pouco a pouco, a Extensão firmar o seu significado educativo-comunicacional diante da consolidada teoria da difusão de inovações. As organizações não governamentais e os técnicos que superaram a visão extensionista tradicional, tiveram um papel fundamental nesse processo.

Em relação à perspectiva Freiriana, concordando com as afirmações que considero atuais de Caporal e Costabeber (2007, p.13), quando fizeram referência ao debate sobre as condições para uma nova Extensão Rural, verificam que “a teoria da escola de educação libertadora não se incorporou a prática dos extensionistas, os quais manifestam-se confusos quanto a linha pedagógica que seguem.” No entanto, verifica-se que, na contramão desse processo, as organizações de base e pastorais desenvolveram ações na perspectiva da comunicação dialógica, sendo responsáveis de certo modo pelo acúmulo de experiências Freirianas. (CALLOU, 2006).

Nos anos 1990, o cenário político e econômico é marcado pelo contexto neoliberal, que no Brasil se estabelece através da política do Estado mínimo, tendo como consequência a extinção de vários órgãos, entre eles a EMBRATER.<sup>28</sup> De acordo com Peixoto (2006, p. 26), as consequências desse fato é que:

[...] nos anos seguintes subsequentes à extinção da Embrater, houve desorganização de todo o sistema oficial de Ater, provocando nos estados extinções, fusões, mudanças de regime jurídico, sucateamentos e, principalmente, a perda de organicidade e de articulação entre as diversas instituições executoras do serviço.

Especificamente em Pernambuco, a Ater estatal denominada Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER-PE), foi extinta, o que ocasionou ao longo dos anos a perda da capacidade de atuação nas áreas rurais, e a ruptura da história e memória da extensão pernambucana que, posteriormente, reconstrói suas ações em novos cenários, a partir da incorporação dos serviços de Ater em 2003, ao Instituto Agrônomo de Pernambuco, como veremos mais adiante.

As políticas do Estado mínimo também atingem a Fundação Nacional do Índio (FUNAI), nos anos 1990, que fragilizada pela falta de credibilidade perante a opinião pública e a perda gradativa do espaço nas mediações junto às comunidades indígenas, é também atingida pelo contexto neoliberal, na medida em que ocorre o sucateamento do órgão através de repasses financeiros mínimos, falta de contratação e qualificação de profissionais, aumento da burocracia nas suas ações, principalmente em relação à demarcação das Terras indígenas. (SOARES, 2008).

---

<sup>28</sup> O Decreto nº 99.226 de 27 de abril de 1990, dispõe sobre a dissolução da Embrater, junto com outras entidades da Administração Pública Federal.

A crise estava estabelecida na década de 1990, no âmbito ambiental, social, econômico, político, como resultado de modelos de desenvolvimento baseado exclusivamente no crescimento econômico. Como disse Leonardo Boff, teólogo e educador, “fizemo-nos reféns de um modelo civilizatório depredador e consumista que, se universalizado, demandaria três planetas semelhantes ao nosso.” (BOFF, 2003, p.35). Novas práticas e novos paradigmas emergem se contrapondo e reavaliando os conceitos hegemônicos vigentes nos mais variados campos da ciência. As discussões pautadas pelos movimentos sociais e os eventos da década de 1990, como a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, mais conhecida como Rio-92, trazem à tona perspectivas de discussões sobre os padrões de produção e consumo, erradicação da pobreza, uso da terra, resíduos (lixo), colapso ecológico, e políticas de desenvolvimento sustentável. (NOVAES, 2003). É nesse contexto que surgem posteriormente na Extensão Rural novos desafios, novas temáticas e novos atores visibilizando a complexidade do meio rural.

Desse modo, Caporal um dos autores que trouxe em seus trabalhos críticas ao modelo Difusionista, propõe novos referenciais teóricos para a Extensão Rural, na perspectiva do desenvolvimento sustentável, visando romper de vez com o respectivo modelo. Essa nova reorientação de base teórica para a Extensão Rural é possível nas palavras do autor “[...] a partir da adoção dos princípios da Agroecologia [...]” (CAPORAL, 2009, p.32). Assim, Caporal (1988 apud CAPORAL, 2009, p.33) definiu o conceito de Extensão Rural Agroecológica como:

...um processo de intervenção de caráter educativo e transformador, baseado em metodologias de aprendizagem e ação participativa (AAP) que permitam o desenvolvimento de uma prática social mediante a qual os sujeitos do processo possam atuar na construção e sistematização de conhecimentos que lhes permita incidir conscientemente sobre a realidade, com o objetivo de alcançar um modelo de desenvolvimento socialmente equitativo e ambientalmente sustentável, adotando os princípios teóricos da Agroecologia como critério para o desenvolvimento e seleção das soluções mais adequadas e compatíveis com as condições específicas de cada agroecossistema e do sistema cultural das pessoas implicadas em seu manejo.

É importante salientar que o referido conceito trouxe contribuições e abordagens teórico-metodológicas em consonância com temáticas e percepções discutidas como parte dos novos desafios da Extensão, tais como a ação-participativa, a valorização do conhecimento endógeno e sistematizado da comunidade local, que, apesar de parecer um chavão na Extensão, é ainda algo muito distante da realidade

cotidiana metodológica dos profissionais. Outros elementos a destacar são a construção de ações junto aos segmentos da agricultura familiar, pautadas na equidade social e ambiental, levando em consideração a sustentabilidade a partir de suas dimensões ética, econômica, social, ambiental, cultural e política. Além da preservação e percepção do saber ecológico local, cujas perspectivas quando construídas junto aos povos indígenas, respeitando as especificidades, podem responder às demandas e reivindicações de acesso às políticas públicas e projetos de vida desses povos.

Nesse sentido, corroborando para a ideia de que novas temáticas, além das questões agropecuárias e do crédito desafiam os profissionais de Ater, o relatório de pesquisa, elaborado em 2008, como resultado do Seminário “O estado da arte do ensino da Extensão Rural no Brasil”, realizado pela Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE) e pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), analisa que:

Nesse cenário, a Extensão Rural é desafiada a se posicionar, hoje, diante de um leque de novos referenciais, como: a reorganização do trabalho e da produção dentro de uma ótica do associativismo/cooperativismo e da economia solidária; as desigualdades sociais associadas a gênero, etnias e geração; as concepções de desenvolvimento, que promovem o empoderamento dos contextos sociais excluídos, tal como descritas no Desenvolvimento Local; a expansão das novas tecnologias de comunicação e informação; a perspectiva comunicacional, que considera as populações do meio rural como sujeitos que reagem às políticas governamentais e não-governamentais como produtores de sentido; os movimentos sociais pela terra; a agricultura familiar e suas relações com a segurança alimentar; a representatividade das atividades não-agrícolas e, mais recentemente, a agroecologia. (CALLOU... [et al.], 2008).

Pesquisadores como Rivera e Sulaiman (2009, p.271), citados por Diesel e Dias (2010, p.2), também apontaram a diversidade das populações do segmento da agricultura familiar inseridos em contextos socioculturais e históricos complexos que demandam novos entendimentos para a Extensão Rural, uma vez que:

“[...] instituições de extensão, hoje em dia, estão sendo chamadas a enfrentar os temas sociais que não são estritamente vinculados aos assuntos agrícolas ou produtivos [...] como os relacionados à saúde (especialmente a AIDS), população, meio ambiente e sustentabilidade, ou seja, temas não relacionados apenas à produtividade e à rentabilidade oriunda dos vínculos dos agricultores como os mercados?”. (aspas dos autores).

Partindo dessas concepções, a Extensão Rural, incorporou através da PNATER, instituída em 2004, novos segmentos da Agricultura Familiar, entre eles os

povos indígenas. Esse público até meados da década de 1990 eram oficialmente atendidos pela FUNAI, de modo que, considerando as diferenças regionais e históricas, eram incorporados de acordo com a realidade local eventualmente ou regularmente nos projetos produtivos da Extensão Rural estatal, sejam como indígenas ou sob a alcunha da identidade de “caboclos.” Como confirmou Verdum (2010, p. 25):

É difícil deixar de supor que não tenha havido fluxos de ideias, estratégias, instrumentos, técnicas e pessoal, e que comunidades indígenas não tenham sido envolvidas em ações do extensionismo rural pelo Brasil a fora, que estava orientado pela idéia de promoção do desenvolvimento comunitário. Contribui para isso a lembrança que tenho de relatos de indígenas, de diferentes faixas etárias, do Nordeste e da Região Sul, e também da Amazônia, como Roraima, que em conversas nada estruturadas mencionaram ter participado de cursos formação e de capacitação em ‘escolas agrícolas’ e ‘escolas agrotécnicas’; ou de visitas recebidas em suas aldeias ou locais de moradia de técnicos ligados a agências de extensão rural do estado[...]. (aspas do autor).

Desse modo, pode-se dizer que a inserção dos indígenas nas políticas públicas setoriais, entre elas da Extensão Rural no âmbito do MDA, se realiza após o fim da tutela do Estado, pressionado pelos movimentos indígenas, que reivindicam os direitos constitucionais garantidos desde 1988, através do Art. 231 da Constituição Federal. (VERDUM; MOREIRA, 2005).

As transformações no campo político e dos direitos humanos fizeram com que a Extensão Rural tivesse mais um desafio: trabalhar com a diversidade cultural dos povos indígenas das mais diversas regiões do Brasil, cujas expressões socioculturais, históricas e projeto de vida divergem de uma forma geral do modo de viver do que se costuma chamar de sociedade envolvente.

## **2.2. Diálogos possíveis entre a Extensão Rural e povos indígenas**

Para tratar da relação entre Extensão Rural e povos indígenas, se utilizarão as expressões Ater indígena ou Extensão Rural junto aos povos indígenas, utilizadas no âmbito do MDA. Ainda respaldo-me no documento da 1º Conferência Nacional sobre Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar e Reforma Agrária (CNATER), no qual é utilizado o termo Ater indígena, indicando a necessidade de se “criar a categoria de Ater indígena dentro das empresas públicas de Ater.” (CNATER, 2012, p.32).

É importante definir como o MDA compreende conceitualmente as ações de Extensão Rural em áreas indígenas, de modo a orientar as práticas cotidianas do profissional de Ater a partir dos referenciais teórico-metodológicos mais adequados.

Assim, segundo informações do site do MDA,<sup>29</sup> os projetos de Ater nas respectivas áreas têm como referência o etnodesenvolvimento<sup>30</sup> das comunidades, a promoção da segurança alimentar e o incentivo às atividades produtivas em comunidades indígenas, por intermédio de metodologias específicas que valorizem os elementos culturais, os aspectos ambientais e os alimentos tradicionais. Complementando as informações, segundo o site, as diretrizes têm como referência a Política Nacional de Ater e as determinações apontadas pela Comissão Nacional de Política Indigenista.

De forma a contribuir para a compreensão dos trabalhos de Ater em áreas indígenas, partiu-se, pois, do pressuposto de que a Ater indígena deve ser construída junto com os povos, a partir de seus processos endógenos, e da compreensão dos rituais e da religiosidade e suas correlações com a agricultura e a natureza, respeitando as expressões socioculturais e projetos de vida de cada povo, podendo ter como referência os princípios do etnodesenvolvimento de modo a estabelecer, uma relação intercultural.

Pode-se observar, de uma forma geral, que muitos povos indígenas em contato com os não índios perderam as suas formas tradicionais de cultivo, atingidos pelos projetos desenvolvimentistas. O SPI e a FUNAI nos primórdios, “após atrair, aldear, ou transferir os chamados índios isolados e arredios implantavam programas para torná-los produtivos.” (ARAÚJO, 2007, p.6).

Um exemplo desse processo diz respeito ao povo Krahô, que habita o estado de Tocantins, em 320.000 hectares. Na década de 1970, o estado brasileiro realizou projetos de plantação de arroz em terras Krahô, que passaram apenas a cultivar arroz com o objetivo de consumir e vender o excedente para os não índios. (OLIVEIRA, Joana, 2007). Como resultado, os Krahô perderam as referências dos seus cultivos tradicionais, e quase toda a sua biodiversidade agrícola, além de referências ancestrais de cultivo, como o conhecimento sobre as plantas.

---

<sup>29</sup> Dado disponível em: <http://www.mda.gov.br/portal/saf/programas/projetosespeciais/2308122>. Acesso em: 25/04/2012.

<sup>30</sup> Segundo Stavenhagen, etnodesenvolvimento seria o desenvolvimento que mantém o diferencial sociocultural de uma sociedade, ou seja, sua etnicidade. (AZANHA, 2002). Para aprofundar o conceito indicamos a leitura inicial de *Etnodesenvolvimento: políticas públicas, bases para uma nova política indigenista*, cujos organizadores são Antônio Carlos de Souza Lima e Maria Barroso-Hoffmann.

O cultivo de arroz ocasionou diversos problemas, tais como insegurança alimentar, dependência econômica para adquirir outros alimentos, além da perda dos rituais e crenças ligadas à agricultura. Apenas em 1990, o povo Krahô desejou resgatar as sementes tradicionais perdidas através do monocultivo do arroz realizadas pelas famílias Krahô. Desse modo, as sementes de milho e amendoim foram resgatadas através da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA)<sup>31</sup>, que na década de 1970 havia coletado essas sementes, conservando-as durante anos em câmaras frias. OLIVEIRA, Joana, 2007).

Em Pernambuco, o povo Xukuru do Ororubá, também perdeu espaços para a monocultura, uma vez que “boa parte da floresta da sua região foi derrubada para plantação de soja e a criação do gado [...]” (OLIVERA, Joana, 2007, p. 36). Por terem perdido vários cultivos tradicionais, a exemplo das plantas medicinais, passaram a utilizá-las pouco, correndo o risco de perder o conhecimento sobre essas plantas. (OLIVERA, Joana, 2007).

A partir dos exemplos citados anteriormente, percebe-se o quanto a perda da memória dos conhecimentos ancestrais foi causada pela introdução de outras variedades agrícolas, seja através de projetos de desenvolvimento, seja pela introdução de culturas agropecuárias impostas pela sociedade envolvente, uma vez que a forma de preservação desses conhecimentos como dizem Toledo e Barrera-Bassols (2009, p. 35), se dá por:

[...] meio da língua e, até onde sabemos, não lança mão da escrita; quer dizer, é um conhecimento ágrafo. A memória é então o recurso mais importante da vida desses povos. Sendo um conhecimento que se transmite no espaço e no tempo pela língua, configura-se e responde a uma lógica diferente: a da oralidade. Esse corpo de conhecimentos que na realidade constitui a dupla expressão de certa sabedoria (pessoal ou individual e comunitária ou coletiva), é também a síntese histórica e espacial transformada em realidade na mente de um produtor ou de um conjunto de produtores. É uma memória diversificada diante da qual cada membro do grupo social detecta uma parte ou fração do saber total da dita comunidade.

Nessa perspectiva, as percepções que os indígenas possuem das questões naturais do mundo biológico e os relacionamentos terra-planta-animal são

---

<sup>31</sup> Essa prática de resgatar sementes tradicionais em áreas indígenas pela EMBRAPA tem sido comum, uma vez que a empresa realizou durante décadas, sem nos deter nos objetivos, o mapeamento da situação agrícola em áreas indígenas, na maioria das vezes em parceria com a FUNAI. No entanto, é importante ressaltar que de acordo com as informações disponíveis no site da EMBRAPA, os povos indígenas nos últimos anos têm se mobilizado para resgatar as sementes. Partindo, portanto, dos povos indígenas a iniciativa de resgatar seus cultivos tradicionais junto a EMBRAPA, o que denota uma preocupação ecológica com a biodiversidade agrícola perdida.

compreendidos como parte do estudo da Etnoecologia, (FRECHIONE...[et al], 1989 apud OLEQUES... [et al], 2009, p. 172) que traduz a compreensão e percepção do conhecimento tradicional dos povos indígenas como uma importante contribuição à preservação ecológica para o mundo contemporâneo.

Além desses aspectos, as contribuições do estudo da Etnoecologia que tem o propósito de descrever o meio ambiente como a própria comunidade o interpreta, nos possibilitam, em específico na Extensão Rural, compreender as relações e os significados que a agricultura e o meio ambiente possuem para esses povos, antes de qualquer atuação. As matas, por exemplo, para o povo Atikum e o povo Pankará que habitam o Sertão de Pernambuco, devem ser preservadas, não apenas para evitar a perda da biodiversidade, mas porque representam a morada dos Encantados de Luz, seres espirituais que se comunicam através dos seus rituais. Assim, entendemos que a “conservação não está presente como conceito, mas é parte do seu modo de vida e das suas percepções do relacionamento humano com a natureza.” (GÓMEZ-POMPA e KAUS, 2000 apud OLEQUES... [et al], 2009, p. 172).

Pode-se dizer ao menos que os povos indígenas que estiveram em maior contato com os não índios historicamente passaram pelo processo da perda da sua biodiversidade agrícola e dos seus conhecimentos ancestrais, como mencionados anteriormente, seja pela implantação de projetos desenvolvimentistas, ou pelas disputas e invasões territoriais. Assim, os povos indígenas, indiretamente ou diretamente foram afetados pelas consequências da Revolução Verde como foi demonstrado nos exemplos anteriores e também pelos processos históricos discriminatórios e usurpadores das terras indígenas modificando as relações desses povos com a agricultura tradicional, conforme verificado, em específico, na Região Nordeste, em capítulo anterior.

Considerando os inúmeros desafios de se trabalhar em áreas indígenas, verifica-se o quanto são importantes as orientações teórico-metodológicas adequadas ao profissional que trabalha nessas áreas. Uma vez que o técnico se depara com distintas realidades: com povos que estão em processos de afirmações étnicas, construindo o projeto de vida, mas que ainda utilizam agrotóxicos em cultivos, de forma a atender as exigências do mercado local, ao mesmo tempo em que outros índios da mesma etnia compreendem que a utilização de adubos químicos desconstrói a agricultura tradicional e os conhecimentos ancestrais, já que em muitas etnias a agricultura possui correlações com rituais religiosos.

Nesse sentido, os profissionais se deparam com inúmeros desafios, começando pela seguinte questão: para se trabalhar em áreas indígenas devem ser utilizados os mesmos referências teórico-metodológicos de áreas não indígenas? Outras questões ainda poderão estar presentes durante o percurso do trabalho em áreas indígenas, relacionadas as disputas territoriais, a demanda pelo resgate de sementes tradicionais, o racismo ambiental, dificuldades de documentações comprobatórias para atendimentos aos projetos, questões ambientais, gestão territorial, sustentabilidade, gênero, preservação da biodiversidade, questões ligadas à saúde e educação, insegurança alimentar, geração, entre outros.

Diante de tantas temáticas e desafios mencionados para a atuação dos profissionais de Ater em áreas indígenas, Ferrari (2010, p.110-111) chamou a atenção para a necessidade de um perfil profissional diferenciado, uma vez que as atividades desempenhadas em áreas indígenas:

[...] muitas vezes não serão de enfoque agropecuário, mas sim cultural, ambiental, de fortalecimento da organização local, entre outros [...]. Tendo a equipe de Ater a função de dar suporte para que as próprias comunidades construam caminhos para enfrentar seus desafios, lembrando sempre de trabalhar a partir dos princípios do etnodesenvolvimento.

Ainda sobre esse “perfil diferenciado”, um aspecto importante para o trabalho em áreas indígenas é a identificação do profissional com o seu público, autores como Diesel e Dias (2010) apontaram que as insuficiências no processo de formação dos profissionais das Ciências Agrárias<sup>32</sup> que em geral exercem atividades na Extensão Rural, precisam ser revistas, o que pode dificultar essa identificação. Logo, afirmam que há consensos entre os estudiosos de que é necessária a mudança de posturas, adotando para isso um perfil democrático nas suas relações com o público da Ater, assim “evitando comportamentos autoritários do tipo ‘top-down’, característicos da orientação balizada pelos princípios teórico-metodológicos da difusão de inovações.” (DIESEL; DIAS, 2010, p. 8, aspas dos autores).

---

<sup>32</sup>Referimo-nos especificamente nesse momento aos profissionais das Ciências Agrárias, uma vez que representam a grande maioria de profissionais presentes historicamente na Extensão Rural, não havendo caráter discriminatório. Supõe-se que outros profissionais das Ciências Sociais Aplicadas ou Ciências Humanas, como os/as assistentes sociais, sociólogos/as, economistas domésticos, possuem na sua formação aportes teóricos adequados para lidar com públicos socialmente excluídos e questões sociais, ambientais e culturais.

Os autores vão mais além em relação a identificação do profissional com o seu público, e sugerem que as mudanças de posturas de um referencial difusionista para um referencial participativo, por exemplo:

[...] não gera, automaticamente, maior possibilidade de identificação com grupos em condição de maior vulnerabilidade social e nem habilita necessariamente, para distinguir questões ambientais ou de discriminação étnica ou de gênero que, porventura, se colocam como relevantes em dada realidade. (DIESEL; DIAS, 2010, p. 9).

Em relação aos povos indígenas, existem desafios a superar frente a essas questões, uma vez que esses grupos possuem especificidades socioculturais tão diferenciadas que podem ser percebidos pelo extensionista “como ‘os outros’, aqueles cuja realidade não lhes diz respeito ou que não têm condições de decodificar.” (DIESEL; DIAS, 2010, p. 9, aspas dos autores).

Nesse aspecto, verifica-se como as reivindicações dos povos indígenas em relação à inserção de técnicos indígenas para atuação nessas áreas toma relevância devido à deficiência de uma formação acadêmica mais adequada às complexidades contemporâneas.

Assim, a CNATER (2012) colocou como uma das orientações para a atuação da Ater indígena a composição preferencial de técnicos/as indígenas, com a ressalva de uma formação multidisciplinar para atuar junto ao seu povo. No entanto, não basta ser indígena, conforme o referido documento, os técnicos indígenas devem ser “conhecedores/as dos saberes, conhecimentos e técnicas tradicionais da agricultura, criação de animais, relacionamento com elementos da natureza e de gestão de seus territórios, e não só os conhecimentos técnicos e acadêmicos [...]” (CNATER, 2012, p.66).

Sobre a diversidade do trabalho em áreas indígenas, Ferrari (2010, p.113) nos remete a alguns referenciais teórico-metodológicos que podem ajudar na atuação extensionista, dando exemplos de como pode ser percebida a “especificidade” nas ações de Ater em áreas indígenas:

Avançamos no entendimento de que a Ater indígena não remete só a atividade agrícola, agropecuária, mas a uma visão mais ampla da vida comunitária e uma atuação com esse enfoque. Entendendo que visar à Segurança Alimentar e Desenvolvimento Sustentável em Terra Indígena tem como pressupostos o fortalecimento da comunidade, dos valores e hábitos

culturais e que podem levar a atividades de enfoque cultural. Saber que não é só produzir alimentos, depende do tipo de alimentos, se fazem parte da dieta alimentar daquele povo, como produzi-lo, respeitando as técnicas tradicionais e os princípios agroecológicos e a reorganização social e a economia indígena.

Nessa perspectiva, queremos enfatizar que apenas uma assistência técnica pontual ou mesmo sistemática limitada às questões agropecuárias nas áreas indígenas, não são suficientes para lidar com sistemas e modo de vida tão específicos e complexos como os dos povos indígenas.

A Extensão Rural junto aos povos indígenas com o objetivo apenas de garantir o acesso às políticas públicas e ao crédito, sem considerar as especificidades étnicas não contribui para o desenvolvimento e empoderamento desses povos, uma vez que esses segmentos demandam um conhecimento aprofundado dos processos socioculturais, ambientais, territoriais e históricos. Outro aspecto a considerar é a necessidade da identificação e compreensão da visão de mundo dos indígenas, que começa a partir da construção de uma cultura institucional, fomentada a partir de referências teórico-metodológicas que respondam positivamente às demandas desses povos, como os contidos na PNATER, tais como o desenvolvimento rural sustentável, a Agroecologia, o etnodesenvolvimento, entre outros.

### **2.3. Contribuições da PNATER e a Lei de Ater nº 12.188/2010**

Desde que as atividades de Ater passaram a ser de responsabilidade do Ministério do Desenvolvimento Agrário<sup>33</sup> (MDA) em 2003, verificou-se ao longo dos anos significativas mudanças e contribuições teórico-metodológicas no cenário da Extensão Rural brasileira propostas a partir da implementação da PNATER em 2004.<sup>34</sup>

A construção da Política de Ater pressupõe uma trajetória, desde os anos 1990, de articulações políticas, reflexões, debates e mobilizações de vários segmentos da sociedade civil organizada, dos trabalhadores rurais e em Extensão Rural, intelectuais, dos movimentos sociais, agricultores familiares que reivindicavam uma política de Ater, pública, gratuita e de qualidade de forma a fortalecer a agricultura familiar.

---

<sup>33</sup>Através do Decreto nº 4.739 de 13 de junho de 2003, as ações de Ater foram transferidas do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) para o MDA.

<sup>34</sup>É importante registrar que no respectivo ano foi instituído através do Decreto nº 5.033, de 5 de abril, o Departamento de Assistência Técnica e Extensão Rural (DATER) da SAF/MDA, que coordenaria todo o processo de implementação da PNATER, ao longo dos anos, avançando nos requisitos ligados a questão orçamentária e qualificação dos serviços de Ater.

Assim, com base em propostas produzidas nessa trajetória ao longo dos anos, pela sociedade civil organizada e por entidades tais como a Federação Nacional dos Trabalhadores da Assistência Técnica e do Setor Agrícola do Brasil (FASER), da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG), do Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável (CNDRS), entre outras entidades, iniciou-se a partir de 2003, através do MDA o processo de construção da PNATER, que seria pautado por um:

[...] amplo processo de consultas individuais, de audiências com grupos de técnicos e agricultores, encontros e seminários envolvendo representações dos agricultores familiares, de movimentos sociais e organizações prestadoras de serviços de Ater, governamentais e não governamentais, envolvendo mais de 100 entidades e mais de 500 pessoas [...]. (CAPORAL, 2008, p.1).

Verifica-se, desse modo, a importância das contribuições da Política de Ater, lançada em maio de 2004, para a atuação dos profissionais, em específico, nas áreas indígenas, tendo em vista o amplo processo de construção coletiva da política e as capacitações realizadas em todo país com os/as técnicos/as após a sua implementação. Queremos destacar que, no estado de Pernambuco, a PNATER foi alvo de discussões e estudos durante o ano de 2009, gerando um documento intitulado “Relatório Estadual das Oficinas de Estudos e Avaliação sobre a Pnater no Instituto Agrônomo de Pernambuco.” (PERNAMBUCO, 2009).

Nessa perspectiva, compreendendo também que uma política pública segundo Dias (2008, p. 103) é um “documento, um texto que apresenta aos gestores públicos, aos profissionais que implementam a política e ao público em geral, as estratégias deliberadas, os conceitos e princípios estabelecidos, os objetivos definidos [...]”, reafirmamos, desse modo, que o documento da PNATER, indicou referenciais para a prática cotidiana do profissional de Ater e uma mudança de uma cultura institucional pautada no difusionismo para o desenvolvimento rural sustentável.

Assim, como o documento da PNATER justificou, o mesmo nasceu de análises e experiências mal sucedidas da Revolução Verde, advindos dos modelos convencionais de Ater baseados no difusionismo. (BRASIL, 2008). O documento deixou claro a necessidade de uma “ruptura” com o modelo extensionista baseado na Teoria da Difusão de Inovações, adotando enfoques baseados no desenvolvimento sustentável. Isso implicava mudanças de cultura institucional, que não são realizadas através de

decretos ou leis em um curto período de tempo. Uma vez que estão implícitas nesse processo perspectivas socioculturais e ideológicas vivenciadas e expressas através da gestão.

Desse modo, a PNATER se constituiu em um marco na história da Extensão Rural, na medida em que reorientou as abordagens metodológicas e teóricas da extensão, propondo mudanças institucionais baseadas no desenvolvimento rural sustentável, através dos princípios da Agroecologia, além de reafirmar na Extensão Rural segmentos da agricultura familiar, entre os quais os povos indígenas. Nesse contexto, os povos indígenas passaram a garantir o direito e acesso às políticas públicas voltadas para o meio rural, sendo considerados como público prioritário nas ações da Extensão Rural.

Outro aspecto importante na política de Ater diz respeito aos programas e projetos que deveriam ser reorientados por vários enfoques dentre os quais os de raça e etnia, considerando o respeito à pluralidade e às diversidades socioculturais, econômicas, étnicas e ambientais do país.

Ressaltamos que muitos temas inseridos na PNATER, entre os quais aqueles que visam fortalecer a segurança alimentar e nutricional, territórios, agricultura livre de agrotóxicos, preservação da biodiversidade através dos cultivos de sementes tradicionais, conservação de recursos naturais, dentre outros, fazem parte das agendas de mobilizações e reivindicações e dos projetos de vida dos povos indígenas.

Após anos da implementação da PNATER na Extensão Rural, a Lei nº 12.188 de 11 de janeiro de 2010, instituiu a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária - PNATER, e o Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar e na Reforma Agrária - PRONATER, que altera a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993. (BRASIL, 2010).

Para compreender as dificuldades de uma atuação efetiva da Extensão Rural, mas especificamente, em áreas indígenas, é necessário nos reportar as análises realizadas por Francisco Roberto Caporal em relação a Lei de Ater nº 12.188/2010, no que diz respeito as questões relacionadas a Agroecologia, processos metodológicos e continuidade dos serviços de Ater. Assim, segundo Caporal (2011), a sociedade acompanha atualmente um retrocesso paradigmático das políticas públicas com a nova Lei de Ater, que retira do texto ações baseadas nos princípios agroecológicos. Uma vez que a PNATER, “incorporou durante anos de debates a orientação de promover o

desenvolvimento rural sustentável com base nos princípios da Agroecologia”. (CAPORAL, 2011, p. 2). Resgatando o significado do processo participativo da PNATER, o mesmo autor destacou que:

Em seus princípios e objetivos a Pnater-2003 enfatizava que a Ater deveria atuar com “na promoção do desenvolvimento rural sustentável e no apoio a processos de transição agroecológica para o estabelecimento de estilos de agriculturas sustentáveis, **baseadas nos princípios da Agroecologia.**” Assim, a Pnater-2003 se constituiu na primeira política pública da esfera federal a incluir a Agroecologia como uma ciência orientadora para as ações de apoio ao desenvolvimento rural e agrícola do nosso país. (CAPORAL, 2011, p. 2, grifo do autor).

Desse modo, o autor descreveu as consequências da retirada da perspectiva agroecológica da Lei de Ater:

Se a retirada da Agroecologia das orientações da Ater nacional se constituiu num ato ilegítimo, há outros aspectos sobre a operacionalização da Lei que merecem ser acompanhados e, por isso mesmo, deixamos registradas algumas hipóteses para futuros estudos sobre outros prováveis retrocessos no campo da Extensão Rural.

Nessa perspectiva, destacamos duas hipóteses do mesmo autor, que influenciam as ações relacionadas a processos participativos, de organizações social, de empoderamento e fortalecimento do trabalho na Extensão Rural.

Segundo Caporal (2011), a primeira hipótese seria sobre o “retrocesso metodológico”, assim, comenta o autor que apesar da Lei de Ater recomendar metodologias participativas com enfoque multidisciplinar, interdisciplinar e intercultural na construção da cidadania, nas primeiras chamadas de projetos foi estabelecido um pacote de métodos de Ater, o que reflete a inibição de processos participativos. Assim, Caporal (2011, p.4), destacou que:

Como se sabe, a adoção de metodologias participativas supõe uma ampla articulação com as comunidades rurais e uma adesão livre e democrática dos participantes. Isso requer um tempo de maturação o que não se viabiliza através de contratos de curto prazo e que estabelecem atividades que devem ser executadas com rapidez para que as entidades possam receber por seus serviços. Ademais, o pacote de métodos e o prazo não são adequados para uma ação como a de apoio à transição agroecológica.

A segunda hipótese é sobre a “(des) continuidade dos serviços de Ater”, uma vez que a nova modalidade de “Chamadas Públicas” com um orçamento e tempo delimitado geram exclusão. Se por um lado as famílias beneficiárias do projeto, não estão asseguradas na continuidade do mesmo, por outro lado, novas famílias ficam excluídas do processo. (CAPORAL, 2011).

Diante desse quadro, a vulnerabilidade no trabalho na Extensão Rural com os povos indígenas se torna mais evidente, uma vez que até o fechamento dessa dissertação, não foram lançadas ao menos em Pernambuco Chamadas Públicas para os indígenas. Considerando os aspectos mencionados, pode-se complementar que a Lei de Ater, encontra-se em contradição com os resultados da 1ª Conferência Nacional sobre Assistência Técnica e Extensão Rural, que ocorreu em 2012. Uma vez que o documento, resultante das discussões de vários segmentos da agricultura familiar, indicou a necessidade de repensar metodologias, de apoiar processos de transição agroecológica, de aprimorar as Chamadas Públicas visando evitar a descontinuidade da assistência técnica, da necessidade de construir pedagogias emancipadoras que respeite os saberes tradicionais, entre outras.

Nesse sentido, é preciso rever a Lei de Ater, tendo como base a PNATER e a CNATER, que foram resultantes de processos participativos e coletivos, compreendendo que as instituições de Ater tem um papel fundamental em fomentar processos de equidade e sustentabilidade no meio rural.

#### **2.4. Antecedentes históricos para a construção de uma Ater Indígena**

A Assistência Técnica e Extensão Rural em áreas indígenas são o resultado de um longo caminho percorrido pelos povos e movimentos indígenas, indigenistas e a sociedade civil organizada que visavam garantir ações integradas dos diversos órgãos e setores do Estado brasileiro, de forma a ampliar o acesso às políticas públicas antes apenas coordenadas através da FUNAI, até os anos 1990.

Dessa forma, outros órgãos governamentais no âmbito federal, passam a assumir ações setoriais que antes cabiam exclusivamente à FUNAI, tais como o Ministério do Meio Ambiente (MMA), Ministério da Saúde (MS), Ministério da Educação (ME) e Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA). (VERDUM; MOREIRA, 2005). No entanto, o longo histórico das políticas indigenistas sob a responsabilidade da FUNAI, visibilizou a fragilidade e as dificuldades do Estado

em lidar através de suas áreas setoriais com questões e temas relativos aos povos indígenas de forma intersetorial.

Apenas em 1999, o Governo Federal elaborou o Plano Plurianual (PPA) 2000/2003 com o objetivo de articular ações e fortalecer a integração das políticas públicas voltadas aos povos indígenas. (VERDUM; MOREIRA, 2005).

Segundo Verdum e Moreira (2005), as ações anteriormente dispersas em diferentes ministérios foram agrupadas a partir do Plano Plurianual (PPA), em dois grandes programas orientados para objetivos e metas específicas: Etnodesenvolvimento das Sociedades Indígenas e Territórios e Culturas Indígenas.

A partir desse momento, o processo de mudanças e integração dos órgãos setoriais governamentais começou a ficar mais evidente. Em meados da década de 2000, inúmeros debates são realizados por meio de conferências, seminários, oficinas e fóruns que discutiram a fragmentação das políticas públicas voltadas para os povos indígenas.

Nesse contexto, destaca-se a III Conferência Nacional de Saúde para os Povos Indígenas, realizada em 2001, que trouxe importantes contribuições, possibilitando mudanças na forma de gestão, facilitando a integração das políticas públicas para os povos indígenas. (FERRARI, 2010). Na respectiva Conferência foram identificados os problemas de saúde das populações indígenas, que não poderiam ser orientados e solucionados apenas pelos serviços de saúde, e sim por um conjunto de políticas públicas integradas, uma vez que:

[...] na raiz estavam e estão os problemas territoriais (falta de demarcação, regularização, desinvasão, vigilância e áreas muito reduzidas), a degradação ambiental [...] e relações conturbadas com a sociedade envolvente, que inclui todos os tipos de pressão, inclusive econômica, produtiva e cultural. [...] frente a isso, era necessária a formulação e execução de políticas complementares que garantissem as condições necessárias para as melhorias da qualidade de vida dos povos indígenas, respeitando as suas especificidades e de acordo com a sua cosmologia. (FERRARI, 2010, p. 91-92).

Verifica-se também através da Conferência que outras questões, a exemplo da insegurança alimentar, doenças sexualmente transmissíveis, AIDS e alcoolismo estavam intrinsecamente relacionados à falta de políticas públicas integradas que proporcionassem o fortalecimento e a sustentabilidade ambiental, social e econômica dos povos indígenas. (FERRARI, 2010).

O desafio, portanto, naquele momento, seria a formulação de políticas que tratassem dos temas da segurança alimentar e desenvolvimento sustentável, pensadas

em conjunto pelas organizações indígenas, indigenistas e governo. Nessa perspectiva, coube ao Ministério da Saúde estabelecer mecanismos de articulação interinstitucional com os demais órgãos do Governo Federal, cujas atribuições tivessem influência sobre a saúde indígena, tais como o Ministério da Agricultura, Ministério do Desenvolvimento Agrário, Ministério do Meio Ambiente, entre outros, e em especial a FUNAI. (VERDUM; MOREIRA, 2005).

Uma importante deliberação na Conferência relacionada à agricultura familiar, diz respeito à inclusão dos povos indígenas como público-alvo do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF),<sup>35</sup> através do Decreto nº 3.991, de 30 de outubro de 2001. (FERRARI, 2010).

No âmbito da saúde, a Comissão Intersetorial de Saúde do Índio (CISI), órgão de assessoria do Conselho Nacional de Saúde (CNS), teve papel fundamental na realização de debates e eventos ao longo do período de 2001 a 2002, provocando e reafirmando a necessidade da participação indígena efetiva nas políticas públicas. Um desses eventos, no formato de um seminário intitulado “Proposta de Política Pública de Auto Sustentação Alimentar e Etnodesenvolvimento dos Povos Indígenas”, resultou em um processo participativo de consulta aos povos indígenas através de oficinas regionais para a formulação da política. (VERDUM; MOREIRA, 2005).

Dessa forma, foram realizadas amplas consultas aos povos indígenas entre o período de dezembro de 2002 e outubro de 2003, através de 17 oficinas<sup>36</sup> regionais, mobilizando cerca de 680 lideranças indígenas, representantes de 175 povos de praticamente todas as regiões do país, para a elaboração da referida proposta. A comissão responsável por encaminhar essas discussões, através das oficinas regionais, foi formada por representações indígenas e representantes dos ministérios envolvidos, entre eles o Ministério do Desenvolvimento Agrário, que passou a coordenar esse processo. (VERDUM; MOREIRA, 2005).

---

<sup>35</sup>É importante salientar que os movimentos e povos indígenas discutiam a necessidade de uma linha de crédito que atendesse as especificidades desses povos, de forma, por exemplo, a desburocratizar o acesso dos mesmos ao Programa, essas afirmações ficam claras nos trabalhos de Ricardo Verdum e Lucimar Moreira (2005) e Silvia Ferrari (2010), mencionados ao final nas referências.

<sup>36</sup>As oficinas regionais foram realizadas em: Palmas (TO), Vitória (ES), Maceió (AL), Campo Grande (MS), Manaus (AM), Benjamin Constant (AM), Parque Nacional do Xingu/Posto Indígena Leonardo, Rio Branco (AC), Passo Fundo (RS), Macapá (AP), Cuiabá (MT), São Gabriel da Cachoeira (AM), Caucaia (CE), Porto Velho (RO), Boa Vista (RR), Chapecó (SC) e Curitiba (PR). (VERDUM; MOREIRA, 2005).

O resultado das oficinas serviu de subsídio para um fórum que culminou na elaboração de um documento<sup>37</sup> final em 2003, intitulado: “Proposta de Política Nacional de Segurança Alimentar e Desenvolvimento Sustentável para os Povos Indígenas.” (VERDUM; MOREIRA, 2005).

Durante todo esse processo de debates, formulações e reivindicações que teve início a partir da década de 1990, cujo objetivo era a proposta de políticas setoriais integradas para os povos indígenas, metaforicamente pode-se dizer que a semente havia sido lançada, bastava preparar a terra e semear.

Nesse contexto, verificou-se que as propostas no âmbito das políticas públicas de segurança alimentar e nutricional em diálogo com a autossustentação e o etnodesenvolvimento indígena, provocaram mudanças institucionais, incorporando uma cultura de se pensar uma política pública para os povos indígenas, uma vez que:

Foi a partir dessa iniciativa, ou em diálogo com ela, que começaram a ser pensadas e elaboradas ações no Ministério de Desenvolvimento Social (MDS), no MMA e no MDA. Dito de outro modo, formou-se ali um núcleo de idéias e de pessoas que haviam conseguido criar capital social e simbólico suficiente para levar à frente seu objetivo interno específico, servir de referência legitimadora e impulsionar e estimular outras ações e demandas. (VERDUM; MOREIRA, 2005, p. 22).

O cenário politicamente favorável a partir de 2003 tornou possível avançar nas propostas de políticas setoriais junto aos povos indígenas, principalmente no âmbito do MDA. É importante salientar que o MDA, a partir de 2003, passou a assumir a competência das ações da Ater que antes estavam sob a responsabilidade do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, de acordo com o Decreto nº 4739, de 13/06/2003, com destaque para o artigo 1º e parágrafo único do artigo 2º, que falam sobre a assistência técnica em áreas indígenas:

Art. 1º Fica transferida a competência do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, relativa à assistência técnica e extensão rural, estabelecida no inciso I, alínea "n", do art. 27 da Lei no 10.683, de 28 de maio de 2003, para o Ministério do Desenvolvimento Agrário.

Art. 2º Ficam transferidos do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento para o Ministério do Desenvolvimento Agrário os direitos, as

---

<sup>37</sup>O documento foi entregue em audiência pública através da Comissão de Agricultura e Política Rural da Câmara dos Deputados ao Congresso Nacional. Representantes indígenas e técnicos governamentais formaram comissão e também entregaram o documento na Secretaria Geral da Presidência da República. (VERDUM; MOREIRA, 2005).

obrigações e os acervos técnico e patrimonial, utilizados no desempenho das atividades referidas no art. 1º deste Decreto.

Parágrafo único. Os Ministérios da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, do Desenvolvimento Agrário e do Planejamento, Orçamento e Gestão promoverão a movimentação das dotações orçamentárias vinculadas às ações de coordenação e execução da assistência técnica e extensão rural e da assistência técnica em áreas indígenas, observados os códigos da funcional programática correspondente e as adequações das estruturas dos órgãos envolvidos.

Dessa forma, o MDA, que acumulou experiências e desenvolveu concepções durante o processo de discussão para políticas públicas setoriais voltadas para os povos indígenas, tem a partir de 2003, a responsabilidade de contribuir para a construção de uma Ater junto a esses povos, como abordaremos no próximo item.

## **2.5. Ater Indígena no âmbito do MDA: experiências e aprendizagens**

As atividades de Ater em áreas indígenas, passaram a ter como referência no âmbito do MDA, os princípios e diretrizes da PNATER implementada a partir de 2004.

Até os anos 1990, a FUNAI coordenava especificamente as ações voltadas para os povos indígenas, portanto, os acúmulos e experiências até esse momento em relação à Assistência Técnica e Extensão Rural em áreas indígenas realizados pelas EMATERs, eram esporádicos, insuficientes, pontuais e regidos sob a ótica produtivista, conforme já mencionados anteriormente.

No âmbito do MDA, a partir de 2003, a experiência de uma Ater que respondesse às especificidades dos povos indígenas, conforme a PNATER, inicialmente ficou a cargo da Assessoria Especial de Gênero, Raça e Etnia (AEGRE), que era ligada ao gabinete do ministro do MDA, por meio do Programa de Promoção da Igualdade de Gênero, Raça e Etnia (PPIGRE).

De 2003 a 2008, as ações do PPIGRE, foram realizadas em conjunto com o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), articulando o Programa Nacional de Reassentamento de Ocupantes Não Indígenas em Terras Indígenas, além de estimular a participação de representações indígenas no Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável (CONDRAF) e a execução das atividades da Ater em áreas indígenas. (FERRARI, 2010).

Durante o tempo em que a Ater indígena esteve sob a responsabilidade da AEGRE, foram garantidas ações orçamentárias no Plano Plurianual 2004-2007, garantindo ao MDA a realização de apoio a projetos para comunidades indígenas. Desse modo, alguns projetos de Ater em áreas indígenas são realizados nesse período no âmbito do PPIGRE com povos de todo o Brasil. As temáticas em geral, eram ligadas às questões de gênero, associativismo, etnodesenvolvimento, gestão e legislação territorial, produção agroecológica, entre outras. Também foram realizados projetos produtivos ou de infra-estrutura nas áreas de bovinocultura, aquicultura, rizicultura, irrigação, etc. (FERRARI, 2010).

O que se pode observar a partir da análise dos projetos apoiados pelo MDA realizados em áreas indígenas, de acordo com as tabelas disponibilizadas pelo órgão, é que, no período de 2004 a 2009, os executores são em sua grande maioria prefeituras, associações indígenas, fundações, universidades, cooperativas.

Analisando os projetos especificamente em Pernambuco realizados por essas instituições, verifica-se que nos anos de 2004, 2005, 2007 e 2009, foram beneficiadas cerca de 8 etnias (Fulni-ô, Xukuru do Ororubá, Kapinawá, Truká, Pipipã, Pankararu, Pankará, Atikum), totalizando cerca de pouco mais de 5000 índios atendidos pelos projetos apoiados pelo MDA, durante esse período. Porém, nos anos de 2006 e 2008, não há registros de projetos apoiados pelo MDA para o Estado de Pernambuco, através das organizações executoras mencionadas anteriormente. Um fato a observar é que em Pernambuco uma das etnias que mais foram beneficiadas com projetos foi o povo Xukuru do Ororubá, que habita o município de Pesqueira e Poção.

Em relação à atuação das EMATERs<sup>38</sup> em áreas indígenas, a partir de 2004, verifica-se que no estado de Pernambuco, as ações de Ater indígena, ficam mais evidentes, inclusive com dotação orçamentária, a partir da criação em 2008 das Redes Temáticas de Ater junto aos povos indígenas, que abordaremos mais adiante. Conforme o depoimento de Silvia Ferrari, que foi Articuladora Nacional da Rede Temática de Ater junto aos povos indígenas, de 2008 até meados de 2012:

Nós em 2008, fundamos a Rede Temática de Ater junto aos povos indígenas, que é um processo de articulação com os estados para que esse trabalho seja desenvolvido nos estados, principalmente pelas empresas públicas, porque a gente conseguia passar dinheiro para as ONGs, mas não para as empresas

---

<sup>38</sup> Referimo-nos a todos os órgãos do Estado, que além das EMATERs desenvolvem trabalho de Ater, a exemplo das secretarias de agricultura ou órgãos de pesquisa, a exemplo do IPA, que assumiram os trabalhos de Ater.

públicas de assistência técnica, a gente não conseguia que as EMATERs se comprometessem com esse trabalho. (informação verbal).<sup>39</sup>

O relato destaca a falta de comprometimento das EMATERs, que na realidade reflete uma cultura institucional voltada para atuação com agricultores familiares tradicionais, sendo o trabalho em áreas indígenas, na perspectiva das orientações da PNATER, algo muito recente.

Podemos destacar nessa trajetória que a AEGRE procurou através de debates e seminários com organizações indígenas, universidades, ONGs, órgãos governamentais, entre outros, discutir e reunir experiências dessas organizações de forma a “desenhar sua política de etnodesenvolvimento indígena e também propor um modelo de chamamento público de Ater Indígena que se aproximasse das demandas das mais diversas etnias indígenas do país.” (FERRARI, 2010, p. 96).

Em 2007, a Ater indígena passa a ser prioritária no “Programa Territórios da Cidadania” uma vez que, naquele momento, dos “60 Territórios da Cidadania do programa, 33 incidiam sobre 156 Terras Indígenas.” (FERRARI, 2010, p. 97).

A partir de 2008, as ações e atividades da Ater indígena sob a coordenação da AEGRE, passam a ser coordenada pela Secretaria de Agricultura Familiar (SAF). Naquele momento, a SAF estrutura suas ações de Ater através do Departamento da Assistência Técnica e Extensão Rural (DATER), que passou a coordenar as ações da Ater indígena, que se estruturou como um núcleo.

O Núcleo de Ater Indígena passa a atuar sob três eixos que orientavam as suas atividades:

- a) Diálogo intercultural e garantia territorial;
- b) Projetos produtivos, que seguiam duas linhas de atuação: conhecimentos tradicionais; novos conhecimentos e tecnologias;
- c) Fortalecimento Institucional das Organizações Indígenas – que abordava os temas: garantia de direitos, comercialização e gerenciamento.

Com as ações de Ater indígena concentradas no DATER/SAF, Ferrari (2010) avalia que ocorre uma aproximação entre a Ater indígena e as EMATERs e também com as organizações da Rede de Prestação de Serviços de Ater. Assim, o núcleo passa a ampliar e estruturar as suas ações com as EMATERs, em específico através das ações

---

<sup>39</sup> Trecho da palestra ministrada por Silvia Ferrari até então articuladora nacional da Rede Temática de Ater junto aos povos indígenas durante o II Seminário de Ater Indígena em Pernambuco, realizado em Carnaubeira da Penha, em marco de 2012.

das Redes Temáticas junto aos povos indígenas, que trataremos mais detalhadamente nos próximos itens.

Atualmente, as ações da Ater indígena estão concentradas na Diretoria de Políticas para Povos e Comunidades Tradicionais, sendo o núcleo de Ater indígena agora, estruturado como uma Coordenação das Políticas para Povos e Comunidades Tradicionais. É importante ressaltar que essa coordenação como o próprio nome indica, não atende apenas os povos indígenas, a exemplo, dos quilombolas, povos da floresta, ciganos, pescadores artesanais, entre outros.

## **2.6. Redes Temáticas de Ater: possibilidades de diálogos institucionais**

As Redes Temáticas de Ater, criadas em 2007 pela SAF/MDA se constituíram em importantes instrumentos de diálogo e troca de experiências de diferentes cenários regionais das empresas estaduais de Ater governamentais e o Governo Federal, de modo a fortalecer e qualificar temáticas estratégicas para a agricultura familiar.

Segundo o site do MDA,<sup>40</sup> as Redes Temáticas promovem a articulação entre os agentes, as organizações de Assistência Técnica e Extensão Rural e a pesquisa agropecuária. Nesse processo, oportuniza-se a troca de experiências e intercâmbios, o conhecimento das políticas públicas, além da formação dos agentes de Ater e a disponibilização de conteúdos e proposições tecnológicas tanto para os agentes, quanto aos agricultores familiares e demais públicos de Ater.

Na realidade, as redes podem ser consideradas como um espaço de articulações e de objetivos coletivos que “emergem a partir de problemas que não conseguem ser resolvidos com as antigas estruturas e formas de gestão.” (AMARAL, 2004, p.3).

Considerando as redes como processos inovadores de resolução de problemas, Amaral (2004, p. 3), enfatizou que:

As redes sociais emergem nos últimos anos como um padrão organizacional capaz de expressar, em seu arranjo de relações, as idéias políticas e econômicas inovadoras, nascidas do desejo de resolver problemas atuais. Representam um grau de complexidade política de uma determinada comunidade ou grupo e não podem (não deveriam) ser criadas artificialmente, pois emergem de processos culturais e políticos. (grifo da autora).

---

<sup>40</sup>Disponível em:<<http://www.mda.gov.br/portal/saf/programas/Redes/2456594>>. Acesso em 16/11/2012.

Nessa perspectiva, um importante instrumento das Redes Temáticas são as ferramentas digitais de comunicação e gestão, cujo conteúdo está vinculado ao Portal da Cidadania da Agricultura Familiar<sup>41</sup> que possibilitam a horizontalização das decisões e construção de propostas e pautas a serem debatidas em cada rede. Sobre as relações estabelecidas através das redes, Amaral (2004, p.4) afirmou que em suas diferentes configurações locais as redes sociais:

[...] indicam uma nova forma de organizar e vivenciar espaços de poder, em que a horizontalidade das relações, ou seja, a insubordinação resulta de alguns princípios, que devem estar expressos na prática da gestão e nas relações: descentralização; conectividade; multiliderança; autonomia, transparência, cooperação, interdependência.

É importante salientar que o funcionamento das redes possibilitou experiências inovadoras, seja através dos encontros presenciais ou através do ciberespaço fomentando uma maior autonomia, mobilidade e acesso a estruturas de Governo verticalizadas, antes acessíveis somente a gestores. Diferenciando-se, portanto, das instituições que se baseiam ainda em processos bastante verticalizados, obdecendo a uma rígida lógica hierárquica.

No caso das Redes Temáticas, o seu funcionamento está estruturado a partir de um/a articulador/a nacional e um/a articulador em nível estadual das empresas de Ater, cuja função é de animar e facilitar a promoção e implementação das ações das respectivas redes em que atuam.

Atualmente, de acordo com informações no site do MDA<sup>42</sup>, existem 14 Redes Temáticas dos mais variados temas: Agroecologia, Agroindústria, Ater para Mulheres Rurais, Biodiesel, Comercialização, Diversificação na Agricultura Familiar Fumicultora, Financiamento e Proteção da Produção, Formação de Agentes de Ater, Leite, Metodologias Participativas de Ater, Produtos e Mercados Diferenciados, Turismo Rural, Ater Quilombola e Ater para Populações Indígenas. Sendo que mais recentemente foi criada em 2012, a Rede de Ater Quilombola, como resultado de propostas discutidas no 1º Seminário de Assistência Técnica e Extensão Rural Quilombola,<sup>43</sup> também no respectivo ano. É importante salientar que as ações de cada

---

<sup>41</sup> Disponível em: < [Http://comunidades.mda.gov.br/principal/](http://comunidades.mda.gov.br/principal/)>. Acesso em: 16/11/2012.

<sup>42</sup> Disponível em: [Http://www.territoriosdacidadania.gov.br/dotlrn/clubs/redestematicasdeater/one-community?page\\_num=0](http://www.territoriosdacidadania.gov.br/dotlrn/clubs/redestematicasdeater/one-community?page_num=0). Acesso em 06/03/2013.

<sup>43</sup> O respectivo seminário realizado em março foi uma preparação para a 1º Conferência Nacional de Ater (CNATER) que ocorreu em abril de 2012, em Brasília.

rede podem ser realizadas de forma integrada através do compartilhamento de pautas, atividades, afinidades temáticas e projetos em âmbito estadual.

Atualmente, as Redes Temáticas estão passando por uma reconfiguração, em nível de planejamento de ações e recursos, de forma a rever os modelos de atuação até então executados, com a proposta de potencializá-los. (Informação verbal)<sup>44</sup>.

É importante ressaltar que todas as Redes Temáticas são orientadas através de cinco eixos da Secretaria de Agricultura Familiar (SAF): superação da pobreza rural, promoção da segurança e soberania alimentar, ecologização dos sistemas de produção, geração de renda e agregação de valor.

### **2.6.1. Rede Temática de Ater indígena: limites e possibilidades**

Em se tratando da Rede Temática de Ater junto aos povos indígenas, a mesma foi criada no segundo semestre de 2008, já então sob a coordenação do DATER/SAF. O objetivo da rede, segundo informações disponíveis no site do MDA,<sup>45</sup> é compartilhar metodologias, aprofundar o conhecimento do tema e apoiar as ações das entidades de Ater junto aos diversos povos indígenas do Brasil.

De acordo com Ferrari (2010) o processo da criação da rede foi iniciado através do planejamento das 21 representações<sup>46</sup> das empresas estatais de Ater, sendo marcado pela troca de experiências de trabalhos de Ater em áreas indígenas e da visão institucional de cada EMATERs acerca do tema. Nesse momento inicial a FUNAI tratou de temáticas como etnodesenvolvimento e a VIGISUS/FUNASA<sup>47</sup> trouxe contribuições sobre experiências de trabalhos desenvolvidos em áreas indígenas.

Inicialmente, para estabelecer metas de atuação da Rede Temática foram identificadas duas realidades distintas nas EMATER's: empresas com experiências e empresas sem experiências na atuação em áreas indígenas.

Dessa forma, destacaremos ações perante as duas realidades que consideramos que foram estratégicas para a atuação e fortalecimento da ater indígena nas EMATER's:

---

<sup>44</sup> Informações da Coordenação das Política para Povos e Comunidades Tradicionais obtidas através de contato telefônico, realizado no período de julho de 2013.

<sup>45</sup> Disponível em: <[http://www.territoriosdacidadania.gov.br/dotlrn/clubs/redestematicasdeater/aterparapovosindgenas2/one-community?page\\_num=0](http://www.territoriosdacidadania.gov.br/dotlrn/clubs/redestematicasdeater/aterparapovosindgenas2/one-community?page_num=0)>. Acesso em: 16/11/2012.

<sup>46</sup> Os 21 estados representados na rede foram: CE, PB, AL, MA, BA, PE, SP, RJ, ES, RS, PR, SC, RO, PA, RR, AC, AM, TO, MS, GO, MT. (FERRARI, 2010).

<sup>47</sup> Setor da FUNASA que trata da vigilância da saúde ambiental em áreas indígenas e quilombolas.

- a) Em estados que não possuíam atuação junto aos povos indígenas: deveriam ser desenvolvidas ações de formação e capacitação de gerências ou departamentos e organização do trabalho de Ater indígena na instituição; realização de seminários integradores com organizações ou órgãos que trabalham com os povos indígenas; formação de quadro técnico.
- b) Em estados que já desenvolviam trabalho com os povos indígenas: acesso aos povos indígenas aos programas da Ater, incentivar a participação indígena no controle social do programa Territórios da Cidadania; apoiar projetos produtivos indígenas; recuperar sementes tradicionais de uso indígena, formando bancos de sementes.

É importante observar que todas as ações deveriam ser realizadas levando em consideração algumas recomendações do então denominando Núcleo de Ater Indígena, tais como:

- a) Respeito às especificidades de cada etnia;
- b) Utilização de espaços coletivos de referências nas aldeias para tomada de decisões;
- c) Acompanhamento e apoio nas atividades sempre que possível de antropólogos ou indigenistas conhecedores dos povos.

O resultado dos encontros dos/as articuladores/as da Rede Temática junto aos povos indígenas é o estabelecimento de metas que deveriam ser acordadas dentro da rede entre o/a articulador/a nacional e os estaduais. Desse modo, no período de 2008, firmam-se convênios entre 18 empresas estaduais de Ater e o MDA para o cumprimento e construção de metas. (FERRARI, 2010).

Além das metas estabelecidas entre as EMATER's e o MDA, outras atividades foram desenvolvidas no período entre 2008 e 2011<sup>48</sup>, sob a coordenação nacional da Rede Temática. A seguir nomearemos algumas atividades:

- Curso de Ater indígena em Pernambuco voltado para a Região Nordeste com cerca de 40 participantes;
- Curso de Ater indígena no Pará voltado para a Região Norte, com cerca de 40 participantes;
- Sete seminários estaduais;
- Curso de formação em Alagoas, São Paulo e Paraná;
- Reuniões da Rede Temática;

---

<sup>48</sup> Não foram disponibilizados até o momento do fechamento dessa dissertação atividades da Rede Temática referente ao período de 2011 e 2012, solicitados a Coordenação das Políticas para Povos e Comunidades Tradicionais. As fontes para a construção desse item foram obtidas de relatórios disponibilizados pela então articuladora nacional Silvia Ferrari e do livro *Experiências de assistência técnica e extensão rural junto aos povos indígenas: o desafio da interculturalidade*, disponibilizado nas referências.

- Participação da VIII Feira de Sementes Tradicionais Krahô em Tocantins;
- Lançamento do livro: “Experiências de Ater junto aos povos indígenas: o desafio da interculturalidade;”
- Curso de metodologias do trabalho em redes

É importante salientar que em 2010 foram incorporados à Rede Temática, representantes dos movimentos indígenas abaixo:

- Mobilização dos Povos Indígenas do Cerrado (MOPIC);
- Articulação dos Povos Indígenas do Sudeste (ARPINSUDESTE);
- Articulação dos Povos Indígenas do Sul (ARPINSUL);
- Articulação dos Povos e Organizações Indígenas do Nordeste, Minas Gerais e Espírito Santo (APOINME);
- Articulação dos Povos Indígenas do Pantanal (ARPIPAN);
- Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (COIAB).

Observa-se que a inserção dos movimentos indígenas na Rede Temática indicava a abertura de diálogo, de modo a possibilitar a construção de uma agenda comum nos Estados que atendessem as especificidades desses povos conforme o previsto na PNATER. Outra atividade da rede inovadora com experiências positivas foi a incorporação de indígenas às equipes técnicas como bolsistas nos estados de Alagoas, Ceará, Pernambuco e Bahia. Em Pernambuco, os bolsistas se concentraram no escritório municipal do IPA em Pesqueira atuando junto ao povo Xukuru do Ororubá. (FERRARI, 2010).

Segundo informações da Coordenação das Políticas para Povos e Comunidades Tradicionais, em 2012, as ações desta coordenação foram direcionadas mais diretamente aos seminários preparatórios à CNATER, tanto indígena, quanto quilombola e para as chamadas públicas com o objetivo de contratação de projetos de Ater. (informação verbal)<sup>49</sup>. Assim, as ações da Rede Temática perderam a capacidade de mobilização e articulação entre o MDA e as EMATERs, ficando praticamente inativas<sup>50</sup>.

Como resultado de ações mais pontuais e desarticuladas, ocorridas no período de 2011 e 2012, entre o MDA através da Rede Temática de Ater indígena com as EMATERs, inclusive com outras Redes Temáticas, foram realizadas reivindicações pelo fortalecimento das redes de uma forma geral, sendo pautadas no documento da CNATER no sentido de “fortalecer e promover as redes temáticas de Ater [...], como

---

<sup>49</sup> Informações da Coordenação das Políticas para Povos e Comunidades Tradicionais obtidas através de contato telefônico, realizado no período de julho de 2013.

<sup>50</sup> Informações obtidas através das entrevistas com o articulador estadual da RT de Ater indígena de Pernambuco.

estratégias de qualificação da abordagem e das metodologias de Ater com apoio técnico e financeiro.” (CNATER, p.56-57).

Vale salientar, que no Seminário Nacional de Ater Indígena, um dos objetivos era “construir estratégias para a continuidade e fortalecimento da Rede Temática de Ater junto aos povos indígenas [...]”, que acabou de gerar documentos e moções sobre essa temática, dada a importância que a rede vinha desempenhando no diálogo entre as Ater estaduais e povos indígenas. (Iepé..., 2012).

Atualmente, devido a fatores como: a saída da então articuladora nacional<sup>51</sup> da rede em 2012, a redução da equipe de trabalho na referida coordenação, a reconfiguração da rede, obedecendo a uma política de planejamento das ações e recursos, houve uma fragmentação do diálogo entre o MDA, através das redes, e as EMATERs. No entanto, apesar desse cenário, segundo informações da Coordenação das Políticas para Povos e Comunidades Tradicionais a Rede Temática de Ater junto aos povos indígenas, não foi extinta, encontrando-se em processo de planejamento. (informação verbal)<sup>52</sup>.

### **2.6.2. A experiência da Rede Temática de Ater indígena em Pernambuco**

A partir de 2007, pode-se considerar que nasceram em Pernambuco os primeiros diálogos entre a Extensão Rural estatal e os povos indígenas, sob a perspectiva da PNATER, através do Projeto Cultivando Saberes.

A metodologia do Projeto Cultivando Saberes do MDA, executado em 2007, consistia em capacitar extensionistas das Empresas Estaduais de Assistência Técnica e Extensão Rural, que por sua vez formariam outros extensionistas em seus estados. (BRASIL, 2009). O interessante é que os extensionistas-formadores possuíam como meta a identificação de “agentes de Ater” que tiveram pouca ou nenhuma oportunidade de capacitação em instituições não estatais, tais como prefeituras, organizações não governamentais, sindicatos, associações, entre outros, de forma a promover um processo de formação continuada. (BRASIL, 2009). O objetivo era, na realidade, através desses “agentes de Ater” promover o acesso dos/as agricultores/as familiares às políticas públicas voltadas para a agricultura familiar.

---

<sup>51</sup> Referimo-nos a Silvia Ferrari.

<sup>52</sup> Informações da Coordenação das Políticas para Povos e Comunidades Tradicionais obtidas através de contato telefônico, realizado no período de julho de 2013.

Inicialmente, apenas alguns Estados no Nordeste, com exceção do Pará, participaram do projeto. Em Pernambuco, foram selecionados em torno de cinco extensionistas para formar os “agentes de Ater” para atuarem na base.

De forma inusitada, um dos extensionistas de Pernambuco selecionado no projeto Cultivando Saberes, que atuava em Pesqueira, junto ao povo Xukuru do Ororubá, propõe ao MDA, com o apoio da Diretoria de Extensão Rural do IPA, que uma das turmas de agentes de Ater fosse composta por indígenas. Apesar das relutâncias<sup>53</sup> iniciais por parte do MDA, em virtude de ser uma nova experiência na metodologia de formação de agentes de Ater do Projeto Cultivando Saberes, a proposta foi aceita, sendo o Estado de Pernambuco o único a formar uma turma específica com indígenas e indigenistas,<sup>54</sup> representando todas as etnias do Estado.

Desse modo, foram formados 20 agentes de Ater, discutindo temas relacionados à PNATER e políticas públicas para a agricultura familiar, com a ressalva de que o grupo procurou reorientar as discussões para a realidade das áreas indígenas. Como o próprio extensionista-formador<sup>55</sup>, enfatizou “*nós formamos uma turma de 20, teve dois módulos de 40 horas. Foi feita a formação e um desdobramento para a execução, aquilo que a gente pensava e vinha discutindo para colocar em prática.*” Sobre a experiência de socialização das discussões da Extensão Rural em áreas indígenas e suas possibilidades fomentadas através do Projeto Cultivando Saberes, o articulador estadual da rede, conclui que:

[...] era proposto em um primeiro momento [...] mostrar para as etnias que existe uma política de Ater, uma possibilidade de trabalhar em rede, de se construir espaços, fóruns de discussão, assim como tem espaço de saúde, educação. Por que não ter um espaço dentro do movimento indígena para discutir Ater... Tipo uma espécie de conselho, algo para discutir com as lideranças. E o recado foi dado, principalmente pelo aspecto da formação, e o Cultivando Saberes iniciou esse processo de redes. (Entrevistado: art. RT Ater indígena de PE, p. 3).

Desse modo, com a ampliação da discussão da Ater em áreas indígenas envolvendo diversas etnias, a partir do projeto Cultivando Saberes, fomentam-se novas

---

<sup>53</sup> Informações obtidas através de entrevista realizada com o articulador estadual da Rede Temática de Ater indígena em Pernambuco.

<sup>54</sup> A inserção de indigenistas no curso de capacitação de agentes de Ater, se justifica segundo o Articulador da Rede Estadual de Ater Indígena, pelos vínculos de confiança entre o mesmo e os povos que os indicaram.

<sup>55</sup> Depoimento do articulador da Rede Temática de Ater Junto aos povos indígenas que na época exercia a função de Extensionista-formador. Coleta de dados em 02/04/2013.

possibilidades de fortalecer esse debate através da criação em 2008, da Rede Temática de Ater junto aos povos indígenas em Pernambuco.

Sobre o processo de participação na Rede Temática, o articulador estadual de Pernambuco, retrata a sua experiência:

Nós fizemos várias reuniões em 2008 e 2009, foram dois anos que a gente se articulou muito. Fizemos várias reuniões em Brasília, tivemos momento de formação com o pessoal, principalmente nesses dois anos, a articulação com Brasília foi muito intensa. (Entrevistado: art. RT Ater indígena de PE, p. 3).

Verifica-se, desse modo, que a inserção de Pernambuco na Rede Temática de Ater junto aos povos indígenas representou um grande avanço, conforme o relato do articulador, uma vez que, em 2008, no mesmo ano da criação da rede no Estado, também foi realizado o primeiro Seminário de Ater Indígena em Pernambuco, no município de Pesqueira, com a participação de profissionais de Ater, representantes do MDA, da UFRPE e povos indígenas do Estado. O resultado do seminário foi a elaboração de um plano de trabalho que foi apresentado ao MDA. É importante salientar que Pernambuco mais uma vez se destacou, pois o Seminário de Ater Indígena foi a primeira experiência em nível nacional proveniente da Rede Temática, cujo plano de trabalho foi elaborado de forma coletiva e participativa.

A partir destas discussões, foram estabelecidos através da Rede Temática de Ater junto aos povos indígenas convênio entre o IPA e o MDA. No convênio, foram incluídas as metas recomendadas pelo articulador estadual, construídas no seminário, para serem operacionalizadas a partir de 2009, nos Territórios da Cidadania do Agreste Meridional e no Sertão do Pajeú, de acordo com os dados informados<sup>56</sup> através da Coordenação de Políticas para Povos e Comunidades Tradicionais, em 2012, do MDA.

Apresentamos no quadro 3, as metas executadas do respectivo convênio, com a ressalva de que deveriam ser iniciadas, conforme previsão, em 2009, no entanto diversas atividades iniciam-se entre 2010 e 2011, prologando em função da atividade até meados de 2013. Esse fato demonstra a fragilidade na gestão de todas as instâncias envolvidas, uma vez que provocam a descontinuidade das ações.

---

<sup>56</sup> Dados fornecidos em julho de 2012 pela Articuladora Nacional da Rede Temática de Ater junto aos povos indígenas do MDA, Sr.<sup>a</sup> Silvia Ferrari.

**Quadro 3: Metas das atividades executadas estabelecidas entre a Rede Temática e o MDA em áreas indígenas.**

Descrição das metas	Metodologia	Quantitativo	Período de Execução	Municípios que foram executadas
Capacitar os agricultores familiares indígenas para aumentar a produção agrícola e não agrícola com base nos princípios agroecológicos.	Oficina	04	Julho/2010	Ibimirim Buíque Inajá
Implantar horta orgânica pelo sistema PAIS.	Unidade demonstrativa	20	Dezembro 2011 a maio 2013	Pequeira Poção Salgueiro Floresta Jatobá Petrolândia Águas Belas Mirandiba
Instalar stand para a venda da produção agrícola e não agrícola de povos indígenas.	Feira	40	Fevereiro a agosto/2012	Pequeira
Capacitar sobre criação e manejo de galinha caipira.	Curso	2	Julho/2010	Ibimirim Inajá
Instalar Unidade Técnica Demonstrativa sobre manejo da sociobiodiversidade.	Unidade demonstrativa	4	Dezembro 2011 a maio/2013	*
Produção, aquisição, classificação, embalagem e transporte de semente de milho irrigado.	-		Dezembro 2011 a maio/2012	**
Contratar temporariamente agente de Ater através de concurso público pelo processo de seleção simplificada por 12 meses para prestar exclusivamente serviço de Ater para os agricultores familiares indígenas.	-	07 (sete) contratados	Julho/2012	Pequeira, Inajá, Petrolândia, Jatobá, Águas Belas, Carnaubeira de Penha

Fonte: MDA/IPA, elaborado pela autora (2012)

\* Não foi instalada na área indígena, pois a meta não destinava-se especificamente para a área indígena.

\*\* A meta previa a distribuição para os agricultores familiares em geral, entretanto diversas áreas indígenas receberam as sementes, não como ação indígena específica.

Conforme observa-se no quadro 3, a metodologia realizada através de cursos, unidades demonstrativas, oficinas, não se diferencia das metodologias tradicionais adotadas na Extensão Rural, em áreas não indígenas. Entre as metas estabelecidas e realizadas, queremos destacar a abertura de seleção pública simplificada de Ater indígena para a contratação temporária de dez técnicos agrícolas através da Portaria Conjunta SAD/IPA nº. 35, de 02 de maio de 2012.

As atribuições dos técnicos, segundo a Portaria, entre outras, seria de prestar Assistência Técnica e Extensão Rural junto aos povos indígenas de forma diferenciada, além de promover ações de etnodesenvolvimento nos seguintes municípios: Águas Belas, Pesqueira, Buíque, Inajá, Floresta, Jatobá, Petrolândia, Cabrobó e Carnaubeira da Penha. Para concorrer à seleção, segundo o edital, era necessário comprovação de experiência profissional de seis meses em Ater junto aos povos indígenas, além de experiência nas ações indígenas nas áreas de Saúde, Educação e/ou produção. Como resultado do processo seletivo para atuação em áreas indígenas foram contratados sete técnicos agrícolas, que assumiriam a função entre os meses de julho e setembro de 2012. Os técnicos contratados para atuação em áreas indígenas estão lotados atualmente nos seguintes municípios, conforme tabela abaixo:

**Quadro 4: Técnicos agrícolas contratados através de Seleção Pública Simplificada/2012**

Município	Nº de técnicos agrícolas indígena	Nº de técnicos agrícolas não índios contratados	Povo Indígena	Total de técnicos
Águas Belas	01	-	Fulni-ô	01
Carnaubeira da Penha	01	01	Pankará	02
Jatobá	01	-	Pankararu	01
Pesqueira	01	-	Xukuru do Ororubá	01
Petrolândia	01	-	Pankararu	01
Inajá	01	-	Tuxá	01
<b>Total</b>				<b>07</b>

Fonte: Gerência de Educação/IPA, elaborado pela autora (2012)

É importante salientar que, apesar do avanço do Estado na contratação ainda que temporária dos técnicos indígenas, resultado de reivindicações do movimento indígena, podemos observar que o número de técnicos ainda é insuficiente para o atendimento das demandas desses povos, levando em consideração seu quantitativo populacional.

Atualmente, até o término desta pesquisa, outros oito municípios tendo como referência os locais da pesquisa, onde habitam povos indígenas estavam sem técnicos indígenas. Um dos aspectos a serem observados é que uma das questões que estão inseridas no documento preliminar da CNATER, conforme nos referimos anteriormente é que seja assegurada a contratação de técnicos/as oriundos dessas populações. Essa questão esbarra com os limites jurídicos administrativos do Estado, mesmo assim, na prática todos os contratados com exceção de um dos técnicos em Carnaubeira da Penha, são indígenas.

Em visitas e conversas informais com os novos técnicos contratados para atuação em áreas indígenas, observa-se que no primeiro semestre de 2012, eles atuavam em áreas indígenas de forma pontual e na inclusão dos índios em políticas públicas da agricultura familiar, uma vez que também realizavam outras atividades no escritório com públicos não indígenas.

Em relação às capacitações, os técnicos agrícolas informaram que receberam treinamento voltado para uma atuação geral com todos os segmentos da agricultura familiar. Conforme depoimento: *“participei da capacitação inicial que foi realizada para os técnicos contratados recentemente na cidade de Carpina. Mas para Ater indígena ainda não.”* (informação verbal).<sup>57</sup>

Em um segundo momento, em visitas e contatos no primeiro semestre de 2013, observa-se que apesar dos técnicos já estarem mais presentes nas áreas indígenas, não conseguiram estabelecer um plano de trabalho sistemático nas áreas para os quais foram contratados. As dificuldades estruturais também comprometem o trabalho em campo, tais como disponibilidade de veículos, internet, telefone, conforme relatos dos técnicos dos municípios de Carnaubeira da Penha e Águas Belas.

Também foi observado que até o fechamento desta pesquisa não havia nenhuma iniciativa por parte do escritório local ou gerências regionais para a formatação e discussão de um plano de ação para atuação específica em áreas indígenas.

---

<sup>57</sup> Depoimento realizado pelo técnico indígena contratado em 2012 através de roteiro não estruturado, gravado e transcrito posteriormente.

Apresentaremos a seguir o quadro 5 que representa as metas não executadas de acordo com informações da Gerência de Educação do IPA. Em relação às metas não executadas, assim o articulador da Rede Temática de Ater indígena se expressa: “[...] aquilo que tinha sido planejado, o próprio sistema, a maneira de fazer a máquina rodar não permitia ser executado como a gente tinha planejado.” Na realidade, o articulador se referia aos entraves que dificultaram a execução das metas em tempo hábil, ou seja, questões operacionais, recursos humanos, burocráticas, entre outras.

Essas questões foram confirmadas através das informações da gestora<sup>58</sup> do convênio MDA/IPA, que explica que as metas estabelecidas não foram operacionalizadas por conta do atraso na liberação dos recursos, ocasionando a prorrogação contínua das metas. Outros fatores também contribuíram para a não execução das metas: técnicos insuficientes, burocracia nos processos administrativos de prestação de contas, atraso por conta da burocracia na contratação dos técnicos indígenas.

**Quadro 5: Metas das atividades não executadas estabelecidas entre a Rede Temática e MDA em áreas indígenas**

Descrição das metas	Metodologia	Quantitativo	Municípios Previstos
Capacitar os agricultores familiares indígenas para aumentar a produção agrícola e não agrícola com base nos princípios agroecológicos.	Oficina	2	Águas Belas Mirandiba
Capacitar sobre produção, processamento, preparação, e comercialização de hortaliças e plantas medicinais.	Oficina	6	Águas Belas, Tacaratu, Pesqueira, Jatobá, Carnaubeira da Penha, Salgueiro
Capacitar sobre manejo e a cadeia da ovino-caprinocultura.	Curso / Oficina	6	Águas Belas, Buíque, Mirandiba Cabrobó, Floresta Orocó
Capacitar sobre a cadeia da apicultura.	Oficina	8	Inajá, Águas Belas Mirandiba, Floresta Tacaratu, Carnaubeira da Penha Pesqueira (2)
Capacitar sobre criação e manejo de galinha caipira.	Oficina	6	Águas Belas, Mirandiba Tacaratu, Jatobá

<sup>58</sup> Informações coletadas em 2013 com a gestora da Gerência de Educação do IPA.

			Carnaubeira da Penha, Floresta
Instalar unidade técnica demonstrativa de apicultura (apiário) em comunidades indígenas.	Unidade demonstrativa	10	Águas Belas, Inajá Mirandiba, Floresta Tacaratu Carnaubeira da Penha Pesqueira
Capacitar jovens para produção agrícola e não agrícola e políticas públicas do MDA para a agricultura.	Curso	10	Inajá, Águas Belas, Tupanatinga Buíque, Carnaubeira da Penha Pesqueira, Floresta Petrolândia
Capacitar técnicos e agentes de Ater para prestar Ater aos povos indígenas.	Curso	1	Pesqueira
Realizar seminário para discutir e propor formas de Ater para povos indígenas.	Seminário	1	Pesqueira

Fonte: MDA/IPA, adaptado pela autora (2012).

Estas ações, com a entrada dos técnicos contratados para atuação em áreas indígenas, se planejadas de acordo com as especificidades étnicas, poderiam fortalecer e potencializar discussões e experiências. Ressalta-se que há necessidade de acompanhamento e integração dessas ações com os instrumentos de avaliação de demandas, a exemplo, do Plano de Ação Municipal (PAM) e o Plano de Ação de Trabalho (PAT).

## **CAPÍTULO III**

### **DISCUTINDO A ATUAÇÃO DA EXTENSÃO RURAL EM ÁREAS INDÍGENAS**

Nesse capítulo optamos por situar o/a leitor/a em um breve contexto histórico da Extensão Rural estatal através dos relatos dos profissionais de Ater e gestores sobre trabalhos realizados em áreas indígenas. Também descrevemos como se estruturam os serviços de Ater no Instituto Agrônomo de Pernambuco (IPA), nas áreas indígenas.

Em seguida, analisamos as entrevistas realizadas com os profissionais de Ater (extensionistas e agentes de extensão), para compreender como percebem os povos indígenas com os quais trabalham, além de verificar como são realizadas as atividades da Extensão Rural em áreas indígenas. De forma a identificar mais elementos para compor uma visão geral sobre a atuação da Extensão Rural também foram entrevistados alguns indígenas de várias etnias, buscando compreender suas percepções sobre sua identidade étnica e sobre a Extensão Rural realizada em suas áreas e correlações desses povos com a agricultura e Natureza.

#### **3.1. Um pouco das memórias e da história da Extensão Rural em Pernambuco**

O Estado de Pernambuco tem um importante papel na história da Extensão Rural brasileira, uma vez que Recife, no ano de 1954, era sede da Associação Nordestina de Crédito e Assistência Técnica (ANCAR). A ANCAR atuava no âmbito regional e abrangia os estados do Rio Grande do Norte, Paraíba, Piauí, Alagoas, Sergipe, Bahia, Ceará e Pernambuco.

A partir de 1955, em Pernambuco, a ANCAR inaugurou escritórios locais nos municípios de Garanhuns, Bom Conselho, São Bento do Una, Canhotinho e Correntes, todos situados na Região Agreste do estado. Vale a pena salientar que nesse mesmo período também foram instalados escritórios locais nos estados da Bahia, do Ceará e em Palmeira dos Índios, este último apesar de estar situado no estado de Alagoas, era subordinado ao escritório de Garanhuns, em Pernambuco. A partir de 1962, as empresas ligadas à ANCAR foram estadualizadas, e em Pernambuco passou a se chamar ANCAR-PE, em 1964. Em 1975, a ANCAR-PE passou a se denominar Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Pernambuco (EMATER-PE), de acordo com a Lei nº 7.007 de 02 de dezembro daquele ano.

Desse modo, a ANCAR-PE passou ao âmbito governamental sob a forma de empresa pública de direito privado com patrimônio próprio e autonomia administrativa e financeira, vinculada à Secretaria de Agricultura e associada ao Sistema Brasileiro de Assistência Técnica e Extensão Rural (SISBRATER), coordenada em nível nacional pela Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMBRATER). (PERNAMBUCO, 1984).

Um dado importante diz respeito ao número de municípios atendidos e com escritórios locais instalados pela ANCAR-PE até 1975, ou seja, a Associação tinha cerca de 66 escritórios locais e atendia 76 municípios, ao passo que a EMATER-PE, em 1980 contava com o dobro da quantidade de escritórios locais, ou seja, 133 escritórios, atendendo cerca de 146 municípios. (BARBOSA, C.,1982).

Os dados chamam a atenção para a abrangência do atendimento da EMATER-PE, alcançando um quantitativo de 72.451 produtores assistidos. É importante observar que o discurso orientador da EMATER-PE, de acordo com os manuais da empresa, do final da década de 1980, reorientavam as ações como prioritárias para o “atendimento aos pequenos e médios produtores rurais, como aos agricultores e trabalhadores sem terra [...]” cuja, prática estava baseada no “[...] aumento da produtividade e o bem-estar socioeconômico e cultural das famílias desses produtores.” (VIERA, 1988).

Desse modo, como as populações indígenas no Nordeste, em específico em Pernambuco, encontravam-se de certa forma ainda sob a identidade de “caboclos” e viviam da agricultura familiar, é provável que durante o processo de reafirmação das suas identidades étnicas, tenham sido atendidas como “agricultores” ou “trabalhadores sem terra”, sem propriamente serem reconhecidos como indígenas, durante o período EMATER-PE. Levando-se em consideração que muitas das famílias indígenas haviam perdido suas terras, arrendavam ou mesmo trabalhavam em terras de fazendeiros em troca do cultivo do seu roçado.

Os registros são escassos, nesse período, em relação aos atendimentos pela Extensão Rural a agricultores identificados como indígenas, pois a FUNAI também exercia esse papel no que diz respeito à assistência técnica relacionada à agricultura e projetos produtivos até meados da década de 90.

No entanto, verifica-se que um dos técnicos entrevistados<sup>59</sup> que atuou em um município no Agreste a partir do final da década de 1970, onde habitam povos

---

<sup>59</sup> (Entrevistado N° 12, Grupo 01, p. 2).

indígenas, revelou que desde sempre os incluiu em algumas capacitações e projetos, o que denota ações pontuais, não refletindo uma prática institucional. O que é confirmado através do seu depoimento: “*naquele período não havia orientações oficiais de inclusão por parte da instituição de povos indígenas*”, e complementa “*considerando que eles não eram tão índios assim.*” (Entrevistado nº12, grupo 1, p. 2).

Corroborando para a ideia de que as atividades desenvolvidas em áreas indígenas no período da EMATER/PE eram provenientes de ações pontuais nos municípios, dependente de vários fatores, entre eles: a realidade organizacional e a capacidade de mobilização de cada povo, além da relação de proximidade ou desconhecimento do técnico em relação aos povos, e não uma orientação institucional, conforme verificado através do relato de um dos entrevistados que exercia, no período, função gerencial:

Antes a gente não trabalhava, não tinha essa distinção em trabalhar com essa população nem indígena, nem quilombola. Era só com agricultor. (Entrevistado gestor/a, p. 4).

Essa situação também é confirmada em conversa informal com um indígena do povo Fulni-ô, quando o mesmo revelou que “*desde o tempo do seu pai a família participava de algumas ações promovidas pelos extensionistas.*” (informação verbal).<sup>60</sup>

Observa-se um aspecto interessante tanto no relato do indígena, quanto na narrativa do gestor: há indicativos de que pelo menos dois povos indígenas, os Fulni-ô e os Xukuru do Ororubá, foram atendidos, mesmo que a partir de ações pontuais, e com as ressalvas em relação às especificidades étnicas. No entanto, não significa dizer que outros povos indígenas não tenham sido atendidos em circunstâncias semelhantes.

Em relação ao povo Xukuru do Ororubá, foi identificado dois relatos de atuação de Ater com indígenas no período da EMATER-PE. A primeira narrativa é proveniente de um entrevistado que exerceu função gerencial no final da década de 1990, na respectiva empresa e que ao ser indagado sobre a existência de atividades, experiências e ações planejadas ou pontuais em áreas indígenas durante a sua atuação profissional, relata:

---

<sup>60</sup> Dados obtidos através de conversas informais com indígenas do povo Fulni-ô, quando da participação da pesquisadora no II Seminário de Ater Indígena em Pernambuco, que ocorreu no município de Carnaubeira da Penha, em março de 2012, na região do Sertão.

Que eu me recordo, só a parte de... Já no final da gestão da EMATER, eu já estava na gerência do Departamento de Assistência Técnica. Nós trabalhamos com os Xukuru, em Pesqueira, um projeto financiado pelo PRONAF. E, entre outras atividades, tinha a construção de um galpão para as indígenas fazerem um projeto de renda, de renascença. E na agricultura, nós implantamos lá uma unidade demonstrativa de cultura irrigada, como pinha. Depois outros projetos também da agricultura irrigada e tudo financiado com recursos do PRONAF, isso em 1997, por aí... Essa foi a experiência. (Entrevistado gestor/a, nº 1, p. 5).

É importante salientar que essas afirmações e relatos não significam propriamente que a Extensão Rural em áreas indígenas tenha estado presente de forma planejada e contínua, e que as ações foram construídas e pensadas a partir de demandas endógenas e que considerassem o modo de vida dos povos indígenas. No entanto, pode-se observar que no caso de Pesqueira, as demandas que partiram das mulheres indígenas rendeiras, segundo o entrevistado<sup>61</sup> prosperaram:

Eu sei que a experiência positiva foi somente com as mulheres. Houve a construção do galpão, o material foi comprado com recursos do PRONAF, com custeio e elas progrediram. O produto delas era vendido em Shopping Center, elas exportaram para outros países. Essa prosperou, acho que ainda hoje elas fabricam, praticam a renascença. Foi uma demanda que surgiu da comunidade, das mulheres, pela dificuldade que elas tinham... Produziam a renascença, mas não tinham condições financeiras... E aí tinha um recurso do PRONAF. (Entrevistado gestor /1, nº 1, p. 6).

Ao contrário das atividades desenvolvidas para a implantação de uma agricultura irrigada, advindas de processos externos, e que não faziam parte da cultura agrícola local dos indígenas, conforme relato abaixo:

Quanto à parte da agricultura foi um fracasso, porque não houve continuidade, ou preparo adequado para que essa população recebesse aquela tecnologia diferenciada do que eles faziam antes, porque praticavam uma agricultura de subsistência, é como é chamado no popular... E não prosperou. A demanda, nesse caso, surgiu da indicação mais do extensionista, pela dificuldade que eles tinham em aderir uma tecnologia para melhorar a situação deles. (Entrevistado gestor/a, nº 1, p. 7).

Ainda sobre a ação desenvolvida em Pesqueira, com o povo Xukuru do Ororubá, o entrevistado atribui a experiência pouco positiva do projeto, mais especificamente na agricultura, pela falta de experiência dos profissionais de Ater em atuar com povos de culturas tão diferentes, conforme relato abaixo:

---

<sup>61</sup> Há relatos de outro entrevistado de que o posto ou galpão da renda ainda funciona no local.

Nós acompanhamos tudinho... Inclusive nosso colega [...] era quem fazia o acompanhamento aqui do Estadual em Pesqueira da unidade demonstrativa... Mas a experiência não foi muito positiva não. Primeiro porque era uma cultura completamente diferente da nossa. A gente só tinha assim a ideia de como trabalhar com uma cultura diferente, com os indígenas, com toda a sua especificidade... (Entrevistado gestor/a, nº 1, p. 7).

Observa-se através de outro relato, que a relação do povo Xukuru com a Extensão Rural dá-se desde o final dos anos 1990, e corrobora mais uma vez para ações pontuais em áreas indígenas, conforme narrativa de um dos entrevistados:

[...] Em 98, [...] fez um trabalho lá na área indígena de plantio de café, de uma área de goiaba em três aldeias distintas da área deles. Contudo não é um trabalho... Não era um trabalho do dia a dia de tá lá, não ia... Na época tinha, três técnicos e um agrônomo a gente subdividiu a área, a área era dividida. (Entrevistado nº 10, grupo 1, p. 6).

O que nos chama a atenção em um trecho do relato acima é que as áreas indígenas eram subdivididas para os quatro técnicos existentes no município e as ações de acordo com a narrativa eram mais uma vez pontuais. Apesar das variáveis, como número de agricultores, vocação econômica, área rural do município, dois fatores são interessantes nesse relato: o primeiro diz respeito ao quantitativo de técnicos neste município, que era bastante significativo, se levarmos em conta que atualmente diversos municípios possuem apenas um técnico para atender toda a área rural. O segundo fator, evidencia a falta de uma equipe multidisciplinar para atuar na diversidade do cenário rural, uma vez que todos os técnicos possuíam formação em Ciências Agrárias, sendo três de nível médio e um de nível superior.

Essas “revelações” e “expressões” através dos relatos dos entrevistados parecem supor uma trajetória da Extensão Rural, mais especificamente em Pernambuco, em áreas indígenas, ainda pouco explorada, conhecida e reconhecida. Uma vez que as ações de Ater, parecem ser mais evidentes a partir dos trabalhos da EMATER-PE, que seria extinta em meados de 1999. No mesmo ano, foi criada a Empresa de Abastecimento e Extensão Rural em Pernambuco (EBAPE), que funcionaria até janeiro de 2003. Uma vez a EBAPE extinta, os funcionários da Extensão Rural, logo foram realocados para diferentes órgãos do Estado, sendo que a maioria seria lotada na Pernambuco Participações e Investimentos (PERPART)<sup>62</sup>, permanecendo até hoje.

---

<sup>62</sup> A PERPART é uma empresa estadual sob a governança da Secretaria de Administração (SAD) de Pernambuco, que tem por missão participar de reformas estruturadoras da administração pública, racionalizando a recuperação de direitos e a honra de obrigações, além de atuar na aplicação de

Em janeiro de 2003, diante do contexto político favorável às mudanças sociais e discussões sobre a inclusão dos demais segmentos rurais nas políticas da agricultura familiar, a Extensão Rural passou a ser incorporada na estrutura da Empresa Pernambucana de Pesquisas Agropecuárias (IPA),<sup>63</sup> como uma Diretoria de Extensão Rural.

Desse modo, os primeiros passos para a reconstrução da Extensão Rural do Estado de Pernambuco, foram dados, ainda que naquele momento a Extensão tivesse em seus quadros, um quantitativo insignificante de profissionais de Ater para o atendimento dos segmentos da agricultura familiar em todo o Estado, de modo que esse cenário se perpetuaria até meados de 2006.

### **3.1.2. Uma história mais recente**

Recentemente, o IPA passou a se denominar Instituto Agrônomo de Pernambuco (IPA), conservando a sigla anterior. No primeiro semestre de 2006, o IPA passou a incorporar, através de concurso público, novos/as profissionais com o objetivo de fortalecer e expandir as ações de Ater. Seguindo as orientações da PNATER/2004, obedecendo a uma abordagem multidisciplinar, incorporou, ainda que timidamente, em seu quadro, assistentes sociais, sociólogos, economistas domésticos, além de médicos veterinários, engenheiros de pesca, engenheiros agrônomos, zootecnistas e técnicos agrícolas e agropecuários, que seriam convocados para atuação nas 12 regiões de desenvolvimento<sup>64</sup> do Estado, e distribuídos nos municípios pertencentes às 12

---

investimentos de interesse público no Estado de Pernambuco. Disponível em: <<http://www.perpart.pe.gov.br/perpart/wp/a-perpart/institucional/a-empresa/>>. Acesso em: 27/01/2013.

<sup>63</sup> Sobre o IPA, registramos que foi criado em 1935 sob a denominação de Instituto de Pesquisas Agrônomicas, órgão da administração direta do Estado de Pernambuco, com sede e laboratórios na cidade do Recife. Em 1960, foi transformado em autarquia, permanecendo com a mesma denominação, expandindo suas atividades para o interior por meio de uma rede de estações experimentais que lhe foi incorporada. Em 1975, segundo a Lei nº 6959, foi novamente transformado, recebendo a denominação de Empresa Pernambucana de Pesquisa Agropecuária, mantendo a sigla IPA, já consagrada no seu universo de atuação. Em consequência da reforma administrativa do Governo do Estado, cujo marco é Lei Complementar 049 de 31/01/2003, o IPA ampliou sua competência de entidade voltada para pesquisa e desenvolvimento e produção de bens e serviços agropecuários incorporando as atividades de Assistência Técnica, Extensão Rural e de infraestrutura hídrica. Disponível em: <<http://www.lai.pe.gov.br/web/ipa/>>. Acesso em: 27/01/2013.

<sup>64</sup> De acordo com a Lei Estadual nº 12.427, de 25 de setembro de 2003, o Estado de Pernambuco passou a ser dividido em 12 Regiões de Desenvolvimento: Agreste Central, Agreste Meridional, Agreste Setentrional, Mata Norte, Mata Sul, Metropolitana, Sertão Central, Sertão de Itaparica, Sertão do Araripe, Sertão do Moxotó, Sertão do Pajeú, Sertão do São Francisco. A Lei nº 14.532, 09/12/11, manteve as 12 regiões de desenvolvimento. (Pernambuco em Mapas, 2011, p.12). Para efeito didático, vamos tratar apenas as regiões como Agreste e Sertão.

gerências regionais do IPA, que estão localizadas nos seguintes municípios: Afogados da Ingazeira, Araripina, Arcoverde, Carpina, Caruaru, Garanhuns, Lajedo, Palmares, Petrolina, Salgueiro, Serra Talhada, Surubim. É importante salientar que as gerências regionais estão subordinadas à Diretoria de Extensão Rural (DER)<sup>65</sup>.

Inicialmente, após o período de contratação e treinamento, alguns técnicos ficaram responsáveis pela assistência técnica em mais de um município, ligados as suas respectivas gerências regionais. Como lembrou um dos entrevistados:

Em 2006, com a contratação dos técnicos que iriam atuar na Extensão Rural, eu fui um técnico escolhido para trabalhar aqui na região de Petrolândia, onde a gente, quando assumiu o escritório de Petrolândia, a gente também era responsável pelo município de Tacaratu e de Jatobá, região onde existe uma comunidade indígena muito grande que são os Pankararu. (Entrevistado n° 7, grupo 2, p. 1).

Com a incorporação contínua de técnicos em seus quadros profissionais entre 2006 a 2008, oriundos ainda do concurso público, novos escritórios municipais foram inaugurados pelo IPA. Assim, nos deparamos com a situação em que muitos municípios passaram a ter Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de forma efetiva, pela primeira vez ou após um longo período de ausência, devido à extinção e desmonte estrutural e organizacional da Extensão Rural em Pernambuco, depois de 1990.

Atualmente a Extensão Rural estadual em Pernambuco está presente em 182 municípios, com exceções de Recife e Olinda, que fazem parte da Região Metropolitana, e do Distrito de Fernando de Noronha. Atualmente o IPA atua com cerca de 435<sup>66</sup> profissionais de nível superior e técnico. É importante lembrar que esse quantitativo diz respeito à totalidade dos funcionários da Extensão Rural do IPA e da PERPART. Para efeito de informação, atualmente são 338 funcionários do IPA que foram contratados através de concurso público e 97 funcionários correspondentes ao quadro da PERPART, esses últimos todos oriundos das extintas EMATER-PE e EBAPE. Apesar do IPA também possuir contratos temporários de técnicos/as que estão nos municípios para atuação através de chamadas públicas<sup>67</sup> ou programas<sup>68</sup>, não

---

<sup>65</sup> De acordo com o organograma da empresa, o IPA possui ainda a Diretoria de Pesquisa e Desenvolvimento e Diretoria de Infraestrutura Hídrica.

<sup>66</sup> Dados da Diretoria de Recursos Humanos do IPA, fornecidos em 2012.

<sup>67</sup> É importante ressaltar que as chamadas públicas são direcionadas para determinado público e temática. Até o momento, segundo informações da Coordenação das Políticas Públicas para Povos e Comunidades Tradicionais do MDA, não houve chamadas públicas para os povos indígenas em Pernambuco.

<sup>68</sup> Como exemplo de programas, podemos citar: Programas do Biodiesel, Operação Seca, etc.

estamos contabilizando-os por entender que realizam ações pontuais e de curta durabilidade. Também não contabilizamos os técnicos agrícolas contratados temporariamente entre os meses de julho e setembro de 2012 para atuação específica em áreas indígenas.

Em relação à atuação em áreas indígenas, dos 182 municípios, nos quais a Extensão Rural atua, os 14 escolhidos para estudo são habitados por 12 etnias, que se encontram em diferentes estágios de discussões e conquistas em relação ao: direito à terra; a retomada e mobilizações pela demarcação dos seus territórios tradicionais; a afirmação de suas expressões socioculturais; a suas organizações sociopolíticas; aos debates e entendimentos sobre a Extensão Rural e ao tipo de agricultura que desejam esses povos.

### 3.2. Algumas informações sobre a Extensão Rural em áreas indígenas

Os povos indígenas encontram-se, como relatamos anteriormente, localizados nos 14 municípios do Agreste e Sertão de Pernambuco, nos quais o IPA possui escritórios municipais ligados as suas respectivas gerências regionais, conforme tabelas abaixo:

**Quadro 6: Caracterização das Gerências Regionais/municípios da Região Agreste**

Gerências Regionais IPA	Municípios	Povos indígenas
Garanhuns	Águas Belas	Fulni-ô
Arcoverde	Buíque	Kapinawá
	Pesqueira	Xukuru do Ororubá
	Poção	Xukuru do Ororubá
	Tupanatinga	Kapinawá

Fonte: Elaborado pela autora (2012).

**Quadro 7: Caracterização das Gerências Regionais/municípios da Região Sertão**

Gerências Regionais IPA	Municípios	Povos indígenas
Salgueiro	Cabrobó	Truká
	Carnaubeira da Penha	Pankará; Atikum
	Ibimirim	Kambiwá, Kapinawá

Arcoverde	Inajá	Kambiwá; Tuxá
Serra Talhada	Jatobá	Pankararu; Pancaiuká
	Petrolândia	Pankararu; Pankararu Entre Serras
	Tacaratu	Pankararu
	Floresta	Pipipã
Petrolina	Orocó	Truká

Fonte: Elaborado pela autora (2012).

Atuando nos 14 municípios, tanto nas regiões do Agreste, quanto do Sertão, temos um total de 26 profissionais de Ater, dos quais apenas um é do sexo feminino, sendo os outros 25 do sexo masculino.

Em relação à escolaridade, a formação dos profissionais de Ater que atuam nos respectivos municípios em sua totalidade é das Ciências Agrárias, variando entre técnicos agrícolas/agropecuária, engenheiros agrônomos, médico veterinário e engenheiro de pesca.<sup>69</sup>

Na região Agreste, lotados nos municípios de Águas Belas, Buíque, Poção, Pesqueira e Tupanatinga verifica-se um total de oito profissionais de Ater das Ciências Agrárias, nas áreas de agronomia, medicina veterinária e técnicos agrícolas ou em agropecuária.

Na Região do Sertão, lotados nos municípios de Cabrobó, Carnaubeira da Penha, Floresta, Ibimirim, Inajá, Jatobá, Orocó, Tacaratu, Petrolândia verifica-se um total de 18 profissionais de Ater das Ciências Agrárias, com formações em agronomia, engenharia de pesca e técnicas agrícolas ou em agropecuária. Nota-se que não há profissionais das Ciências Humanas ou Sociais aplicadas, o que aponta para a impossibilidade de um trabalho multidisciplinar em áreas indígenas.

### **3.2.1. As ações, subações e programas da Extensão Rural**

De uma forma geral, desde 2008, os programas, metas e ações a serem realizados anualmente no Instituto Agrônomo de Pernambuco, estão contidos no Plano Anual de Trabalho (PAT), que se mostra um importante instrumento de avaliação

<sup>69</sup>Até meados do primeiro semestre de 2012, quando também foram realizadas entrevistas, havia dois engenheiros de pesca no município de Petrolândia. Recentemente, um deles solicitou a demissão por ter passado em concurso público em um órgão federal.

de resultados e impactos. Salientamos que o PAT, por se tratar de um plano geral possui ações destacadas por diretorias, já mencionadas anteriormente.

As ações elaboradas do PAT têm como referência, os princípios e orientações estratégicas contidas no Plano Plurianual (PPA), construído desde a primeira gestão estadual (2008-2011), do atual governo mantendo a mesma metodologia por ocasião da sua reeleição (2012-2015).

Nesse caso, verificaremos os dados de alguns programas do PAT<sup>70</sup> 2010, 2011 e 2012, que possui como referência o período do PPA 2008-2011 e o PAT 2013, que tem como referência o PPA 2012-2015. Esclarecemos que o PPA é realizado através da Secretaria de Planejamento e Gestão (SEPLAG), em específico do governo estadual, cuja gestão foi reeleita. A referência nesse caso é o Mapa de Estratégia de Pernambuco, cuja, visão de futuro desejada é “o desenvolvimento social equilibrado e a melhoria das condições de vida do povo pernambucano.” (PERNAMBUCO, 2012, p.5).

É importante salientar que o plano enfatiza a colaboração dos escritórios municipais localizados nos 182 municípios e das 12 gerências regionais, além das diversas diretorias e da Superintendência de Administração e Finanças. Ou seja, além de outros documentos que servem de subsídio para o PAT, as informações coletadas através das gerências regionais, denominadas de Plano de Ação Regionais (PAR), servem de base para a elaboração do PAT. Por sua vez, a contribuição dos escritórios municipais se concretiza através do Plano de Ação Municipal (PAM), que servem de base para a elaboração do PAR.

Os PAMs municipais que se configuram como importante instrumento de trabalho em nível local pelos profissionais de Ater, devem refletir as demandas e anseios dos segmentos da agricultura familiar, a partir de diagnósticos realizados na comunidade e atualizados anualmente.

Assim, após os esclarecimentos acerca da composição do PAT, nos deteremos de uma forma geral nas ações provenientes apenas da Diretoria de Extensão Rural (DER), contidas no respectivo documento, que nos interessa mais especificamente nessa pesquisa. Também nos deteremos em programas e projetos mais destacados nas ações em áreas indígenas durante a pesquisa.

---

<sup>70</sup> Como o PAT é anual, dos planos de 2010 a 2013, houve poucas mudanças, que obedecem as conjunturas anuais. Desse modo, para efeito de análise temos como referência os PAT 2010 a 2013.

Assim, a DER possui no seu âmbito três ações para o ano de 2013: a) Fortalecimento da Agricultura Familiar, b) Promoção da Revitalização de Culturas<sup>71</sup>, c) Ações Assistenciais às Populações Atingidas pela Estiagem,<sup>72</sup> sendo essas duas últimas ações criadas no ano de 2013, de acordo com o PAT do respectivo ano.

Desse modo, vamos focar a nossa análise na ação de “Fortalecimento da Agricultura Familiar,” uma vez que a respectiva ação também está contida nos PATs de 2010 até 2012. Os respectivos PATs possuem quatro subações, que objetivam caracterizar o que será realizado, na medida em que as metas podem ser quantificadas de forma clara, com aporte inclusive orçamentário. (PERNAMBUCO, 2012). Segundo o PAT/2012, os beneficiários dessas ações são os agricultores familiares e a população rural menos favorecida. A ação de Fortalecimento da Agricultura Familiar tem como objetivo a execução das seguintes subações prioritárias:

- a) Assistência Técnica e Extensão Rural;
- b) Prestação de Serviços de Preparo do Solo “Terra Pronta”;
- c) Distribuição de Fertilizantes para Agricultores Familiares principalmente da Zona da Mata Pernambucana;
- d) Produção, Aquisição e Distribuição de Sementes para Agricultores Familiares.

Destacaremos brevemente os objetivos das subações, que estão ligadas diretamente às ações destacadas mais adiante na pesquisa pelos entrevistados:

**a ) Assistência Técnica e Extensão Rural:** esta subação baseia-se na assistência às principais cadeias e arranjos produtivos locais, na elevação da qualidade e eficiência da produção agrícola, e no combate à pobreza rural e na preservação do meio ambiente.

**b) Prestação de Serviços de Preparo do Solo “Terra Pronta”:** tem por finalidade apoiar os agricultores de base familiar na melhoria da qualidade e da eficiência de sua produção, através da execução de ações voltadas à preparação do solo. É executado prioritariamente nas mesorregiões do Sertão e do Agreste pernambucanos. As empresas contratadas são especializadas em mecanização agrícola e promovem o

---

<sup>71</sup> Esta ação foi criada pela necessidade de se atender a demanda dos agricultores que objetivavam retomar a produção das lavouras de algodão, mandioca e caju. Estas lavouras são tradicionais no Estado de Pernambuco e sempre se constituíram como importantes na composição da renda anual dos agricultores familiares, mas que ao longo dos anos vinham perdendo espaço por diversos fatores, principalmente devido a pragas e doenças e às fortes oscilações de mercado. (PERNAMBUCO, 2013).

<sup>72</sup> Apoiar a população rural do semi-árido pernambucano, com a disponibilização de água potável principalmente para consumo humano, como uma ação emergencial de enfrentamento às estiagens. (PERNAMBUCO, 2013).

preparo do solo com a participação direta dos beneficiários (agricultores familiares) na definição das áreas a serem preparadas.

**c) Distribuição de Fertilizantes para Agricultores Familiares principalmente da Zona da Mata Pernambucana:** destina-se o fertilizante exclusivamente para melhorar a produtividade da cana de açúcar dos pequenos fornecedores, sendo executada prioritariamente nos municípios da zona da mata.

**d) Produção, Aquisição e Distribuição de Sementes para Agricultores Familiares:** é objetivo dessa subação, distribuir sementes de boa qualidade aos agricultores familiares visando ao desenvolvimento de suas atividades agrícolas e ao fortalecimento de cadeias produtivas e arranjos produtivos locais.

Além das ações e subações, outras ações em nível de programas, constituem atividades integradas desenvolvidas pelos profissionais de Ater dos escritórios locais, tais como:

- a) **Programa Garantia Safra (GS)**, executado em parceria com a Secretaria de Agricultura e Reforma Agrária/PE (SARA/PE): é uma ação do PRONAF para agricultores familiares da área de atuação da SUDENE, majoritariamente semi-árida, que sofrem perda de safra por seca ou excesso de chuvas. Os agricultores que aderirem ao GS nos municípios em que forem detectadas perdas de, pelo menos, 50% da produção de algodão, arroz, feijão, mandioca ou milho, receberão a indenização diretamente do governo federal;
- b) **Programa Mãe Coruja:** se constitui numa proposta de ação integrada, multissetorial, voltada para a redução da mortalidade materno-infantil;
- c) E as ações de Ater voltadas para os povos indígenas, construídas pela Rede Temática específica com representantes e líderes dos povos indígenas pernambucanos e que têm como premissa e iniciativa inovadora um reforço para uma Assistência Técnica e Extensão Rural específica para os povos indígenas de Pernambuco (Ater Indígena). (PERNAMBUCO, 2013).
- d) **O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)**, que são exemplos de políticas integradas à agricultura familiar realizadas pela Extensão.

Essas ações, subações e programas integram um conjunto de atividades que são realizadas em áreas indígenas, cujas ações serão abordadas posteriormente.

### 3.3. Perfil dos profissionais de Ater: experiências e conhecimentos

A pesquisa procurou contemplar através das entrevistas todos os municípios nos quais o IPA possui escritórios locais e são habitados por povos indígenas nas Regiões do Agreste e Sertão, de modo, a ter uma visão geral da atuação e dos profissionais de Ater<sup>73</sup>, nas áreas indígenas. Assim, pode-se observar, de acordo com o gráfico 1, abaixo que todos os entrevistados têm formação em Ciências Agrárias, nas áreas da agronomia, medicina veterinária e pesca. Em relação à escolaridade, foram entrevistados nove profissionais de Ater de nível técnico e dez de nível superior. Desses últimos, quatro possuem mestrado e um doutorado, totalizando 19 entrevistados de um universo de 26 profissionais de Ater que atuam nos municípios já mencionados anteriormente. Vale ressaltar que todos os entrevistados são do sexo masculino.

Gráfico 1

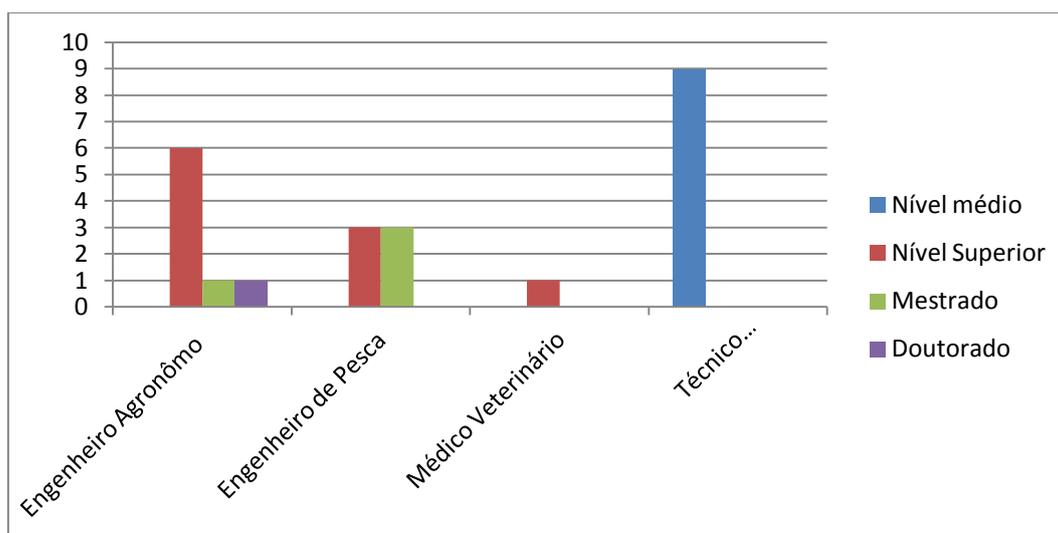


Gráfico 1 – Escolaridade dos profissionais de Ater (coleta direta de dados, 2011/2012).

Em relação a experiências de trabalho em áreas indígenas, dos 19 entrevistados, apenas três revelaram que já haviam trabalhado em áreas indígenas anteriormente ao ingresso no IPA. Dois são profissionais de nível superior e um de nível médio, conforme gráfico 2 abaixo:

<sup>73</sup> Por questões didáticas, como mencionado anteriormente, vou referir-me aos extensionistas e técnicos agrícolas/agropecuários, assim reconhecidos na literatura, como profissionais de Ater ou técnicos, uma vez que no IPA, os cargos de profissionais de nível superior são classificados como extensionistas e os de nível médio como assistentes técnicos ou agentes de extensão, diferenciando-se inclusive da nomenclatura dos profissionais da PERPART.

**Gráfico 2**

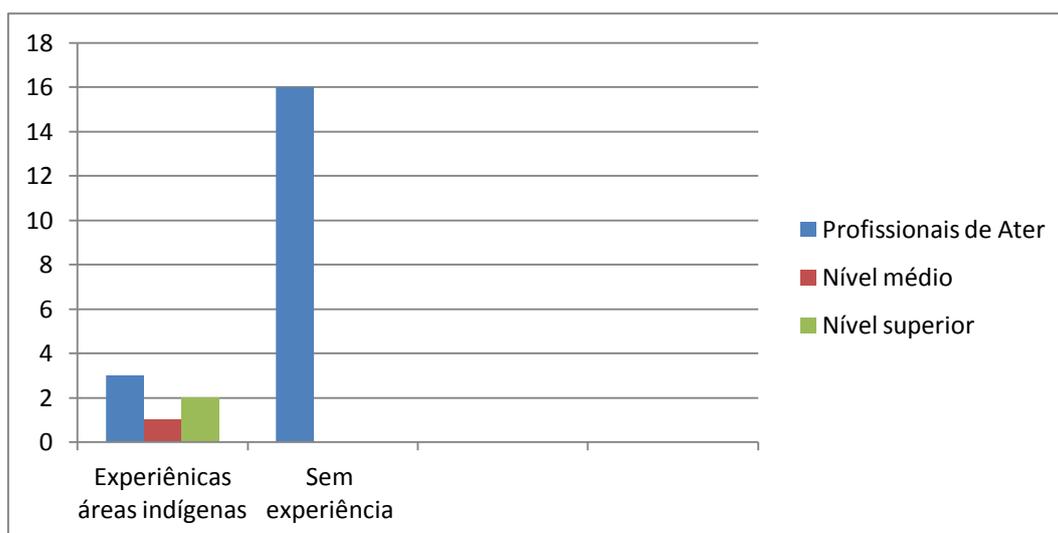


Gráfico 2 – Experiência em áreas indígenas (coleta direta de dados, 2011/2012).

Em relação a capacitações ou eventos realizados pelo IPA para atuação em áreas indígenas, conforme o gráfico 3, a seguir, dos 19 entrevistados, seis participaram do 1º Seminário de Ater Indígena de Pernambuco, realizado em novembro de 2008, no município de Pesqueira. Ainda segundo os entrevistados, nenhum participou de uma capacitação específica para atuação em áreas indígenas. Apesar da importância do seminário, cuja programação priorizou o debate e palestras sobre Ater indígena, além das discussões nos grupos de trabalho, não vamos considerá-lo na pesquisa como um processo de formação.

As capacitações são essenciais no processo de formação e sensibilização para atuação em áreas indígenas. Alguns órgãos de Ater, a exemplo da Secretaria de Agricultura de Alagoas (SEAGRI/AL), que realiza as ações de Ater no estado, têm investido nesse processo, incluindo a temática de Ater indígena nas suas capacitações, criando uma cultura institucional que valorize ações diferenciadas na prática da Extensão.

Em 2011, a SEAGRI/AL capacitou 63 técnicos nos seguintes temas: etnodesenvolvimento, cultura, relações interétnicas, diversidade cultural e regional, além de incluir experiências de projetos de Ater indígena do povo Xukuru do Ororubá.

**Gráfico 03**

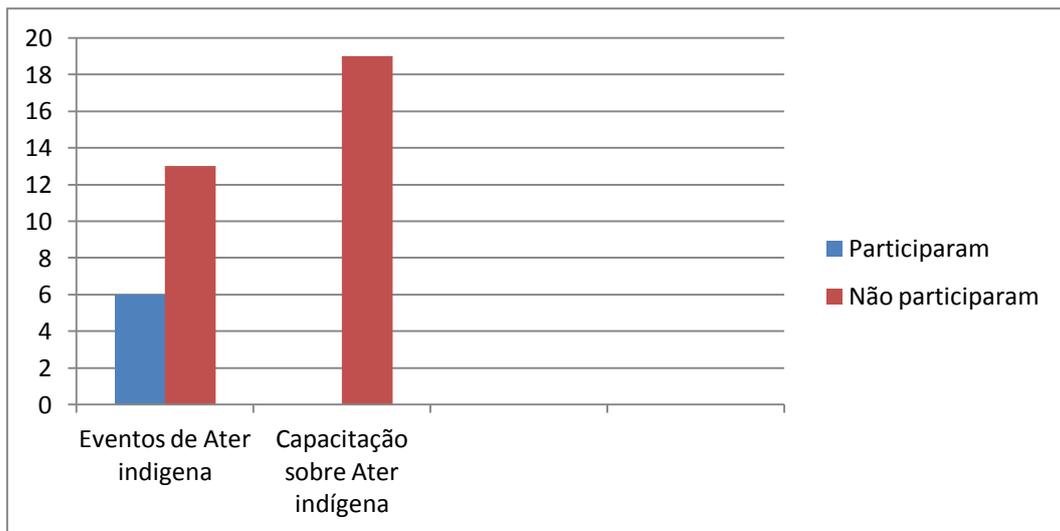


Gráfico 3 – Participação em eventos ou capacitação (coleta direta de dados, 2011/2012).

Sobre a forma como os profissionais realizam a auto-capacitação ou buscam informações sobre os povos indígenas que habitam os municípios nos quais estão lotados, percebe-se um dado preocupante, pois, dos 19 entrevistados, 11 informaram que nunca leram, se aprofundaram ou se interessaram pela questão. Desses, apenas um dos entrevistados tenta justificar nunca ter efetuado pesquisas ou leituras, conforme relato “[...] não cheguei assim a pesquisar devido, como você sabe, à demanda de trabalho que a gente tem, mas isso não é motivo, não se justifica [...]” (Entrevistado nº 08, grupo 1, p. 6). Os outros oito entrevistados utilizam a internet como maior fonte de pesquisa e informação. Desses entrevistados, um tem a experiência cotidiana como maior fonte de conhecimento, além dos livros. Verifiquemos os relatos de ambos os perfis citados anteriormente:

[...] a partir do momento que eu soube que ia trabalhar com essa etnia, dos Kapinawá procurei na internet. O porque desse nome, inclusive do município, foi uma imposição, por que tá dentro do território indígena [...]. (Entrevistado nº 1, grupo 1, p. 12).

Não, nunca li ou procurei me aprofundar. [...]. (Entrevistado nº 17, grupo 2, p. 13).

Sinceramente, nunca tive a curiosidade, não. [...]. (Entrevistado nº 18, grupo 2, p. 13).

Não, nunca me aprofundei na questão da pesquisa, da leitura. [...]. (Entrevistado nº 3, grupo 2, p. 9).

Sobre o termo etnodesenvolvimento, os entrevistados demonstram ter uma ideia vaga sobre o tema, ou desconhecem o significado da palavra, conforme relatos descritos abaixo:

Desenvolvimento das etnias, é isso? (Entrevistado nº 3, grupo 2, p. 9).

Eu acho que... O desenvolvimento do povo, do povo indígena, né, da etnia deles, eu acho que, já ouvi falar mas acho que seja o estudo. Etnodesenvolvimento, o estudo do desenvolvimento daquele pessoal, aquela determinada aldeia, daquele povo, eu acho que é dessa forma. (Entrevistado nº 9, grupo 2, p. 6).

Não, nunca ouvi falar. (Entrevistado nº 18, grupo 2, p. 13).

Não, essa palavra pra mim é nova, ai do vocabulário. (Entrevistado nº 12, grupo 2, p. 13).

Cultura do desenvolvimento, ela poderá então desenvolver essa cultura, essa tradição, poderá ser desenvolvida sem perder, né, os valores, os conhecimentos tradicionais, que já existe ali, naquela comunidade. (Entrevistado nº 7, grupo 2, p. 14).

Em relação ao funcionamento, objetivo e conhecimento sobre quem é o articulador da Rede Temática de Ater junto aos povos indígenas de Pernambuco, criada desde 2008, de acordo com o gráfico 4, dos 19 entrevistados, oito desconhecem funcionamento, objetivo e articulador da rede, e apenas um demonstra dúvidas. Os outros 10 entrevistados conhecem o articulador, mas não sabem explicar com clareza sobre a rede.

Esse dado é bastante revelador, pois indica a capacidade de conhecimento e envolvimento dos técnicos com a Ater indígena, através da rede. Além disso, também é um indicador, de que a articulação no nível estadual, não tem tido condições estruturais, de recursos humanos e institucionais de socializar questões relacionadas à Ater indígena.

**Gráfico 4**

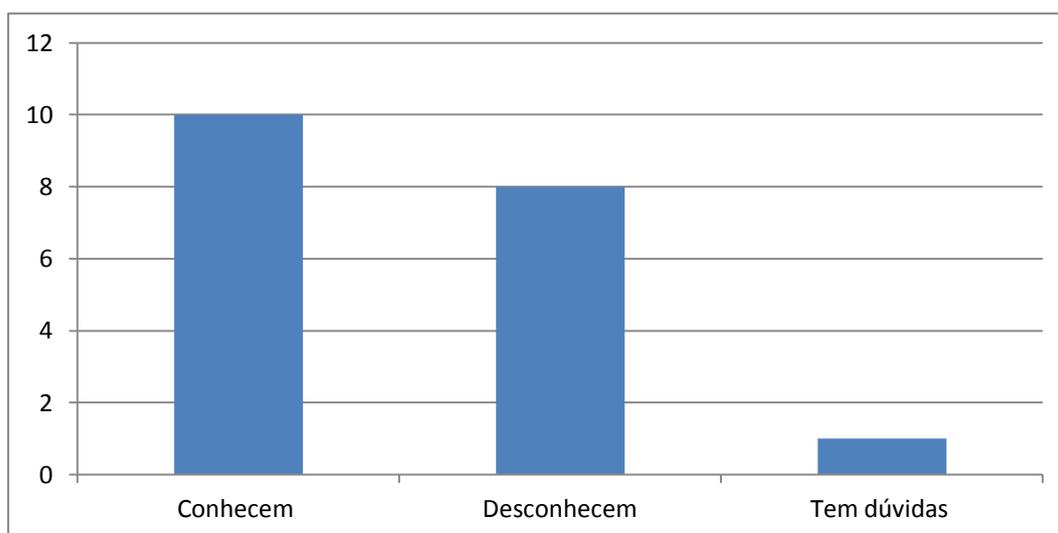


Gráfico 04 – Conhecimento da Rede Temática junto aos povos indígenas (coleta direta de dados, 2011/2012).

A partir das entrevistas juntos aos profissionais de Ater (extensionistas e assistentes técnicos), verifica-se a necessidade de não apenas capacitar os técnicos no que diz respeito às construções socioculturais, históricas, projeto de vida dos povos indígenas, mas também de discutir junto aos índios, indigenistas, organizações não governamentais, órgãos governamentais, universidades, questões atuais que permeiam o universo das lutas e mobilizações desses povos.

Temáticas sobre o etnodesenvolvimento são imprescindíveis para gerar um debate e compreensão sobre a autonomia, valorização dos saberes, tradições, entre outras questões, dos povos indígenas. Para lidar com esses povos, a formação de equipes multidisciplinares é importante e necessária, pois enriquecem as compreensões, de forma a multiplicar os olhares sobre a atuação de Ater.

Sobre esses aspectos, o relatório da 1ª Conferência Nacional de Ater (CNATER,2012,p.15), propõe “promover, aprimorar e articular ações multidisciplinares de Ater para o etnodesenvolvimento [...], especialmente dos povos e comunidades tradicionais [...]”. Portanto, essa aproximação do universo indígena através da formação e discussão poderá fomentar uma identificação com a história de lutas e mobilizações desses povos, facilitando a compreensão de como atuar em áreas indígenas, de modo a intermediar o diálogo intercultural.

### 3.4. Concepções dos profissionais de Ater sobre os índios no Nordeste/Pernambuco

Como diz Gersem dos Santos Luciano, índio Baniwa, historicamente os índios têm sido objeto de múltiplas imagens e conceituações por parte dos não índios. Resultado das heranças históricas marcadas por preconceitos e estereótipos concebidos desde a chegada dos colonizadores, uma vez que os “nativos foram alvo de diferentes percepções e julgamento quanto às características, aos comportamentos, às capacidades e à natureza biológica e espiritual que lhes são próprias.” (LUCIANO, 2006, p.34).

No Nordeste, nas últimas décadas, os povos indígenas vêm passando pelo processo de etnogênese, que vem “abrangendo tanto a emergência de novas identidades como a reinvenção de etnias já reconhecidas.” (OLIVEIRA, João, 2004, p. 20-21).

Considerando que desde a PNATER/2004, os povos indígenas são definidos como público prioritário nas ações da Ater é imprescindível o conhecimento e reconhecimento dos processos socioculturais e históricos vivenciados pelos povos indígenas no Nordeste.

Diante desse cenário, é importante entender como os profissionais de Ater em sua quase totalidade não índios,<sup>74</sup> percebem e lidam com o reconhecimento das identidades étnicas dos povos indígenas no Nordeste e mais especificamente em Pernambuco, e como essa compreensão repercute na atuação profissional.

Na região Agreste, conforme a fala dos entrevistados abaixo, percebe-se um reconhecimento do indígena como sujeito das transformações socioculturais que os povos indígenas conquistaram ao longo dos anos. Outro aspecto, que transpareceu nas entrevistas foi o reconhecimento desses povos como parte do segmento da agricultura familiar, e como tal a necessidade de políticas públicas diferenciadas que atendam às especificidades étnicas desses povos prescritas inclusive na PNATER.

Essas percepções talvez possam ser explicadas pela maior proximidade dos não índios com os povos indígenas dessa região, tais como os Xukuru do Ororubá, os Fulni-ô, Kapinawá e os Kambiwá em diferentes graus de contatos interétnicos, em específico os Fulni-ô e o Xukuru do Ororubá, que possuem relações históricas de maior visibilidade. Nesse contexto, verifiquemos os relatos a seguir:

---

<sup>74</sup> Referimo-nos a dois profissionais de Ater no IPA que pertencem à etnia Xukuru do Ororubá e à etnia Pankararu.

[...] Vemos que eles apresentam restícios, desde o tempo da colonização, onde muitos foram dizimados, foram forçados a fazerem tarefas e atividades que não eram do seu domínio. Porque como sabemos o índio exercia seu trabalho, mas basicamente para a subsistência, pouco ele retirava para comercializar, retirava pouco o excedente. Então, ao longo desse tempo, eles continuaram com a sua subsistência. Mas, ao mesmo tempo, tentando sobreviver nessa nova sociedade brasileira. [...] Eles trabalham com artesanato, eles retiram seu sustento da terra, vendem o excedente também, já participam da sociedade civil, muitos já são formados. (Entrevistado n° 8, grupo 1, p. 2).

Eu acho que eles têm um significado muito relevante na nossa vida, certo? Eu acho que são pessoas que trabalham, que criam, que plantam, e que precisam de mais apoio. Mais... Mais condições de trabalho. (Entrevistado n° 10, grupo 1, p. 6).

Na região do Sertão, detectamos perfis bem distintos sobre a imagem dos povos indígenas, de acordo com a fala dos entrevistados:

[...] A gente assiste, reconhece como índio, porque eles adquiriram esse reconhecimento. Do meu ponto de vista, os traços não são de índio. Eles não têm traços de índio... Os índios do Nordeste, não vou generalizar, mas os que assisto não tem traços de índios e perderam os costumes[...]. Porque tá tudo misturado, não tem mais aquele traço indígena, tem loiro, moreno, cabelo liso, é tudo misturado. (Entrevistado n° 2, grupo 2, p. 2).

Antes de trabalhar no IPA e de ler sobre o assunto, eu achava que não existia índio por aqui, que aquelas pessoas não eram índios, pois, eu tinha por válido, o estereótipo do índio da região Amazônica. Hoje, eu entendo sobre a miscigenação e a desculturalização sofrida pelos índios. A ligação que eles têm com seus antepassados, com os encantados, determina sua condição de indígena. [...] Muita gente comenta sobre a aparência dos índios, que não se parecem com os indígenas da Amazônia. Pessoas da cidade, agricultores e colegas de trabalho já comentaram sobre isso. (Entrevistado n° 6, grupo 2, p. 2).

É um pouco diferente pela aparência, que se assemelha até um pouco com a gente. Que a gente fica olhando, que índio é esse? Mas, ai, quando você vê os costumes, percebe-se que realmente há uma questão de índio em si. A gente fica comparando com os índios da Amazônia, de outras regiões. A gente vê os hábitos diferentes. A gente conversando na própria região, diz que índios são esses? Mas, é isso, realmente são... (Entrevistado n° 3, grupo 2, p. 2).

Nas falas dos entrevistados dessa região, percebemos como ponto em comum, a imagem do índio no Nordeste, tendo como referencia o estereótipo dos povos indígenas na Amazônia, tido como “verdadeiros” índios. Partindo desse princípio, a

dúvida em relação à identidade étnica desses povos se instalou. Assim, duas concepções foram construídas a partir dessa imagem, gerando a dúvida: a primeira diz respeito à negação dessa identidade étnica do índio no Nordeste/Pernambuco; a segunda se divide entre a imagem estereotipada do índio e o reconhecimento da identidade étnica, percebida através dos hábitos diferenciados expressos através de sua cultura, de suas tradições, de sua ancestralidade, de seus rituais, da sua religiosidade.

Os estereótipos dos índios com olhos amendoados, morenos, cabelos lisos, seminus, vivendo nas florestas, ainda permeia o imaginário coletivo dos não índios, ignorando distintas realidades históricas, socioculturais e geográficas nas regiões do Norte e Nordeste. Essas percepções tem como consequência o elemento dúvida em relação à ancestralidade indígena na região e desconsidera o índio contemporâneo em prol da imagem idealizada do mesmo.

É preciso compreender que os processos de desconstrução da identidade étnica dos povos indígenas no Nordeste têm relação direta com os resquícios da colonização e a forma como ocorreu a ocupação e usurpação da terra desses povos nessa Região. Nesse aspecto, o renomado antropólogo João Pacheco de Oliveira, lembrou que, quando os índios foram aldeados pelos religiosos, houve mistura de etnias, línguas e famílias, uma vez que “eles foram talvez destruídos na referência originária, mas reconstruíram uma nova cultura, que possui toda legitimidade para o grupo.” (OLIVEIRA, João, 2007).

Como complemento às análises em relação à identidade étnica no Nordeste, vale a pena ressaltar uma fala do Cacique Kambiwá, que descontrói as imagens estereotipadas dos povos indígenas baseada no aspecto biológico, em específico em Pernambuco: “*Hoje não temos mais as características físicas do índio, mas conseguimos preservar a história e os costumes dos nossos ancestrais. É a nossa cultura que nos torna índio.*” (JC On Line, 2007).

Por outro lado, observa-se na região do Sertão, embora em menor proporção, outra concepção sobre os povos indígenas no Nordeste e em Pernambuco, com elementos ligados ao reconhecimento de direitos, legitimidade perante o território e afirmação da cultura e tradição:

É um povo que tá lutando pelos seus direitos, que tá batalhando pela sua sobrevivência para buscar seus direitos. Uma vez que eles eram de fato e de direito os donos da terra, para ter seus direitos, conquistar suas áreas de terras que foram tomadas deles. (Entrevistado nº 4, grup2, p. 2).

Ser índio no Nordeste... Em primeiro lugar é uma população rural, à margem da sociedade, mas que preserva a sua cultura e tradição ainda. (Entrevistado nº 9, grupo 2, p. 2).

### **3.5. Profissionais de Ater: percepções sobre povos indígenas e agricultura**

A lógica dos povos indígenas em relação à agricultura está ligada à forma como foram construída historicamente as suas relações com a terra, seus territórios, suas crenças, seus valores, sua ancestralidade. Em alguns povos, como, por exemplo, o povo Guarani, o sistema sociocultural é fundamentado na religião, portanto a sua relação com a agricultura não poderia ser diferente. Segundo Soares (2008, p.41), que relata uma experiência de Ater em áreas indígenas, os povos Guarani não utilizam fertilizantes ou adubos químicos na produção. Uma vez que nesse sistema, os vegetais e animais tem alma (FERREIRA, 2001 apud BAPTISTA, 2011, p. 72). Além disso, as fases do cultivo são relacionadas a cerimônias religiosas. (TEMPASS, 2005 apud BAPTISTA, 2011, p. 72).

Desse modo, a agricultura que os povos indígenas em geral praticam é culturalmente diferenciada. Não significa dizer que em todos os povos indígenas, prevalece uma agricultura livre de agrotóxicos, adubos químicos ou fertilizantes, pois, seria uma afirmativa ingênua. A herança do modo de fazer agricultura dos não índios ainda está impregnada nas práticas cotidianas, que é influenciada pelo mercado e cultura local. Como revelou a fala de um dos entrevistados:

[...] A melancia, o melão, o tomate, são culturas que requer o uso de agrotóxicos e a gente, recomenda o uso correto de equipamentos de proteção individual, o destino correto das embalagens de agrotóxico. É que muitas vezes passa, fala... É que eles não absorvem bem, mas é uma questão existente na região e se faz necessário o combate a essas práticas erradas e buscando a melhoria deles e do meio ambiente. (Entrevistado nº 3, grupo 2, p. 12).

O entrevistado apesar de fazer menção ao uso correto dos Equipamentos de Proteção Individual (EPI) e o destino das embalagens, revela, ao mesmo tempo, que não há um projeto ou programa institucional específico de combate ao uso de agrotóxicos na Extensão Rural, que possa dar alternativas de cultivos e suporte para o trabalho cotidiano dos profissionais de Ater.

Sobre a falta de programas ou projetos no âmbito institucional que visem combater o uso de agrotóxicos, e a prática dos profissionais de Ater que trabalham no combate a esse uso, um gerente regional dos municípios nos quais habitam povos indígenas, assim se pronuncia:

Isso é uma coisa que os extensionistas de um modo geral, eles fazem uma opção, que a meu ver é individual. Aqueles que têm essa preocupação criam essa relação com os agricultores através de recomendações. Não tem uma recomendação institucional, isso como uma regra, não há. (Entrevistado gestor 2, p. 2).

Na prática, as orientações em relação ao agrotóxico, são pontuais, podendo ser realizadas em um contexto educacional ou apenas como repasse de informações, dependendo do processo formativo e das orientações teórico-metodológicas dos profissionais de Ater. Nessa perspectiva, observamos que, de todos os entrevistados, apenas dois, quando se reportavam à percepção sobre as práticas de cultivo tradicionais dos povos indígenas, se referiam à Agroecologia como uma referência para a sua atuação. Também foi observado que o conhecimento desses profissionais ia além da percepção do uso ou não uso de agrotóxico pelos índios, pois, descreviam formas tradicionais de defensivos utilizados pelos indígenas.

Verifica-se que, ao mesmo tempo em que determinadas regiões e povos utilizam agrotóxicos por conta da cultura local, os saberes tradicionais também fazem parte do modo de fazer agricultura dos povos indígenas, uma vez que relutam ou rejeitam usar agrotóxicos ou fertilizantes. Os relatos abaixo nos mostram as percepções dos profissionais de Ater entrevistados em relação aos hábitos de cultivo agrícolas dos índios:

Assim, culturalmente a produção do índio... A única coisa que a gente bate que é uma prática antiagroecológica é a queimada. Antigamente eles tinham uma mania muito grande de isolar uma área e meter fogo e depois plantar. Fora isso, eles não usam agrotóxicos, defensivos agrícolas nenhum. [...] Hoje, eles já dominam a sabedoria que se queimar enfraquece a terra. Fora isso, não tem tanta relutância, não usam químicos... (Entrevistado nº 1, grupo 1, p. 17). Nessa área indígena toda, né, que é uma área muito grande, não usam agrotóxico, né? Não aceitam a entrada de nenhum tipo de fertilizante, nenhum tipo de agrotóxico. (Entrevistado nº 7, grupo 2, p. 12).

[...] mas, no caso, como eles plantam de subsistência, eu posso afirmar hoje que 100% do plantio que os índios fazem não usa agrotóxico, nem adubo químico. (Entrevistado nº 9, grupo 2, p. 8).

[...] A gente bateu na questão da Agroecologia, e da importância da prática de defensivos naturais, que eles já sabem já. Eles têm métodos, que até hoje muita gente não sabe. Eles têm os métodos próprios de combater a formiga

saúva, de combater a mosca do tomate, que plantam também. Eles têm prática de conservação de sementes. (Entrevistado nº 01, grupo 01, p. 17).

É interessante notar como algumas práticas e conhecimentos tradicionais indígenas ligadas ao cultivo apreendidas através de gerações são ecológicas, servindo de exemplo de sustentabilidade. Sobre esse aspecto, Toledo (2002 apud Toledo e Barrera-Bassols, 2009, p. 35), enfatizam que as “sociedades tradicionais albergam um repertório de conhecimento ecológico que geralmente é local, coletivo, diacrônico, sincrético, dinâmico e holístico.” Os respectivos autores também complementam que os sistemas cognitivos sobre os recursos naturais são transmitidos de geração a geração. (TOLEDO; BARRERA-BASSOLS, 2009).

Os profissionais de Ater como facilitadores de processos podem e devem mediar trocas de conhecimentos e experiências entre os povos indígenas e outros agricultores familiares. Um exemplo dessa potencialidade se refere à manipueira<sup>75</sup>, cuja utilidade é fundamental e extraordinária, na medida em que pode não só servir como complemento alimentar para o gado, como também ser utilizada no controle de pragas e doenças, como formigas e insetos, além de adubo orgânico. O depoimento do profissional de Ater revelou como o saber tradicional indígena utiliza esse líquido venenoso transformando-o em um poderoso e precioso combatente às pragas, conforme relato abaixo:

[...] Eles usam a manipueira, eles não jogam ao ar livre como outros agricultores jogam... E faz a semeadura... Eles jogam no solo para combater os anematoídes e a mosca branca do tomate. (Entrevistado nº 1, grupo 1, p. 18).

É imprescindível, portanto, que os profissionais de Ater possam ter olhares diferenciados sobre questões como produtividade, comercialização e o uso de agrotóxicos em áreas indígenas, considerando os aspectos históricos, socioculturais e os saberes tradicionais desses povos.

Outra questão em relação à percepção da agricultura pelos profissionais de Ater, em áreas indígenas, diz respeito à necessidade da construção de diálogos com os povos por meio da compreensão das suas tradições e expressões socioculturais, para que

---

<sup>75</sup>A manipueira é o líquido extraído da mandioca, quando prensada no processo de fabricação da farinha. Tanto a mandioca quanto esse líquido contém ácido cianídrico, venenoso e nocivo à alimentação humana e animal. Se despejada em grande quantidade, agride o Ambiente por conter elevadas cargas de matérias orgânicas e ácido cianídrico. Disponível em: <http://www.embrapa.br/imprensa/noticias/2011/junho/2a-semana/manipueira-um-liquido-precioso/>, acesso em 12/12/2012.

projetos e programas possam ser construídos através de processos e demandas endógenas. Se levados em consideração esses aspectos, as ações e projetos podem ser exitosos. Como enfatizou Soares (2008), relatando as experiências de Ater com os povos Guarani, quando os extensionistas foram executar projetos na área desses povos tiveram a “reprodução do mesmo ‘olhar’ e paradigma proposto aos agricultores familiares [...], além disso, esse ‘olhar’, na maioria das vezes, estava imbuído da lógica produtivista [...], tendo como objetivos a produção para a subsistência de um excedente [...]’.”

Um exemplo, que requer um olhar a partir não só dos aspectos das potencialidades econômicas, mais também ambientais e socioculturais, é relativo aos pastos apícolas. Citemos a narrativa de um dos entrevistados: “*A gente tá querendo trazer para a aldeia, a produção de mel. Eles estão bastante relutantes. Que eles têm apesar da seca, tem um pasto apícola bastante vasto, importante para a produção de um mel de qualidade.*” (Entrevistado nº 1, grupo 1, p. 16-17).

É necessário compreender que o mel é utilizado em muitas etnias para adoçar a <sup>76</sup>Jurema, que por sua vez é utilizada em rituais indígenas. Os Xukuru, por exemplo, preparavam fermentados alcoólicos com certos tipos de cascas e mel, além do “vinho da Jurema” ser misturado com o mel das abelhas sem ferrão. (LIMA, 1946 apud NETO, 2011, p. 78). No caso do povo Atikum, a utilização do mel nos rituais do toré vem desde o tempo dos mais antigos. O interessante é que os Atikum utilizam de preferência as abelhas nativas da região, porque são mais aceitas nos trabalhos ritualísticos. As abelhas italianas trazidas de “fora”, como diz um índio Atikum “[...] não presta pra negócio de trabalho, de espírito.” (NETO, 2011, p. 117).

Esses exemplos citados anteriormente servem para compreender se por trás das “relutâncias”, como narrou o entrevistado, não estão questões relacionadas às expressões socioculturais, às tradições, ao sagrado, de modo a respeitar o projeto de vida desses povos. Estando atento e sensível a esses fatores é possível construir junto aos povos indígenas, ações que potencializem os recursos naturais locais.

---

<sup>76</sup> É uma árvore da família das *Mimosáceas*, muito utilizada no Sertão, da qual se extrai uma bebida. Em suas raízes, encontra-se N, N-Dimetiltriptamina (DMT), composto psicoativo, tornando-a uma planta enteógena. (NETO, 2011). Segundo Neto (2011), apesar de não haver registro no período da colonização sobre o seu uso pelos indígenas, ela representaria um elemento ritual ligado à própria resistência dos povos indígenas (SILVA, 2000 apud NETO, 2011). Também acrescenta esse autor que a jurema “(como elemento central do toré) ainda seria exibida como sinal diacrítico na construção/manutenção da etnicidade dos índios do Nordeste”. (GRÜNEWALD, 2002b apud NETO, 2011, p. 63).

### 3.5.1. Profissionais de Ater: percepções sobre às especificidades étnicas

Além da PNATER, como já foi mencionado anteriormente, ter garantido a especificidade nos trabalhos de Ater para povos e comunidades tradicionais, a CNATER, também corrobora no seu 1º relatório, ações para garantir essa “especificidade”, através de um atendimento que denomina de diferenciado e contínuo. Ainda de acordo com a CNATER, esse atendimento dos povos indígenas tem que estar adequado aos “conhecimentos tradicionais e aos sistemas produtivos, com base em princípios, valores e diretrizes que norteiam seus planos de vida e de gestão ambiental e territorial.” (CNATER, 2012, p. 47).

Para responder aos objetivos de como os profissionais percebem o seu trabalho em áreas indígenas, além dos fatores da percepção sobre os povos indígenas e da compreensão da agricultura praticada por esses povos, outros dois fatores são de fundamental importância: a) primeiro compreender como esses profissionais percebem as diferenças ou semelhanças do seu trabalho de Ater com os povos indígenas e com os agricultores familiares; b) E se o trabalho realizado em áreas indígenas deve ter alguma especificidade.

Em relação às semelhanças e diferenças no trabalho com povos indígenas e agricultores, tanto no Agreste como no Sertão, identificou-se através dos relatos expressões que sugerem desconhecimento histórico da retomada dos territórios e, a conquista de direitos constitucionais resultando em visões deturpadas, e estereotipadas sobre os povos indígenas.

Na realidade, as percepções sobre as diferenças e semelhanças não estão propriamente ligadas à cultura, à forma de produzir, à temporalidade, às tradições. Elas são traduzidas através de expressões e ideias tais como “*os índios têm mais regalias*”, “*são interesseiros*”, “*imediatistas*”, “*os brancos são mais receptivos*”, “*percebo um maior empenho dos agricultores*”, reforçando estereótipos e preconceitos. Um depoimento que merece destaque, denotando uma herança do modelo difusionista é quando o técnico relata que “*os índios dão pouca importância às informações tecnológicas*” ou quando reduz a sua prática profissional apenas a ações ligadas a agropecuária, quando afirma que “[...] *os índios trabalham o artesanato, os técnicos não trabalham.*” Vejamos os relatos abaixo:

Digamos assim, o governo se preocupa com os dois... O tradicional e o índio... O índio tem mais regalias... Eles estão numa área irrigada que é cortada por rios. [...]. O índio hoje, naquela aldeia não paga energia [...], fator importante para você ter estímulo para produzir [...]. O tradicional não tem água, não tem energia, a não ser que chova. Então é uma grande diferença. (Entrevistado nº 2, grupo 2, p. 9).

[...] Um agricultor familiar tradicional, ele chega no escritório, se você der uma informação, ele se sente satisfeito. Às vezes não tem a resposta no dia, pede pra ele voltar depois [...]. O índio ele não aceita. Ele quer saber na hora. Acho que foi a ausência do Estado [...]. Acho que são muito imediatistas [...]. Eles são bastante interesseiros, o que tiver de facilidades para eles, tã em cima. (Entrevistado nº 1, grupo 1, p. 11).

Os brancos são mais receptivos. Os índios dão pouca importância às informações tecnológicas. Além disso, os índios trabalham o artesanato, os técnicos não trabalham. (Entrevistado nº 11, grupo 1, p. 2).

[...] percebo um maior empenho dos agricultores. Quando eu digo agricultores familiares são aqueles que não são indígenas, porque indígena é também um agricultor familiar [...]. Eu vejo um maior empenho dos agricultores familiares do que os indígenas na questão agropecuária porque o agricultor familiar, aquele que tá trabalhando, que ele tem sua propriedade hoje ele vem já desde pequeno sendo orientado a isso, ajudando os pais, já tirando o dinheiro pra o seu sustento, sustentando sua família e o índio ele já vem de cultura de onde ele tirava pra subsistência e pronto, tirando pra subsistência tava em ordem [...]. Não que eles não queiram trabalhar e que sejam preguiçosos, mas acredito que isso venha se perpetuando em questões culturais, questões históricas, pra chegar até o momento atual. (Entrevistado nº 8, grupo 1, p. 2).

Outros relatos enfatizam mais as semelhanças nas questões ligadas à produção, embora deixe transparecer no discurso uma certa ambiguidade ao se referir a questões culturais como um diferencial e que parecem estar em plano secundário, conforme depoimento dos entrevistados abaixo:

[...] a gente não percebe muita diferença, porque eles já têm área comum, ele já tem área delimitada [...]. O índio hoje é um agricultor familiar, ele é um agricultor [...]. Eles não querem o desenvolvimento que o não índio pretende. Mas projetos de criação de caprinos, criação de galinhas, mandioca, plantio de palma, são projetos que tanto a gente trabalha na área não indígena, como na área indígena. (Entrevistado nº 7, grupo 2, p. 12).

Vejo como semelhantes os trabalhos realizados com os agricultores familiares e indígenas. A diferença acontece quando, por exemplo, temos que respeitar a festa do Ouricuri e não marcar reuniões e outros eventos durante os festejos, que duram cerca de dez dias. No mais, todas as ações e programas são aplicados da mesma maneira junto aos indígenas e agricultores familiares. (Entrevistado nº 6, grupo 2, p. 8).

Não há diferença de atividades produtivas. Os índios também fazem atividade de cerqueiro e criam animais. (Entrevistado nº 16, grupo 2, p. 2).

A diferença é pouca do trabalho em áreas indígenas. Alguns plantam, outros saem pra trabalhar fora. (Entrevistado nº 17. – grupo 2, p. 2).

Em relação à especificidade étnica, quando perguntado aos profissionais de Ater se o trabalho em áreas indígenas exigia alguma especificidade, contrariando algumas respostas anteriormente dadas, dos 19 entrevistados, nove informaram que não era necessária nenhuma especificidade. O que pode indicar a pouca reflexão sobre a concepção do que os entrevistados entendem por “especificidade” em áreas indígenas. Um dos depoimentos dos entrevistados expressa esse contexto:

Acho que não. É o mesmo trabalho, mesmo agricultor. A questão é que são grupos diferentes. A recepção é diferente quando a gente chega... Tudo que o governo, qualquer programa social do governo, eles acham que eles tem direito antes de chegar. O índio, o quilombola, os sem-terra, esquece que o agricultor tradicional é um agricultor igual a eles. Eu não separo nem índios, nem quilombolas, nem área de assentamentos, todos os agricultores têm o mesmo direito, apesar de uns terem mais direito do que outros. (Entrevistado nº 2, grupo 2, p. 10).

Dos 10 entrevistados restantes, oito expressam a necessidade de uma maior reflexão, uma vez que fazem referência às questões culturais, mas de uma forma vaga, confundindo muitas vezes as questões relacionadas às semelhanças e diferenças dos trabalhos com agricultores e indígenas, ou com posturas estereotipadas, conforme relatos abaixo:

O trabalho em áreas indígenas, assim, a gente trabalha meio que semelhante. A gente vê que os costumes são outros: preservação das danças, do folclore em si. Mas o meio de produção vai parecer com agricultores familiares. (Entrevistado nº 3, grupo 2, p.8).

A especificidade... Por ter sido bastante calejado na falta do Estado, sempre excluídos, como os quilombolas também... Não podem perder tempo, eles querem tudo para ontem [...] se marcar reunião, tem que tá lá no horário, no dia em que eles querem. (Entrevistado nº 1, grupo 1, p.11).

Eu acredito que sim, eu acho que tem que ser trabalhado. Eu acho que tem que existir uma transição de eles começarem a perceber que realmente tem que arregaçar as mangas, tem que botar a cara fora de casa, e tem que fazer o que tem que ser feito pra poder chegar ao patamar de outros agricultores familiares que têm, a produção que eles têm, pra poder se desenvolver no meio rural. (Entrevistado nº 8, grupo 1, p.5).

Apenas dois entrevistados demonstraram uma reflexão maior sobre a especificidade no trabalho da Extensão Rural em áreas indígenas, referindo-se às questões metodológicas e uma atenção a questões socioculturais em detrimento das questões econômicas, de acordo com os relatos abaixo:

Não sei se especificidade, mas os técnicos deveriam realizar pesquisas junto aos indígenas de sua área de atuação para entender melhor a dinâmica de cada povo. Quanto à parte mais técnica, de... Por exemplo, estudar metodológicas de extensão, pedagogias, etc, deveria ser sempre renovada entre os técnicos, independente de atuarem ou não com indígenas. (Entrevistado nº 6, grupo 2, p.8).

Especificidade é quando você trabalha na agricultura em áreas indígenas e as vezes vê que não é importante a questão econômica, mas é importante para a questão da religiosidade desse povo, do ritual, das práticas, dos saberes. (Entrevistado nº 14, grupo 1, p.8).

### **3.5.2. Profissionais de Ater: atuação da Extensão Rural em áreas indígenas**

Outro aspecto, que complementa as percepções do trabalho do técnico em áreas indígenas, diz respeito à compreensão de como deve ser realizado o trabalho nessas áreas. Verifica-se que as concepções se dividem quanto: a inserirem técnicos indígenas que tratem especificamente dessas áreas ou profissionais das áreas das Ciências Humanas ou Sociais aplicadas. Essas percepções podem indicar dois aspectos: a) a responsabilização de outros profissionais que passem a atuar nessas áreas; b) a inclusão de um profissional das humanas/aplicadas ou um técnico indígena pode significar um fator agregador para a equipe local. Verifiquemos os relatos abaixo:

Precisa progredir, precisaria ter uma pessoa só tratando sobre isso. Só para trabalhar com esse público, tanto indígena, quanto quilombola. Teria que ter uma pessoa com preparação, um diferencial. Talvez uma pessoa que tivesse um contato maior, no sentido de ser uma pessoa da própria comunidade mesmo. Talvez facilitasse bastante e conhecesse o costume deles a fundo. (Entrevistado nº 4, grupo 2, p.8).

Eu acho que tem um técnico que é o Iran que trabalha em Pesqueira. Ele é indígena e tem uma identificação... É feito vocês verem que eles só aceitaram o trabalho de saúde com gente da própria aldeia. Mas alguém que trabalhasse ligado à antropologia, sociologia, um assistente social, que tivesse mais conhecimento da área, que fizesse que eles passassem a acreditar mais ainda. [...] E precisa de um técnico que desse atenção exclusiva a eles. Que eles precisam muito e são muito carentes de assistência técnica. (Entrevistado nº 1, grupo 1, p.11).

Como já acontece em outras regiões, deveriam inserir técnicos indígenas para desenvolver os trabalhos de extensão juntamente aos técnicos locais. No entanto, a atuação não deveria ser somente deles, mas eles cooperando com os técnicos locais. O tempo de cada aldeia deveria ser respeitado. Pois, em geral, as ações têm prazos determinados, sempre curtos. O respeito às suas tradições e costumes deveria ser incorporado pelos técnicos locais. Todos os projetos/ações deveriam ser consultados e ajustados conforme a necessidade dos indígenas. (Entrevistado nº 6, grupo 2, p.7).

Outra percepção sobre o trabalho em áreas indígenas está aliada mais à melhoria da renda e introdução de tecnologias, conforme depoimentos a seguir:

Acho que deve focar na melhoria da renda, da produção agrícola. (Entrevistado nº 19, grupo 1, p.7).

Acho que o trabalho em áreas indígenas tem que ser participativo, você tem que preservar os valores e trabalhar com tecnologias de forma a melhorar a renda. (Entrevistado nº 3, grupo 2, p.8).

Na área indígena a gente deveria chegar mais pra fazer o trabalho de solo, né? Fazer um trabalho de frutíferas nas comunidades, trabalhar o artesanato. A gente tem que começar a pegar o ponto forte das comunidades e trabalhar, senão... Deveria a gente começar com as mulheres, com os pequenos indígenas, pra gente formular uma política que seja educativa, que traga ao povo indígena, notoriedade, fazer uma coisa que realmente transforme, sem mudar as características do povo, né? (Entrevistado nº 12, grupo 2, p.8).

### **3.6. Abordagem da Extensão Rural em áreas indígenas**

A relação da Extensão Rural estadual com os povos indígenas, sob a perspectiva da PNATER, ainda é recente na maioria dos municípios, tanto nas regiões do Agreste, quanto nas regiões do Sertão.

O acesso dos povos indígenas às políticas públicas da agricultura familiar se torna mais presentes a partir de 2006, quando são inaugurados escritórios locais nos municípios em que habitam os povos indígenas, com exceção dos escritórios dos municípios de Águas Belas, Pesqueira e Petrolândia que são uns dos mais antigos, segundo informações dos entrevistados.

A visibilidade do trabalho em áreas indígenas também se evidencia a partir de 2008, com a criação da Rede Temática de Ater junto aos povos indígenas, uma vez que fomenta questões relacionadas ao atendimento prioritário e específico.

Observa-se que em alguns municípios, os primeiros contatos com os povos indígenas inicia-se tanto a partir da abertura de novos escritórios, a exemplo de

Tacaratu, Jatobá e Inajá, como da chegada de técnicos locais aos municípios inaugurados há algum tempo, a exemplo de Ibimirim, ou através da implementação das políticas públicas em áreas indígenas, a exemplo de Orocó. Conforme verifica-se nos relatos abaixo:

O escritório de Petrolândia fazia os trabalhos de Jatobá e Tacaratu, [...] a partir de 2008 foi que realmente foi instalado um escritório aqui em Tacaratu. A atuação não se deu inicialmente... A gente começou a fazer a parte de organizações das associações indígenas e não indígenas né? Hoje em Tacaratu é que a gente tá tendo mais uma proximidade entre o IPA e o povo indígena daqui do município. (Entrevistado nº 12, grupo 2, p.2).

[...] quando eu cheguei em Ibimirim já existia o escritório municipal só que esse trabalho com os índios eu só tenho informação após a minha ida pra lá. (Entrevistado nº 9, grupo 2, p.1).

O outro colega entrou em 2006, mas ele ainda não tinha tido contato com a tribo e a demanda era enorme e ele não tinha atingido esse povo. A gente teve o primeiro contato com eles nas políticas públicas de distribuição de sementes, no Terra Pronta, início de 2008. [...] E esse contato, que começou no início de 2008, foram as primeiras políticas da extensão que chegaram até a aldeia, pelo menos no meu conhecimento. (Entrevistado nº 4, grupo 2, p.3).

Há quatro anos que já vinha recebendo atendimento do IPA, principalmente os programas que a gente trabalha assim, Terra Pronta, mecanização, aração de terras e sementes e posteriormente a chegada do tanque de resfriamento para absorver a produção de leite deles [...] Quem instalou foi o PRORURAL, mas a pedido do IPA. (Entrevistado nº 3, grupo 1, p.3).

Um dos indícios recentes da incorporação do trabalho em áreas indígenas sob a perspectiva da PNATER diz respeito aos instrumentos de avaliação e planejamento, a exemplo do Plano de Ação Municipal (PAM), que não contempla de forma a distinguir no seu planejamento, os trabalhos realizados com os agricultores familiares, povos indígenas ou mesmo comunidades tradicionais, como os quilombolas, pescadores artesanais, etc. Isto significa que, os povos indígenas, e comunidades tradicionais, são cadastrados ou contemplados como agricultores familiares.

Segundo o relato dos entrevistados, houve unanimidade em relação ao PAM, quando afirmaram que no ato do preenchimento das ações os povos indígenas são cadastrados como agricultores familiares. Esse dado demonstra a precariedade do planejamento e acompanhamento institucional das ações nas áreas indígenas, uma vez que não possibilita o fomento da especificidade étnica através de um instrumento como o PAM que reflete a realidade local. Verifiquemos o depoimento dos entrevistados:

No plano, não fica incluído como indígena, fica como agricultores familiares em geral e são atendidos dessa forma. (Entrevistado nº 9, grupo 2, p. 2 ).

No PAM, a gente tem em mente que os indígenas estão incluídos nos números dos agricultores. As políticas que podem ser passadas para eles... Nem todas estão disponibilizadas para eles. A gente trabalha mais com o agricultor tradicional. (Entrevistado nº 4, grupo 2, p. 4 ).

Não, em relação ao PAM em áreas indígenas, pelo menos eu desconheço de ele ser colocado. (Entrevistado nº 5, grupo 1, p. 4 ).

Diante dessa realidade, observa-se, de acordo com as entrevistas que a forma mais usual de abordagem dos técnicos em áreas indígenas é realizada através de reuniões sobre as políticas públicas “disponíveis”, para a realização da Declaração de Aptidão ao PRONAF (DAP), além do acesso ao crédito rural, conforme depoimentos dos entrevistados:

Nós atendemos na área indígena, temos o pessoal do Banco do Nordeste, Agroamigo que é um micro-crédito rural, que tem sido feito parceria para atender o micro-crédito na área indígena. Hoje a gente trabalha é a questão da emissão de DAP e a questão do micro-crédito rural Agroamigo e estiação. (Entrevistado nº 5, grupo 1, p. 4 ).

A gente vai colocar as políticas públicas: Garantia Safra, distribuição de sementes, carro-pipa, e algo de crédito. (Entrevistado nº 16, grupo 2, p. 3 ).

O trabalho em áreas indígenas é apenas as políticas públicas. (Entrevistado nº 11, grupo 1, p. 3 ).

A gente não tem feito curso lá com os indígenas não. A gente... Quando a gente faz, a maioria das vezes acontece reuniões mais pra tratar sobre o crédito. A gente mobiliza o pessoal, comunica aquela liderança e a gente faz reuniões nesse tipo, chama o pessoal, explica determinada linha de crédito. E eles vão assiduamente, frequente... Outro trabalho também importante que a gente faz, da distribuição de sementes, quando é na época do plantio, a gente convida, eles vêm pra reunião, a gente contempla também, os índios e é dessa forma que a gente faz. (Entrevistado Nº 9, grupo 2, p.4 ).

Dos 19 entrevistados, apenas dois apontaram as temáticas sustentabilidade e gestão territorial como questões discutidas por meio de uma reunião, não fazendo parte das ações do cotidiano. Destes, apenas um citou a questão agroecológica como um tema trabalhado cotidianamente. Nesse aspecto, o município de Pesqueira se destaca pela abordagem junto aos movimentos indígenas e pela discussão regular sobre produção orgânica na perspectiva agroecológica com grupos de agricultores familiares,

provocando reflexões em relação à forma de se fazer a agricultura indígena aliada ao conhecimento agroecológico, de acordo com o relato de um dos entrevistados:

Tá ai o grupo dos produtores que a gente chamava de orgânico. Com esse avanço deixou de ser orgânico, porque a gente viu muito uma ideologia de mercado. E esses princípios de certa forma que são importantes, não estavam sendo valorizados e a gente começa a discutir uma agricultura indígena e Agroecológica. A soma do conhecimento indígena com o conhecimento da Agroecologia, que na sua essência tem todo esse conhecimento de práticas, principalmente dos povos indígenas, práticas ancestrais. E ai agente começa a pensar essa forma de agricultura e colocar em prática. E ai vem um grande desafio... (Entrevistado nº 14, grupo 1, p.15) .

Um das questões que chamou a atenção por meio das afirmações comuns a quase todos os entrevistados foi o fato dos índios ou lideranças indígenas procurarem os escritórios locais quando desejam realizar o crédito rural, ou assuntos ligados à agropecuária. Conforme relatos a seguir:

O líder comunitário mesmo das áreas indígenas que começaram a procurar política pública aqui no município, procuraram se inteirar através do conselho até chegar ao IPA. A partir daí a gente tá começando a construir um trabalho dentro da comunidade indígena. A atender duas aldeias, a partir do Garantia Safra. É de acordo com a demanda, né? A liderança de cada aldeia, ele manda listagem aqui para o escritório do IPA e a gente tenta ao máximo atender eles. (Entrevistado nº 12, grupo 2, p. 2).

Há todo momento que eles chegam no escritórios são bem atendidos, a gente se desloca até a ilha...Desde que eles procurem a gente. (Entrevistado nº 2, grupo 2, p. 5).

Existe a procura, existe a procura, mas como a gente é uma empresa de Extensão Rural, no caso eles procuram mais quando tem motivo, assim, vamos dizer, quando quer fazer uma operação de crédito, precisa de uma DAP, eles procuram a gente no escritório, aí precisa de uma recomendação, um animal tá doente, a gente não tem um veterinário no escritório mas sempre o apoio deles é a gente, chega aí tem... O rebanho tá precisando de uma vermifugação, a gente não deixa de procurar saber o que é que tem que fazer e passa a recomendação pra eles. Então a gente é bastante solicitado pelos povos indígenas, mais deles pra gente do que a gente indo visitar eles. (Entrevistado nº 9, grupo 2, p. 4).

Pode-se verificar, de acordo com os relatos dos entrevistados, que a forma de abordagem em áreas indígenas dá-se também através da demanda espontânea, a partir da procura dos índios aos escritórios locais. Esse fato indica pouca frequência de visitas periódicas e de planejamento às aldeias indígenas, devido a uma série de fatores que trataremos mais detalhadamente adiante, tais como: quantidade de técnicos insuficiente

para atender às demandas dos municípios, difícil acesso às aldeias, capacidade de atendimento do técnico por famílias, múltiplas atividades no escritório, etc.

### **3.7. Políticas públicas para a agricultura familiar em áreas indígenas**

Segundo os entrevistados, a Extensão Rural possui ações em todos os referidos municípios, e políticas públicas executadas em áreas indígenas, a exemplo dos programas Garantia Safra, Terra Pronta, Crédito rural, Distribuição de Sementes, entre outros. Conforme relatos a seguir:

O atendimento às aldeias se dá através de programas como: distribuição de sementes selecionadas de milho, feijão e palma forrageira, Garantia Safra, Terra Pronta e carro pipa. Além de emissão de DAPs e elaboração e acompanhamento de projetos de créditos rural e projetos de fomentos do Brasil sem Miséria, através da chamada pública [...]. (Entrevistado nº 6, grupo 2, p.5-6).

E a gente levou nosso trabalho levando uma política pública, no caso o Garantia Safra, que eles não tinham, né? A gente iniciou todas as outras atividades possíveis pra ele, como por exemplo, a questão da entrega de sementes, que eles já pegavam... Já teve agora uma assistência técnica, um acompanhamento do técnico, [...], o crédito orientado também, como outras políticas... (Entrevistado nº 7, grupo 2, p. 1).

Apresentam-se a seguir tabelas de atividades realizadas no âmbito da Extensão Rural através dos projetos com agricultores familiares e povos indígenas, entre o período de 2010 a 2012, nos municípios de Buíque, Inajá, Orocó, Jatobá, Petrolândia, Pesqueira/Poção. As tabelas descritas pelos técnicos apresentam os projetos que estão contidos nas ações de Fortalecimento da Agricultura Familiar, a exemplo de: projeto sementes, projeto agricultura de sequeiro, projeto de apoio às organizações locais, projeto palma forrageira, projeto bovinocultura, Agroecologia, qualificação do crédito rural, irrigação, fruticultura, caprinocultura, olericultura, ovinocultura, apoio a atividades não agrícolas e agrícolas, apoio à criação de pequenos animais, piscicultura/aquicultura, gestão de obras hídricas, PAA, Terra Pronta, Pernambuco escolarizado, cultura da mandioca, mercados diferenciados, mãe coruja, biodiesel, e outras ações em áreas indígenas. De modo que, apresentam-se nos quadros a seguir “apenas” os projetos descritos pelos técnicos implementados com os indígenas ou com os agricultores familiares para termos um quadro comparativo da capacidade de atendimento e acesso as políticas públicas dos respectivos públicos.

É importante salientar que os dados foram solicitados a todos os entrevistados dos 14 municípios envolvidos na pesquisa, com meses de antecedência, no entanto, apenas sete responderam à tabela, com a ressalva de que as ações de Poção estão inclusas no quantitativo das ações de Pesqueira. Esse fator indica a dificuldade de coleta de informações dos trabalhos realizados em áreas indígenas, por parte dos técnicos em virtude do formato do PAM, além da fragilidade das ações e precariedade da sistematização das atividades nas áreas indígenas. Assim, mesmo com os respectivos dados dos outros sete<sup>77</sup> municípios ausentes, serão analisados os seis<sup>78</sup> quadros dos municípios a partir das ações de Fortalecimento da Agricultura Familiar, apresentados a seguir, iniciando-se com Buíque, e tendo como referência os PATs 2010, 2011 e 2012.

No município de Buíque, as ações de Ater atendem o povo Kapinawá, que de acordo com o quadro 8, a seguir, de uma forma geral, indica um número de atendimento nas áreas indígenas inferior aos dos agricultores familiares, dado que se repete nos quadros subsequentes de cada município.

Levando-se em consideração a região e os projetos adequados à realidade local, verifica-se que 11 indígenas foram incluídos nas ações de distribuição de sementes em 2011, justificando-se esse quantitativo segundo o técnico por razões da seca que abateu a região nos últimos dois anos, no entanto, observa-se um número elevado de agricultores familiares atendidos.

Cerca de 40 indígenas, de quatro aldeias, também foram incluídos no projeto Palma Forrageira, em 2010, cujas ações se referem à distribuição da palma forrageira resistente à cochonilha-do-carmim (*Dactylopius sp*). Em relação às ações na área de bovinocultura em 2010 e 2011, as ações se limitaram à Campanha de vacinação contra a Febre Aftosa em parceria com a Agência de Defesa e Fiscalização Agropecuária de Pernambuco (ADAGRO/PE), e as ações relacionadas ao crédito rural se referiram à emissão da DAP e acesso ao crédito Agroamigo. Também foram incluídos indígenas de cinco aldeias nos programas Terra Pronta e, no programa do Biodiesel, de acordo com os dados disponibilizados pelo entrevistado. Em relação ao projeto do Biodiesel, as ações foram realizadas através de um seminário e cadastro de pessoas interessadas em aderir ao programa, o que não foi muito proveitoso, segundo o técnico local, uma vez

---

<sup>77</sup> Os sete municípios são: Tupanatinga, Cabrobó, Ibitimir, Floresta, Carnaubeira da Penha, Águas Belas, Tacaratu..

<sup>78</sup> Como foi mencionado no texto, os dados de Pesqueira e Poção estão contabilizados em conjunto, uma vez que o município de Poção possui apenas uma aldeia, sendo a mesma atendida em parceria pelo município de Pesqueira. Assim, são apresentados seis quadros, com dados de sete municípios.

que “[...] foi articulado uma reunião, inclusive um seminário na área indígena, na Aldeia Ponta da Várzea, e na época, não teve muita adesão.” (Entrevistado nº 5, grupo 1, p. 6).

No item outras ações em áreas indígenas, verifica-se apenas uma ação mencionada em 2010, com cerca de 20 pessoas atendidas, a exemplo de uma oficina para capacitar índios para aumentar a produção agrícola e não agrícola com base nos princípios agroecológicos. Nesse contexto, segundo os dados apresentados, apenas a aplicação da oficina, diz respeito a uma das ações das metas mencionadas em capítulo anterior da Rede Temática de Ater indígena.

Observa-se também no município de Buíque que as ações de Agroecologia, apoio as organizações sociais locais e PAA, não foram informadas pelo entrevistado. Essas ações são de suma importância no processo, por exemplo, de fomento a segurança alimentar e nutricional e ao empoderamento das organizações. Pode-se verificar que as ações no município de Buíque em áreas indígenas, de acordo com os dados disponibilizados através da tabela e da entrevista são pontuais e por demanda, não havendo um planejamento e atendimento contínuo.

**Quadro 8: Comparativo das ações realizadas com agricultores familiares e indígenas em Buíque, região Agreste.**

Projetos	Nº agricultores atendidos			Nº indígenas atendidos		
	Ano 2010	Ano 2011	Ano 2012	Ano 2010	Ano 2011	Ano 2012
Projeto Sementes	2.283	2.574	2517	-	11	-
Projeto Palma Forrageira	127	40	400	40	-	-
Projeto Cadeia Produtiva da Bovinocultura de Leite	200	300	300	200	200	-
Projeto Qualificação do Crédito Rural	40	40	50	-	-	20
Projeto Terra Pronta	233	253	173	69	63	-
Revitalização Sustentável da Cultura da Mandioca	20	20	-	-	-	-
Programa de Assistência Técnica em Assentamentos	20	20	20	-	-	-
Programa Biodiesel	-	-	-	30	11	-
Outras ações em áreas indígenas	-	-	-	-	20	-

Fonte: Elaborado pela autora, 2012.

No município de Inajá, conforme o quadro 9, a seguir, observa-se que a distribuição de sementes nas áreas indígenas é também bastante irrelevante se comparado com o quantitativo distribuído aos agricultores familiares. Um dado importante a ser considerado em relação à distribuição das sementes, é que o IPA, ao disponibilizar determinado quantitativo de sementes ao município, deve submeter às organizações que fazem parte do Conselho de Desenvolvimento Rural Sustentável (CMDRS), à decisão de como serão distribuídas as sementes nas áreas rurais. Foi observado através das entrevistas com os técnicos que os povos indígenas em geral, não participam do CMDRS, ou por não terem uma associação nos moldes solicitados pelo conselho ou pelo fragilizado diálogo entre os povos indígenas e os não índios. Desse modo, os indígenas ficam excluídos do poder de decisão de vários projetos que são discutidos e disputados no CMDRS. Outro fator que pode indicar a distribuição das sementes em menor quantidade nas áreas indígenas pode estar relacionado ao período da seca, ao tipo de sementes distribuídas que não são adequadas ao cultivo daquele povo ou ao hábito dos povos indígenas em estocarem as sementes. Um estudo aprofundado sobre essa questão poderia revelar mais indícios.

Verifica-se que apenas dois cursos relacionados às metas da Rede Temática de Ater junto aos povos indígenas, foram realizados em 2010, com cerca de 20 participantes cada, segundo informações do entrevistado. O primeiro foi executado com o povo Tuxá, na área de fruticultura e se referiu a capacitação com o objetivo de aumentar a produção agrícola e não agrícola, de acordo com os dados informados pelo entrevistado, sendo voltado para *“[...] o que ele produz: o milho, a melancia, [...], para orientar a melhor produção, reduzir o uso dos agrotóxicos, trabalhar monitorando e para que tenha uma produção melhor.”* (Entrevistado nº 3, grupo 2, p. 7). O segundo curso foi realizado com o povo Kambiwá, com o objetivo de capacitar indígenas sobre a criação e manejo de galinha caipira, de acordo com os dados fornecidos pelo entrevistado.

Mas, uma vez observa-se a predominância do programa Terra pronta, em áreas indígenas, nos anos de 2010 e 2011, sendo que no ano de 2012, não houve o preparo do solo nas áreas. No item em “outras ações em áreas indígenas”, identifica-se dois cursos nas áreas de artesanato de palha de banana e milho e de caprinocultura, executados pelo Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR), com 10 alunos em cada curso, totalizando 20 participantes, a partir de uma demanda da comunidade e realizados por meio da articulação do técnico do escritório local.

**Quadro 9: Comparativo das ações realizadas com agricultores familiares e indígenas em Inajá, região Sertão.**

Projetos	Nº agricultores atendidos			Nº indígenas atendidos		
	Ano 2010	Ano 2011	Ano 2012	Ano 2010	Ano 2011	Ano 2012
Projeto Sementes	1390	1311	1315	110	189	185
Projeto Fruticultura	-	-	-	20	-	-
Projeto de Apoio à Criação de Pequenos Animais	-	-	-	20	-	-
Projeto Terra Pronta	648	513	133	114	143	-
Outras ações em áreas indígenas	-	-	-	-	-	20

Fonte: Elaborado pela autora, 2012.

Em relação ao município de Orocó, de acordo com o entrevistado cerca de 75 famílias indígenas da etnia Truká são beneficiadas pelas políticas públicas na agricultura familiar. Como os outros municípios, os indígenas estão inseridos, em programas como distribuição de sementes e Terra Pronta. Segundo o entrevistado as políticas públicas como “*distribuição de sementes, tem ajudado muito eles. O Terra Pronta, além de servir para o cultivo do milho e feijão deles, eles usam também para o plantio de cebola.*” (Entrevistado nº 4, grupo 2, p. 6).

Observa-se que de acordo com o quadro 10 que em Orocó, os agricultores familiares, em detrimento dos indígenas, estão incluídos em diversos programas, a exemplo de projetos da palma forrageira, Agroecologia, bovinocultura, caprinocultura, apoio a atividades não agrícolas, etc.

Sobre a inserção da comunidade indígena no programa Biodiesel, o entrevistado comenta, “*a gente também fez Terra Pronta no início do programa Biodiesel, e colocou a comunidade no projeto em parceria com a prefeitura e Petrobrás*”. (Entrevistado nº 4, grupo 2, p. 6).

Diferenciando-se dos municípios de Buíque e Inajá, encontramos no item, apoio a organizações sociais locais, uma organização indígena incluída, nos anos de 2010 a 2012, embora não tenhamos detalhamentos da referida ação, conforme solicitado através de tabela. Além da inclusão de mulheres indígenas no Programa Mãe Coruja, nos anos de 2010 a 2012, mas de uma forma irrisória se comparado ao quantitativo de mulheres agricultoras.

**Quadro 10 – Comparativo das ações realizadas com agricultores familiares e indígenas em Orocó, região Sertão.**

Projetos	Nº agricultores atendidos			Nº indígenas atendidos		
	Ano 2010	Ano 2011	Ano 2012	Ano 2010	Ano 2011	Ano 2012
Projeto Sementes	1000	614	723	75	75	75
Projeto Agricultura de Sequeiro	236	183	-	-	-	-
Projeto de Apoio às Organizações Sociais Locais	30	30	30	01	01	01
Projeto Palma Forrageira	28	30	-	-	-	-
Projeto Cadeia Produtiva da Bovinocultura de Leite	22	15	-	-	-	-
Projeto Agroecologia	12	231	316			
Projeto Qualificação do Crédito Rural	02	-	02	-	-	-
Projeto Irrigação	236	227	183	75	75	50
Projeto Fruticultura	113	146	183	10	10	10
Projeto Cadeia Produtiva da Caprinocultura	30	13	10	-	-	-
Projeto Olericultura	101	164	163	-	-	-
Projeto Cadeia Produtiva da Ovinocultura	110	94	80	-	-	-
Projeto Apoio a Atividades Não-Agrícolas Familiares	-	-	01	-	-	-
Projeto de Apoio à Criação de Pequenos Animais	30	22	04	15	-	-
Projeto de Apoio à Piscicultura/Aquicultura	36	-	36	-	-	-
Projeto de Apoio a Gestão de Obras Hídricas	-	-	200	-	-	-
Projeto Terra Pronta	546	530	776	75	75	75
Revitalização Sustentável da Cultura da Mandioca	-	28	-	05	-	-
Programa Mãe Coruja	225	224	274	07	03	06
Programa Biodiesel	-	-	-	20	-	-
Outras ações em áreas indígenas	-	-	-	-	-	-

Fonte: Elaborado pela autora, 2012.

Em relação ao município de Jatobá, segundo os dados informados no quadro 11 a seguir, verifica-se a inclusão dos povos indígenas da etnia Pankararu e Pancaiuká<sup>79</sup> em inúmeras ações, ainda que em menor proporção mais uma vez em relação ao número de agricultores familiares. Todos os programas relacionados abaixo são executados

<sup>79</sup> Segundo dados do Centro de Cultura Luiz Freire, no município de Jatobá além da etnia Pankararu, habita a etnia Pancaiuká, com uma população de 150 indígenas. Ver referência ao final da dissertação.

segundo o entrevistado nas aldeias Carrapateira, Saco dos Barros, Caldeirão e Tapera. Os programas mais comuns são os de distribuição de sementes e Terra Pronta.

Verifica-se que em relação ao projeto de apoio às organizações locais e qualificação do crédito rural, as ações segundo informações do entrevistado são realizadas através de reuniões nas aldeias. As ações ligadas à fruticultura, caprinocultura e bovinocultura do leite foram realizadas através de visitas as aldeias e dia de campo.

O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), no município de Jatobá tem sido divulgado com bastante frequência nas aldeias, segundo o entrevistado. Dos 18 participantes do programa, foram inseridas quatro mulheres indígenas em 2012, que segundo o entrevistado *“se credenciaram para serem fornecedoras no PAA [...], inclusive a gente lutou pra implantar o beiju e a tapioca também como produto a ser adquirido no PAA. Mas o bolo, o tradicional é o de trigo, é o de milho, é o de fubá, o de macaxeira.”* (Entrevistado nº 7, grupo 2, p. 2).

Observa-se de acordo com o relato, que há um esforço do técnico local em inserir alimentos através do PAA, que compreende fazer parte da cultura indígena, como o “beiju” e a “tapioca”. A inclusão de mulheres indígenas no programa Mãe Coruja tem sido crescente desde 2010, chegando a atender em 2012, um quantitativo de 50 mulheres.

Em relação ao item “outras ações em áreas indígenas”, o número de 100 participantes se refere à inserção de indígenas da aldeia Saco dos Barros, no projeto de cozinha comunitária realizado em parceria com a prefeitura, que consiste no fornecimento de uma refeição diária para essa população. A parceria do IPA consistiu em fornecer produtos do PAA como peixe e verduras dos 18 produtores para a refeição diária da cozinha comunitária e em contrapartida a prefeitura de Jatobá arcava com os outros alimentos necessários para o preparo da respectiva refeição.

**Quadro 11 – Comparativo das ações realizadas com agricultores familiares e indígenas em Jatobá, região Sertão.**

Projetos	Nº agricultores atendidos			Nº indígenas atendidos		
	Ano 2010	Ano 2011	Ano 2012	Ano 2010	Ano 2011	Ano 2012
Projeto Sementes	500	800	300	142	318	224
Projeto Agricultura de Sequeiro	275	318	400	142	134	300

Projeto de Apoio às Organizações Sociais Locais	10	10	-	03	03	04
Projeto Palma Forrageira	105	92	-	50	32	-
Projeto Cadeia Produtiva da Bovinocultura de Leite	68	81	80	18	21	20
Projeto Qualificação do Crédito Rural	55	30	10	25	15	5
Projeto Irrigação	22	22	22	12	12	12
Projeto Fruticultura	88	77	90	34	37	40
Projeto Cadeia Produtiva da Caprinocultura	23	59	80	10	29	30
Projeto Olericultura	2	6	10	1	4	6
Projeto Cadeia Produtiva da Ovinocultura	47	65	100	17	35	40
Projeto de Apoio à Criação de Pequenos Animais	23	97	-	13	47	60
Projeto de Apoio à Piscicultura/Aquicultura	10	10	12	-	-	-
Projeto PAA - Compra Direta	-	-	14	-	-	4
Projeto Terra Pronta	200	150	39	100	80	-
Revitalização Sustentável da Cultura da Mandioca	50	10	10	4	6	4
Programa de Assistência Técnica em Assentamentos	44	44	44	-	-	-
Programa de Revitalização de Sub-bacias do São Francisco	-	-	--	-	20	-
Programa Mãe Coruja	100	120	140	20	30	50
Outras ações em áreas indígenas	-	-	-	-	5	100

Fonte: Elaborado pela autora, 2012.

No município de Petrolândia, as ações são realizadas de uma forma geral, com o povo Pankararu, nas aldeias de Piancó, Barriguda, Lagoinha, Mundo Novo, Logradouro, Serrinha e Barroão. Nas aldeias são distribuídas sementes selecionadas de feijão *Vigna*, feijão *Phaseolus* e milho forrageiro, além das ações de Terra Pronta e Garantia Safra, de acordo com o quadro 12, a seguir. É importante ressaltar que no caso do projeto Terra Pronta, existe uma cota para cada município, de modo que de acordo com o entrevistado “*a gente tem que dividir para todo o município as horas-máquinas. No último ano chegaram 200 horas, e isso não dá nem um terço dos beneficiários que temos que atender*”. (Entrevistado nº 18, grupo 2, p.6). Esse fato demonstra seletividade na aplicação desse programa, devido ao número de beneficiários ser maior do que a oferta, de modo que um mapeamento para avaliar as demandas das áreas indígenas seria importante para uma distribuição mais justa. Nas ações relacionadas à Agroecologia, o técnico menciona apenas atividades de orientações sobre culturas, na aldeia Serrinha,

sem fazer menção a uma ação mais estruturada. Observa-se mais uma vez de acordo com o quadro 12, a exemplo do município de Jatobá, vários projetos citando apenas os agricultores familiares como beneficiários, a exemplo de apoio às organizações locais, apoio a atividades agrícolas e não agrícolas, PAA, apoio à criação de pequenos animais, palma forrageira, fruticultura, entre outros. Por outro lado cerca de 20 indígenas das aldeias de Piancó e Barroão são atendidos nos projetos de caprinocultura e ovinocultura, instruídos sobre o manejo produtivo. Não foram informadas atividades no item “outras ações em áreas indígenas”.

**Quadro 12 – Comparativo das ações realizadas com agricultores familiares e indígenas em Petrolândia, região Sertão.**

Projetos	Nº agricultores atendidos			Nº indígenas atendidos		
	Ano 2010	Ano 2011	Ano 2012	Ano 2010	Ano 2011	Ano 2012
Projeto Sementes	555	640	660	264	225	335
Projeto Agricultura de Sequeiro	883	857	754	264	225	208
Projeto de Apoio às Organizações Sociais Locais	106	84	80	-	-	-
Projeto Palma Forrageira	31	76	50	-	-	-
Projeto Cadeia Produtiva da Bovinocultura de Leite	154	169	120	-	-	-
Projeto Agroecologia	5	5	5	1	1	1
Projeto Qualificação do Crédito Rural	302	114	150	-	-	-
Projeto Irrigação	330	194	200	-	-	-
Projeto Fruticultura	207	131	150	-	-	-
Projeto Cadeia Produtiva da Caprinocultura	161	140	150	20	20	20
Projeto Olericultura	154	64	60	-	-	-
Projeto Cadeia Produtiva da Ovinocultura	180	116	150	20	20	20
Projeto Apoio a Atividades Não-Agrícolas Familiares	3	3	3	-	-	-
Projeto de Apoio à Criação de Pequenos Animais	86	55	60	-	-	-
Projeto de Apoio à Piscicultura/Aquicultura	55	45	50	-	-	-
Projeto PAA – Compra Direta	-	-	84	-	-	-
Projeto Terra Pronta	555	640	660	264	225	335
Revitalização Sustentável da Cultura da Mandioca	187	206	200	100	150	150
Programa de Assistência Técnica em Assentamentos	49	25	30	-	-	-
Programa Garantia Safra	600	350	350	400	250	250

Outras ações em áreas indígenas	-	-	-	-	-	-
---------------------------------	---	---	---	---	---	---

Fonte: Elaborado pela autora, 2012.

O município de Pesqueira se destaca de uma forma geral, no atendimento aos povos indígenas, a exemplo da distribuição de sementes e do programa Terra Pronta, cujo quantitativo foi crescente de 2010 a 2012 nas 25 aldeias equiparando-se no atendimento aos agricultores familiares. Como as áreas indígenas possuem expressivas áreas de gado, justifica-se o número de ações na área de bovinocultura em 23 aldeias, segundo o entrevistado. No entanto não há menção a ações de apoio a organizações locais e de Agroecologia, conforme o quadro 13, abaixo. Em relação ao PAA, observa-se a inclusão crescente de indígenas de 2010 a 2012, de 15 aldeias. Ressalta-se que o quantitativo de Pesqueira, inclui o município de Poção que possui apenas uma aldeia chamada Pão de Açúcar. Não foram mencionadas atividades no item “outras ações em áreas indígenas”.

**Quadro 13 – Comparativo das ações realizadas com agricultores familiares e indígenas em Pesqueira/ Poção, região Agreste.**

Projetos	Nº agricultores atendidos			Nº indígenas atendidos		
	Ano 2010	Ano 2011	Ano 2012	Ano 2010	Ano 2011	Ano 2012
Projeto Sementes	1000	1000	1500	500	1000	1400
Projeto Palma Forrageira	200	200	-	200	200	-
Projeto Cadeia Produtiva da Bovinocultura de Leite	50	50	50	200	200	200
Projeto Qualificação do Crédito Rural	200	200	200	150	150	150
Projeto Fruticultura	-	-	-	80	80	80
Projeto Cadeia Produtiva da Caprinocultura	40	40	40	40	40	40
Projeto Olericultura	-	-	-	20	20	20
Projeto PAA - Compra Direta	-	-	-	48	59	133
Projeto Terra Pronta	25	250	250	250	250	250
Revitalização Sustentável da Cultura da Mandioca	-	40	40	-	-	-
Outras ações em áreas indígenas	-	-	-	-	-	-

Fonte: Elaborado pela autora, 2012.

Além dos programas mencionados anteriormente, outros emergenciais surgiram por conta da seca que atingiu o Nordeste, nesses últimos dois anos, sendo executados em áreas indígenas, a exemplo do Chapéu de Palha Estiagem, o qual é

citado por apenas um dos 19 entrevistados, do município de Águas Belas, conforme depoimento a seguir:

E também agora nós tivemos um programa do governo do estado, um complemento ao Garantia Safra e ao Bolsa Estiagem, que o nome dado pelo governo do estado a esse programa social é Chapéu de Palha Estiagem, onde na faixa... Foram 2700 contemplados na cidade de Águas Belas, desse total na faixa de 1000 famílias talvez sejam indígenas. (Entrevistado nº 8, grupo 2, p.2).

Alguns técnicos, a exemplo dos municípios de Tupanatinga e Inajá, conseguem realizar ações pontuais de Extensão Rural, distanciando das questões relacionadas ao crédito e agropecuária e da execução das políticas públicas mencionadas, na medida em que realizam o papel de facilitadores junto a outros órgãos municipais ou organizações, conforme depoimentos:

A gente não conseguiu levar um PSF, porque a secretaria de saúde disse que a quantidade de pessoas era inviável, mas a gente conseguiu que a prefeitura contratasse uma das próprias índias para fazer esse acompanhamento. A gente conseguiu levar de seis em seis meses uma unidade dentária para fazer o tratamento lá. E conseguiu também um transporte exclusivo para eles, que eles não queriam ser transportados no mesmo veículo que outros alunos eram. A gente conseguiu levar a secretária de saúde Fabiola até lá na aldeia para conversar com o pessoal de lá para eles passarem para ela, e aí a gente conseguiu. O transporte hoje é feito pela FUNAI [...]. (Entrevistado nº 1, grupo 1, p.7-8).

Foi uma capacitação que partiu da área indígena. A gente se mobilizou e eles receberam treinamento [...] de cursos de capacitação de palha de banana, do milho. E também teve treinamento na área de caprinocultura. A capacitação foi o SENAR, o IPA articulou. Participaram dos dois cursos 10 pessoas em cada. Quando eles solicitam, a gente vê. (Entrevistado nº 3, grupo 4-5).

Através do SENAR, vai ser realizado um curso de corte e costura. O cacique conseguiu um recurso para montar uma pequena fábrica de roupa. Sabe, a gente conseguiu, eles vão fazer um curso no mês que vêm para começar com as mulheres. (Entrevistado nº 1, grupo 1, p.4).

Os técnicos do escritório local do município de Pesqueira buscam junto ao movimento indígena uma discussão para a implementação de uma Ater indígena, indo além das ações costumeiras do crédito e da agropecuária. A exemplo das políticas públicas, as quais são repensadas e discutidas formas de readequá-las a realidade sociocultural dos povos indígenas, conforme depoimentos abaixo:

A gente começa a puxar dentro do próprio estado uma discussão com relação a essa Ater, para que fosse pensada de forma específica e diferenciada. E aí a gente começa através de seminários, de mobilizações, contato com os

movimentos indígenas, com a APOIME para tentar viabilizar essa ater indígena e as discussões começam a aparecer. (Entrevistado nº 14, grupo 1, p.7-8 ).

Nós temos um sonho dentro de um programa de política pública de Ater que é a distribuição das sementes. Nós temos um sonho de fazer um trabalho de não distribuir, mas de valorizar essas variedades tradicionais. (Entrevistado nº 14, grupo 1, p.18).

A parceria para a implementação de políticas públicas requer ações integradas, em específico nas áreas indígenas, cujas dificuldades geográficas, socioculturais e territoriais requerem ações de políticas públicas dialogadas e interligadas. Observa-se através das entrevistas, como se processa a relação cotidiana do IPA através dos escritórios locais com outras instituições, a exemplo da FUNAI, órgãos municipais, organizações não governamentais.

Na relação FUNAI e Extensão Rural, é importante observar como alguns entrevistados percebem ainda a FUNAI como órgão responsável pela implementação de todas as políticas públicas em áreas indígenas. Como expressam os depoimentos a seguir:

Por que uma das principais reclamações dos indígenas, do povo que conversa comigo, é a questão da falta de assistência da FUNAI, que é o órgão responsável pra dar toda a assistência a eles, né, onde é centralizado, eh, assistência médica, a educação, programas. Enfim, a FUNAI ela pouco se faz presente segundo o que os indígenas relatam.(Entrevistado nº 8, grupo 1, p. 3).

No caso, no estado de Pernambuco, quem era pra emitir as DAP dos índios era a FUNAI, né? Mas devido à dificuldade de operacionalização lá, aí a gente é quem faz esse trabalho. Emite as DAP deles, faz os planos de crédito. (Entrevistado nº 9, grupo 2, p.7 ).

Na parte da segurança alimentar o que historicamente é trabalhado lá é a distribuição de cestas básicas através da FUNAI que é um órgão que poderia encampar todas essas políticas públicas, né, conseguindo trazer cestas básicas para esse povo. (Entrevistado nº 7, grupo 2, p. 2.).

No imaginário coletivo, os índios ainda são tutelados pelo Estado, mesmo a descentralização das políticas públicas tendo ocorrido a partir dos anos 1990. No entanto, o desconhecimento das mudanças nas relações entre estado e povos indígenas pode gerar entre os profissionais de Ater a insatisfação interpretada como “*mais um serviço que a Ater assume*” e a falta de comprometimento em trabalhar a especificidade étnica, uma vez que as “*ações em áreas indígenas são responsabilidade da FUNAI*”, conforme expressões de alguns entrevistados.

Em municípios, a exemplo de Petrolândia, o diálogo com a FUNAI é bem recente, em outros municípios como Tacaratu, Cabrobó, Inajá, a parceria é questionada, ou interpretada como distante ou pontual, conforme depoimentos abaixo:

A FUNAI de Paulo Afonso foi que procurou aproximação com o IPA. Até o mês passado nunca houve reunião com a FUNAI. Ai, pra unir esforço na questão de ações específicas mesmo, questão de difusão de tecnologias. Para uma aproximação e aprendizado, tudo isso foi discutido e veio buscar a melhor maneira de viabilizar esse processo. (Entrevistado nº 18, grupo 2, p. 4).

Existe na teoria, na prática a FUNAI é pra resolver problemas internos deles que ela tá sempre presente. Ai, quando é pra produzir , ai é outra situação... (Entrevistado nº 2, grupo 2, p. 5).

Não trabalhamos em conjunto não, acho que deixa a desejar. Mas acho que seria interessante essa parceria (Entrevistado nº 3, grupo 2, p. 4).

A FUNAI poucas vezes chegou aqui no escritório para debater algum assunto. A última vez que vieram debater foi uma reunião em Petrolândia, há uns 15 dias atrás, onde eles falaram sobre políticas públicas para desenvolvimento das atividades agropecuárias nas comunidades indígenas. Então, a gente tá começando os debates agora, praticamente agora. (Entrevistado nº 12, grupo 2, p. 5-6).

Esse cenário de ações ou diálogos pontuais entre a FUNAI e Ater indica a necessidade como a própria CNATER aponta de:

Promover acordos de cooperação técnica entre a FUNAI e as prestadoras de serviços de Ater para garantir a qualidade dos serviços aos povos indígenas, no intuito de diminuir as desigualdades socioeconômicas e garantir o etnodesenvolvimento destes povos, bem como, garantir a formação e inserção de técnicos e agentes indígenas e indigenistas dentro dos órgãos públicos com políticas voltadas para este segmento, prevendo a criação de diretorias voltadas para as questões indígenas, respeitando suas especificidades locais e regionais. (CNATER, 2012, p.28).

No âmbito local, a parceria das ações de Ater com outros órgãos públicos, a exemplo das prefeituras municipais, para atuação em áreas indígenas, ocorre segundo os entrevistados na maioria dos casos através das Secretarias municipais para assuntos indígenas. Dos 14 municípios pesquisados, segundo informações dos entrevistados, apenas cinco citaram a existência de Secretarias municipais para assuntos indígenas, a exemplo dos municípios de Cabrobó, Petrolândia, Orocó, Águas Belas, e Carnaubeira da Penha, com as quais possuem parcerias e ações, embora não detalhem as ações realizadas, conforme depoimentos:

A gente tem parcerias com todas as secretarias da prefeitura, inclusive essa de assuntos indígenas. (Entrevistado nº 4, grupo 2, p. 5).

A secretaria para assuntos indígenas direcionada para o povo indígena, é um dos nossos maiores parceiros pra toda essa atuação IPA e povo indígena. (Entrevistado nº 4, grupo 2, p. 5).

Diante do exposto, em relação a execução das políticas públicas e projetos em áreas indígenas, verifica-se que essa atuação precisa ser qualificada, conforme as orientações da PNATER e indicações da CNATER. As ações nos municípios nessas áreas ainda são pontuais, por demanda espontânea e sem planejamento, não havendo ações que priorizem a especificidade étnica e políticas e ações diferenciadas. Os órgãos governamentais voltados para atuação nessas áreas precisam dialogar com o movimento indígena e discutir ações integradas de forma a construir uma Ater indígena.

### **3.8. Dificuldades da Extensão Rural em áreas indígenas**

O trabalho desempenhado em áreas indígenas é complexo, pois, requer do profissional de Ater uma capacidade de realizar leituras da situação em seus diversos aspectos socioculturais. As múltiplas tarefas desempenhadas pelos profissionais de Ater muitas vezes em condições adversas tanto operacionais quanto de enfrentamento político, não permitem que esses profissionais dêem conta de toda a diversidade sociocultural existente no meio rural.

Os entrevistados reconheceram a fragilidade do trabalho em áreas indígenas e que as ações pontuais realizadas não correspondem a um trabalho específico para essa população. Constata-se que as ações atualmente realizadas não correspondem a uma Ater indígena, na medida em que as políticas e ações não são construídas partindo da realidade desses povos, dificultando as ações nessas áreas, conforme relatos abaixo:

Um das dificuldades é que não existem ações específicas para trabalhar com os indígenas. (Entrevistado nº 6, grupo 2, p. 10.).

A maior dificuldade é que a Ater indígena ainda não é uma coisa oficializada dentro da estrutura do governo. (Entrevistado nº 14, grupo 1, p. 8).

Não percebo uma Ater indígena, acredito que seja essa a maior dificuldade. (Entrevistado nº 15, grupo 1, p. 9).

[...] a dificuldade é justamente ter essa interação, é sentar e debater alguma coisa que eles queiram. Por que é muito difícil, se a gente sair do escritório e

ir para a comunidade indígena dizendo que a gente tem isso, aquilo, ou aquilo outro, nem sempre é o que eles querem. Então eu acho que deve partir da comunidade indígena a cobrança até chegar nos escritórios para a gente começar a atuar. Eu acho que deve nascer da comunidade, é onde o IPA deve trabalhar, eu acho que vindo uma demanda da comunidade é que a gente vai procurar e se inteirar e tentar executar o trabalho que eles querem. (Entrevistado nº 12, grupo 2, p. 15).

Uma das dificuldades informadas pelos entrevistados encontra-se em dar conta da compreensão da diversidade sociocultural desses povos. De modo que compreendem que uma equipe multidisciplinar ou outros profissionais que tenham conhecimento antropológico podem dar conta dessa nova realidade na Extensão Rural, ou mesmo um técnico indígena, conforme expressaram os entrevistados:

Em primeiro lugar eu acho que deveria existir um agente de extensão ou extensionista rural específico para aquela área indígena. Porque é um povo totalmente diferente, que tem a ciência deles, que tem o modo de vida diferente. [...] e pra melhorar mesmo, pra facilitar esse trabalho, se tivesse um extensionista mais específico para trabalhar só com essa área, desde que fosse um assistente social, uma coisa assim, que entendesse mais a fundo, ficasse mais disponível pra eles, seria melhor esse trabalho, facilitaria muito. (Entrevistado nº 9, grupo 2, p. 4).

O que a gente pode fazer é ter uma Ater indígena com mais foco, ter um técnico específico para trabalhar nessa área grande, tem 23 aldeias e precisa ter um acompanhamento in loco. (Entrevistado nº 5, grupo 1, p. 12).

Segundo os entrevistados, a falta de qualificação para atuar em áreas indígenas também é um dos fatores que dificultam um maior diálogo intercultural, conforme depoimento dos entrevistados:

Talvez a dificuldade seja a qualificação para tratar com eles. A dinâmica toda da cultura deles. Tá faltando a gente ter aquela preparação para tratar a cultura deles. Acho que uma capacitação, inclusive uma capacitação que houvesse tanto do técnico com os povos e eles mesmo estarem juntos com uma troca de experiências para quebrar esse gelo. (Entrevistado nº 4, grupo 2, p. 11).

A maior dificuldade em si é isso, é conquistar a liderança, conquistar a própria comunidade. E fazer com que eles possam perceber qual é a nossa atuação, qual é a nossa responsabilidade, e também que eles possam perceber qual é a responsabilidade de cada um deles na construção de um futuro desejado por cada um de nós. (Entrevistado Nº 7, grupo 2, p. 13).

Formação para trabalhar em áreas indígenas é extremamente necessário, o IPA poderia capacitar seus técnicos, pois, a diferença cultural é muito grande. (Entrevistado Nº 16, grupo 2, p. 12).

Uma das principais queixas dos entrevistados em relação às dificuldades foi o acúmulo de atividades existentes na Extensão Rural e a falta de planejamento, o que impede que os profissionais de Ater possam desenvolver processos educativos, de acordo com os entrevistados:

A principal dificuldade é exatamente a gente ter esse... Como é que eu posso colocar. Ter um foco principal para esse povo. Haja vista, que a gente tem “N” atividades e mais uma vez a gente é só... Só volta a atenção quando é solicitado, quando tem uma demanda. Fora isso, normalmente com atividades rotineiras do escritório. Normalmente tem aquelas frases que dizem... É pra ontem... Carro-pipa, que a gente não pode dizer que não tem haver com nosso trabalho, que é importante. Distribuição de sementes, e quando eu falo de sementes, sementes de palma, feijão e milho... Sementes básicas, cadastros... As vezes são atividades que normalmente surgem e que as vezes temos que parar tudo e dar atenção a essa atividade. E isso tem roubado um pouco de tempo da gente... (Entrevistado nº 5, grupo 1, p.10).

A dificuldade está relacionada ao interesse e no tempo para fazer as atividades de extensão. O extensionista só é avaliado pelos projetos que faz. Se fizer Extensão Rural realmente vai ser chamado a atenção. (Entrevistado Nº 16, grupo 2, p. 11).

Dificuldades pelos indígenas não há, mas pelo IPA há uma quantidade de atividades enorme com as chamadas públicas. Não acho que estou fazendo Extensão Rural, há uma parte administrativa muito grande, e a gente fica sobrecarregado. Além das chamadas públicas, tem que executar outras políticas públicas, outros programas. (Entrevistado Nº 13, grupo 2, p. 10).

Entre outras dificuldades apontadas, apareceu o difícil acesso as aldeias indígenas, pois, em alguns municípios essas áreas estão localizadas em serras, porém essa dificuldade foi afirmada por poucos técnicos, como narrou um dos entrevistados:

Tem dificuldade de acesso. O acesso é bastante difícil, poucas vezes a gente foi no veículo do IPA. A gente vai no carro da FUNAI, que é um veículo traçado, porque sobe a serra. A dificuldade é mais essa. (Entrevistado nº 1, grupo 1, p. 14).

Verifica-se de acordo com os entrevistados, que a maior dificuldade de se atuar em áreas indígenas, está pautada na concepção de que não existe uma Ater indígena, uma vez que não há suporte institucional para a realização de ações específicas e diferenciadas, seja na execução de políticas públicas ou nas atividades cotidianas.

As diferenças socioculturais, também são apontadas como uma das maiores dificuldades enfrentadas pelos técnicos, além da falta de uma equipe multidisciplinar para dar conta da complexidade da atuação nas áreas indígenas. O acúmulo de

atividades expressas através das políticas públicas, das chamadas públicas e da burocracia administrativa dos programas, também é apontada como uma das grandes dificuldades pelo técnico. Por último, o difícil acesso às comunidades indígenas também é citado, uma vez que em alguns municípios as aldeias são numerosas e encontram-se em locais íngremes e de serras.

### **3.9. Um olhar dos indígenas sobre a agricultura e Extensão Rural**

A análise desse item parte agora de um olhar dos indígenas sobre a compreensão da agricultura e da Extensão Rural em suas áreas. Esse olhar perpassa sobre o entendimento de sua ancestralidade expressa através da identidade étnica que reconhece suas práticas agrícolas e sua relação com a natureza diferenciada do agricultor familiar convencional. De modo que esse reconhecimento, na realidade, interage sobre as suas concepções do que vem a ser a Extensão Rural em suas áreas.

Compreender como os indígenas na atualidade se percebem em relação a sua identidade, proporciona estabelecer um referencial para a execução de políticas públicas específicas. Uma vez que, as afirmações étnicas perpassam pela reivindicação e garantia de direitos e de políticas públicas diferenciadas, a exemplo da Extensão Rural.

Essa afirmação étnica segundo o depoimento dos entrevistados se expressa através da consciência da ancestralidade, das lutas e obstáculos pela garantia de direitos, do orgulho de ser indígena, do combate ao preconceito e discriminação que levam a visões estereotipadas sobre os índios advindos da sociedade envolvente, e pela consciência de interagirem com a cultura dos não índios, sem contudo, perderem as suas origens, suas tradições, suas crenças.

Assim, em relação a sua identidade étnica, os indígenas das etnias Truká, Pankararu, Pankararu Entre Serras, Xukuru do Ororubá, Atikum, Fulni-ô, Kapinawá e Pankará se reconhecem da seguinte forma:

Olha, ser índio, eu mesmo acho assim: isso é um dom da Natureza. Porque o povo diz que o Brasil quem descobriu foi Pedro Álvares Cabral, mas não foi. Quando ele chegou, já tinha habitante, que era nós índio. E aí nós demos continuidade de pai pra filho, de avó pra neto, bisneto, tataraneto. E nós demos continuidade até hoje, com muito orgulho. Eles acham que aqui no Nordeste não tinha índio. Só que a primeira migração veio, ela se apoiou aqui no Recife. Eu tenho um documento contando toda a história daqui do Nordeste. Eles se apoiou aqui no Recife e se espalhou em Pernambuco, como foi o Araripe, Belém de São Francisco, as ilhas que tinha, tudo foi ocupado por índio, morreu muito. Pra mim, é muita honra, tenho orgulho de ser Truká, tenho 67 anos, nasci na luta, e morro na luta, apesar de muito sofrimento. (Entrevistado Truká, nº 1, Cacique, p. 3).

É ser um guerreiro, lutador, derrubador de obstáculos. É saber conviver com a seca, lutar pelos seus direitos, nunca deixar cair sua história, sua autonomia. É mais batalhador do que o índio do Norte, pela questão da seca, pelos latifundiários. A gente pensa que os índios do Nordeste não existem, se os portugueses chegassem primeiro lá, iam sofrer impacto. (Entrevistado Pankararu, nº 1, liderança, p. 2).

Para mim é um orgulho, né? Participar da tradição, na busca da lenha, do sambão, do dia de reis. (Entrevistado Xukuru, agricultor, nº 1, p. 3).

Veja bem índio é... Eu vejo assim, o índio é uma pessoa que quando foi descoberto o Brasil, a gente sabe que o índio já existia. Então ser índio no Nordeste é ser uma pessoa que... É filho da terra, é um morador que sempre existiu. Eu acredito que a gente hoje, deveríamos ser mais reconhecidos. Até porque como eu disse, a gente somos filho da terra. Infelizmente ainda existe, como está sendo discutido aí no nosso encontro. Aquela questão da desigualdade, aquela questão racial, que o índio ainda é discriminado, não só aqui, mas em várias repartições por ser índio é discriminado. Eu vejo o seguinte, o índio hoje, na minha concepção, o índio ele pode ser um cidadão comum como outro qualquer, ele pode exercer qualquer função, ele pode exercer qualquer cargo público. Pra isso hoje, o índio estuda, ele faz um concurso, ele se forma. E eu vejo o índio como um cidadão comum. Então ser índio Atikum pra mim é uma pessoa que reconhece, moramos naquela terra... Nasci e me criei lá... E ser índio Atikum pra mim é um prazer muito imenso, é uma satisfação grande. (Entrevistado Atikum, nº 1, liderança, p. 4-5).

O índio do Nordeste, me falando do Fulni-ô do qual faço parte... Os povos indígenas vivem integrados a várias outras culturas, além da cultura própria indígena, se faz necessário viver as culturas não indígenas. Por exemplo, a gente tem necessidade de estudar, de vestir, e quando veste, quer vestir o que tá na atualidade, a necessidade de usar a internet, de ver televisão. São culturas de massa, e que necessariamente a gente se integra a essa cultura. Mas o índio do Nordeste também vive as tradições, os costumes. Hoje, pra o olhar dos não indígenas, aí diz que não é mais índio, devido tá integrado, inserido nessa cultura, mas tem que ver a originalidade do índio do Nordeste, porque ele sofreu e foi obrigado a deixar essa cultura, no tempo da colonização, da ditadura, da perseguição e o índio foi obrigado a dizer que não é índio. E nós povo Fulni-ô foi obrigado a se isolar, apenas voltado para a cultura, os costumes, o Ouricuri, inclusive nós temos uma língua o *Yatê*. O índio do Nordeste sofreu e sofre preconceito até hoje e é isso que eu acho. (Entrevistado Fulni-ô, nº 1, liderança, p. 2).

O índio no Nordeste, não é aquele que se caracteriza com os olhos puxados, e sim com o sangue que corre na veia da gente. Pra ser índio não precisa ter cabelo assim, bem moreno... A gente tem que ter o sangue de índio e praticar. Dançar o ritual, respeitar as pessoas em tudo que tem que respeitar. Principalmente no ritual, na cultura, por que a cultura indígena, a raiz, a história não tem quem tire da gente. E ser índio Kapinawá, é um grande orgulho, porque a gente luta junto, porque tudo que acontece a gente luta junto... (Entrevistado Kapinawá, nº 1, liderança, p. 2).

Ser indígena no Nordeste é demonstrar a todo mundo, que nós somos brasileiros, seres humanos, devemos ser igual e não inferior ao não índio. E ser povo Pankará significa vitória, uma coisa de nossos antepassados e

quando nós fomos reconhecidos em 2003, foi uma grande luz que brilhou em cada um de nós do povo Pankará. (Entrevistado Pankará, nº 1, Cacique, p. 1).

Considerando as especificidades e o projeto de vida de cada povo, a tentativa de assimilação dos índios deixou heranças em relação à reconstrução da identidade do povo Xukuru, o que talvez indique uma identidade em construção na realidade de outros povos, e um dos desafios para os trabalhos de Ater. Vejamos o depoimento de uma das lideranças:

Mas nós temos um grande desafio, que é a colonização que transformou o índio em vaqueiro, o índio em peão, o índio em agricultor, em trabalhador rural. E aí, tem várias coisas, a questão do casamento com não índio e outros valores da religião católica. O toré que é macumba e coisa do mal [...]. E aí nós temos esses casos para transformar em índio. Porque ele só é índio de direito, mas ele não compreende ainda toda a sua essência, porque aquilo que foi imposto então... Algo que deveria ser natural, ancestral, pra ele é uma invasão cultural... Não estou generalizando. (Entrevistado Xukuru, liderança, nº 1, p. 3).

Esse reconhecimento da identidade étnica também se expressa através da sua cultura, dos costumes, e das formas diferenciadas de se relacionar com a agricultura e a Natureza em relação ao não índio, o que exige um olhar mais atento às especificidades étnicas em relação à execução das políticas públicas e ações nessas áreas. Verifiquemos o que afirmaram sobre esse aspecto os entrevistados das etnias Fulni-ô e Pankararu:

E os indígenas além do calendário de estações do ano, nós temos uma forma de produzir de acordo com a natureza sagrada, isso é que diferencia do agricultor. A forma de produzir, diferenciada. Por exemplo, a mandioca, o feijão, o milho e toda a natureza sagrada ela tem um valor diferente de acordo com cada produção. E às vezes quando a gente produzia em grande quantidade, por ser um povo voltado pra religião, trabalhava a produção de feijão e milho, justamente com a intenção de vender e fazer o Ouricuri. E tudo isso é uma relação que faz com que use a especificidade. Digamos, o agricultor normal pede ao santo uma chuva, pede boa safra, tudo isso é uma relação, tudo isso é do Nordeste, e o Fulni-ô, por ter uma religião própria, tá no contexto e tem diferença, tem especificidade. (Entrevistado Fulni-ô, nº 1, liderança, p. 2).

Nós os índios se baseia muito na Natureza, pelo canto da cigarra prá plantá. Nosso imbu que a gente vende bastante nas feiras é uma planta sagrada pra gente. Um exemplo, uma festa de nossas tradições só começa quando aparece o primeiro imbu na aldeia. Quando a gente pega esse imbu, pega pra flechar, se os guerreiros não conseguirem flechar vai ser um ano ruim de chuva, não vai ser um ano de fartura. Nós temos várias relações com a agricultura, que é diferenciada dos outros agricultores que usam agrotóxicos, que utilizam as queimadas. A gente tem outras maneiras, nós temos ervas da mata que a gente tira pra ser nosso defensivo agrícola. Nós sabemos quando tem uma praga, como é que se faz para se expandir. São várias coisas e a agricultura faz parte da nossa cultura que a gente cultiva, é um conhecimento que vem de dentro trazido de pai pra filho. (Entrevistado Pankararu, nº 1, liderança, p. 2).

Em relação à agricultura, nas áreas indígenas cultivava-se tradicionalmente a mandioca, macaxeira, feijão de arranca, feijão de corda e milho, entre outros. Culturas agrícolas, como a cebola, o arroz, a melancia, o tomate se inserem às áreas dos índios, obedecendo aos contextos dos arranjos econômicos locais. A exemplo, do tomate, ainda plantado pelos indígenas de Pesqueira, com a utilização de agrotóxicos, herança de um tempo em que a Fábrica Peixe<sup>80</sup>, determinava a produção local. Por outro lado, observa-se indígenas “resistentes”, que conscientes das suas práticas ancestrais voltam-se para cultivos sem o uso de agrotóxicos, cultivando a diversidade da agricultura familiar, a exemplo da cenoura, pepino, quiabo, rúcula, couve, abobrinha, brócolis, banana, etc.. Ou ainda áreas indígenas que desconhecem o uso do agrotóxico, uma vez que são utilizados defensivos naturais no combate às pragas. Assim, pode-se observar como a agricultura é percebida entre os indígenas, através das entrevistas abaixo:

Agricultura para o povo Kapinawá é tudo. Tudo que você pensar na agricultura é pra gente lá... Porque a gente planta e colhe, o próprio alimento vem dali. Porque você tira pra comer e tira pra fora pra vender. Quando chove bastante, quando tem dá a força pra tirar pra fora. (Entrevistado Kapinawá, nº 1, liderança, p. 2).

Significa meio de sobrevivência, porque através da agricultura que nós sobrevivemos, e também significa terra. É da terra que nos nascemos e tiramos nosso sustento, então agricultura pra nós é vida. (Entrevistado Pankará, nº 1, Cacique, p. 1).

A agricultura é muito importante. Nós vivemos da agricultura. (Entrevistado Truká, nº 2, liderança, p. 7).  
Agricultura é vida, sem agricultura acabaria os povos indígenas, que vivem da agricultura. (Entrevistado Truká, nº 1, Cacique, p.11).

O índio vê a agricultura como uma base de sobrevivência, porque sem agricultura, pelo menos na nossa aldeia não tem outro meio de sobrevivência. Vê a agricultura como uma fonte de renda, porque a gente tem que plantar, colher e alimentar os filhos. (Entrevistado Atikum, nº 1, liderança, p. 4-5).

Percebe-se que a agricultura para os povos em geral que não foram tão afetados com o uso de práticas agrícolas danosas, a relação da agricultura e Natureza é mais integrada. Para os povos que sofreram a influência da sociedade envolvente de forma

---

<sup>80</sup>A indústria alimentícia Carlos de Britto S.A, mas conhecida como Fábrica Peixe, foi fundada em 1888, e fechada em 1998. É importante ressaltar que a Fábrica não existe mais, no entanto, a herança do uso dos agrotóxicos persiste através do hábito do cultivo do tomate, uma vez que segundo os índios, a utilização dos agrotóxicos é incentivada através da indicação de atravessadores, que compram 70% da produção. Ou seja, as mesmas pessoas que compram a produção, também vendem os produtos químicos para os indígenas. Disponível em: [http://www2.uol.com.br/JC/\\_1999/0905/rg0905a.htm](http://www2.uol.com.br/JC/_1999/0905/rg0905a.htm). Acesso em: 15/03/2013.

mais intensa, e realizam nas aldeias práticas agrícolas de monocultivo e a utilização do agrotóxico, parece haver uma dicotomia em alguns momentos, entre a agricultura e Natureza. Uma vez que os espaços da mata, da Natureza são sagrados e devem ser preservados, mas os espaços agrícolas podem ser alvo de práticas danosas ao meio ambiente, como os agrotóxicos, as queimadas, etc. Vejamos as duas dimensões nos depoimentos dos entrevistados:

Nós indígenas temos uma coisa fundamental, que é preservar a mata. E o agricultor familiar ele não tem esse pensamento de preservar a natureza, por que nos respeitamos muito a nossa mata sagrada, há essa diferença do indígena para o não índio. Nós preservamos a mata, ou seja, o lugar que a gente entende que é sagrado, a gente não planta, a gente preserva como se fosse um bem material para nós. (Entrevistado Pankará, nº 1, Cacique, p. 1).

A relação do índio Atikum com a natureza é regular, por que a gente não destrói. A gente sempre conserva, nós temos os nossos pontos tradicionais dentro da aldeia, o lugar sagrado, as matas, não pode destruir, tem os locais de rituais, tem os locais das orações que é dentro das matas. Por isso a gente sempre procura manter às matas sempre virgem, como se diz, para que a gente possa preservar a natureza. (Entrevistado Atikum, nº 1, liderança, p. 4-5).

Algumas pragas são tratadas assim, não é muito assim, com agrotóxico. Os índios quando é na época da colheita, eles vão lá e compram por conta própria e botam pra valer nas pragas. (Entrevistado Atikum, nº 1, liderança, p. 4-5).

Compreendidas as correlações entre a identidade étnica, a agricultura e a Natureza, pode-se observar como os indígenas percebem a atuação dos serviços de Ater em suas áreas. Desse modo, diversos relatos dos indígenas entrevistados abaixo indicam relações de desconhecimento do trabalho do IPA, seja pela autonomia em relação aos serviços do Estado, ou pela ausência do mesmo:

Não, pra gente lá, o IPA é desconhecido. Porque a gente lá não recebe benefícios do IPA. Tem algumas comunidades lá que não é indígena que recebe sim, tipo o carro pipa carrega água pra eles. Porque a seca é grande e precisam de água pra sobrevivência, para os animais. Mas, graças a Deus, a região da gente é rica em água, tem muita água e lá pra gente não precisou não. (Entrevistado Kapinawá, nº 1, liderança, p. 2).

Infelizmente não posso dizer que é, por que não é mesmo, não somos visitados. Muitos índios procura o IPA para tirar um documento, chamado meu Deus, esqueci... É a DAP e algumas pessoas tem a DAP. Mas, por enquanto, não tem nenhum projeto feito pelo IPA. Veja bem, a gente não convida, e não tenho conhecimento que o técnico visita às áreas indígenas. (Entrevistado Atikum, nº 1, liderança, p. 4-5).

Em outros discursos percebe-se relações da precariedade e insuficiência das políticas públicas da Extensão Rural no atendimento a esses povos. Para os indígenas Truká, que plantam em sua grande maioria, monocultivos, como cebola, arroz, melancia, entre outros, cultivos que requerem o uso de agrotóxicos, resultado de práticas agrícolas herdadas das terras antes ocupadas por latifundiários e grileiros, os serviços usuais de ater, tais como Terra Pronta, distribuição de sementes, são essenciais para dar conta de práticas agrícolas da sociedade envolvente. Para o indígena Pankará, a insuficiência dos programas se apresenta, indicando o contato recente com a Extensão Rural estatal. Observemos os relatos:

[...] Só tá chegando do IPA, o que chega é coisa muito atrasada. Semente, aração de terra, eles prometem, fazem o cadastro, mas não levam. Com uma seca dessa, já tem passado o período de se plantar. Nós não pode produzir... E a gente quer uma coisa mais séria, que eles vão lá... Chegasse mais ajuda, hora-máquina, viu? Hora-máquina quando vem chegar, já tem passado o período do plantio. (Entrevistado Truká, nº 1, Cacique, p. 3).

O IPA não mandou semente. Não tem contribuído o necessário [...] e para os povos de Pernambuco. O povo indígena Truká, tem uma vantagem, por conta do rio São Francisco, porque vivemos na ilha, rodeada de águas, com o sistema de irrigação, mas não temos condições de investir na roça. E muitas vezes nos apelidam de preguiçosos [...]. (Entrevistado Truká, nº 2, liderança, p. 7).

Nós hoje, não temos distribuição de sementes, só tem os programas do governo chapéu de palha, bolsa família, e água, que a seca tá grande, através do carro-pipa. E o IPA está mandando água pra as comunidades, e a gente conheceu o IPA em 2010. (Entrevistado Pankará, nº 1, Cacique, p. 1).

Em outros discursos, os programas chegam às aldeias, tais como distribuição de sementes, Terra Pronta, e outros, a exemplo de ações de entrega de cisternas, no entanto, a Extensão se limita a esses serviços. Desse modo, os indígenas questionam as ações efetuadas, que consideram como uma Ater convencional. Uma vez que, os indígenas entendem que os serviços em áreas indígenas, devem levar em consideração às especificidades étnicas e projetos de vida dos povos, conforme depoimentos dos entrevistados:

Eles estão presentes quando é prá eles cadastrar sementes, aração de terra, cisternas, eles sempre estão, os funcionários do IPA. Mas, o Ater indígena a gente achou que seria uma coisa mais junto, olhando a galinha, fazendo a Ater indígena. O que seria isso, uma troca do conhecimento do tecnico com o tradicional, e a gente achou que seria um pouco mais, com projetos, com

ideias. Um técnico agrícola preparado tem como chegar com novas ideias. (Entrevistado Pankararu, nº 1, liderança, p. 2).

Os programas de distribuição de sementes estão lá... Mas, a gente entende que a Ater indígena, ou a Ater com, para e com os povos indígenas, ela não é simplesmente um acesso às políticas públicas. Mas, também tem que participar do projeto de vida daquele povo. (Entrevistado Xukuru, liderança, nº 1, p. 12).

Estão trabalhando uma Ater convencional, onde nós não participamos como povos indígenas, do plano de ação do município. E onde as políticas públicas não chegam aos povos indígenas, ou quando chegam, chega de forma fragilizada, talvez até quando sobra. (Entrevistado Fulni-ô, nº 1, liderança, p. 2).

Segundo Baniwa (2005), as políticas de Ater adequadas as especificidades dos povos indígenas deve ser um esforço contínuo e compartilhado entre Estado e povos indígenas, gerando uma co-responsabilidade de ambos, de forma a superar desafios e desenvolver metodologias que atendam os projetos de vida dos povos. Nesse sentido, a Ater indígena, vem sendo discutida entre as lideranças em Pernambuco, segundo um dos entrevistados desde a implementação da PNATER. No entanto, esse debate não é compartilhado por todos os povos com a mesma intensidade que as discussões relacionadas à saúde e educação. Sendo a mobilização e retomada pela terra, uma das principais reivindicações do movimento indígena, conforme depoimentos:

Começamos essa luta praticamente, há oito a dez anos. O grande sonho do movimento indígena era que a gente tivesse essa Ater indígena forte, com os técnicos trabalhando na área, junto com as lideranças e os mais velhos, que tem os saberes da terra. Começamos essa luta orientando a comunidade indígena com projetos sustentáveis. No Pankararu essa discussão ainda não acontece muito. E a maior briga é com os técnicos indígenas que iria compreender os saberes, iria respeitar os saberes tradicionais, iria ser um apoio. (Entrevistado Pankararu Entre Serras, nº 1, liderança, p. 2).

Eu posso estar equivocado, queria estar equivocado, pelo que eu estou acompanhando, a própria organização indígena, através da APOIME e outros segmentos, a COPIPE, e outras organizações... A questão da terra, educação e saúde, ela é prioridade, e a terra do ponto de vista do acesso. Porque eu acho que o Xukuru é o único povo com situação territorial já definida, inclusive registrada em cartório, são 27. 555 hectares. Tudo isso já passou e permite ao povo Xukuru refletir agora sobre a gestão. E alguns povos estão ainda pensando no acesso a terra. (Entrevistado Xukuru do Ororubá, nº 2, liderança, p. 12).

[...] em 2004, tivemos contato com o pessoal do MDA e descobrimos a Ater. Até então não tínhamos conhecimento da Assistência Técnica e Extensão Rural, que não era lei, era política de governo. E aí se tentou fazer um trabalho nesse sentido, e esse contato com o MDA e outras entidades de certa

forma contribuiu com essa forma de pensar o que é agricultura indígena e como fazer. (Entrevistado Xukuru do Ororubá, nº 2, liderança, p. 9).

Diante desse cenário, observa-se de acordo com os depoimentos, como alguns indígenas percebem como deveriam ser a atuação do IPA, na perspectiva de uma Ater indígena:

A Ater indígena também tem que participar do projeto de vida daquele povo. Essa Ater tem que ser aliada com a luta territorial, com a questão do fortalecimento da identidade, fortalecimento de algumas práticas que são importantes, as práticas tradicionais, os saberes, o conhecimento. A gente percebe que essa Ater deve ser uma aliada da educação, ela também tá voltada para isso. É aliar os conhecimentos tradicionais com as políticas públicas, por exemplo, valorizar as sementes tradicionais no Programa distribuição de sementes. (Entrevistado Xukuru do Ororubá, nº 2, liderança, p. 12).

De acordo com que a gente discutiu na construção do projeto, a Ater indígena é uma ater diferenciada de outra ater que trabalha justamente a especificidade dos povos, a cultura, os costumes, a forma de lidar com a terra. Porque os indígenas têm a cosmovisão de trabalhar com a terra, trata a terra como a mãe terra, tem a prática da medicina tradicional, a prática da Agroecologia, e também a prática de criar animais, que diferem de um agricultor normal. E a ater indígena tem que ter outros olhares, um olhar específico, na forma de produção indígena, na forma de cultivar a terra, como a mãe terra, os valores éticos na localidade, eu acho isso. (Entrevistado Fulni-ô, nº 1, liderança, p. 2).

Corroborando com os índios entrevistados sobre como a Ater indígena deve ser pensada, Luciano (2006, p.190), afirmou que o modo de vida indígena parte do princípio de uma “visão integrada e holística das potencialidades e das necessidades materiais e espirituais dos indivíduos e das coletividades humanas em relação direta com os recursos naturais existentes”. Ainda em relação a Ater indígena, de forma prática, como resultado do trabalho desenvolvido pela Rede Temática de Ater junto aos povos indígenas, foram contratados técnicos<sup>81</sup> para atuar nas áreas indígenas. No entanto, essa atuação não tem correspondido às expectativas do que pensam os entrevistados sobre a Ater indígena, de acordo com os depoimentos abaixo:

A Ater indígena é um conjunto de coisas, não adianta falar da agricultura, sem falar da história. Não adianta falar das matas, sem falar das tradições. Mas, hoje para se fazer Ater indígena, tem que estar junto. Eu não vejo, esses técnicos contratados para as áreas indígenas na base. Eu vejo eles dentro da cidade, a gente quer o pessoal junto a comunidade. Uma luta que não foi fácil. São duas terras indígenas, terra indígena Pankararu e Pankararu Entre Serras. Se a gente luta pra ter uma assistência técnica... Mas, o cara não tem

---

<sup>81</sup> Ver capítulo 2, item: A experiência da Rede Temática de Ater junto aos povos indígenas de Pernambuco, que fala sobre a contratação através de seleção pública simplificada de técnicos para atuar em áreas indígenas.

um carro, uma moto. A gente lutou muito pra uma Ater indígena! (Entrevistado Pankararu Entre Serras, nº 1, liderança, p. 2).

Não mudou muito com os técnicos indígenas, porque eles dizem que tem que tá dentro do município e não tem especificidade. Não tem diferença, Ele trabalha em todo o município. Nós sentamos com o tecnico e dissemos, você aí tá só pra trabalhar com o índio. Ele trabalha com todos, não tem diferença. Por isso que a gente acha que não mudou quase nada. (Entrevistado Pankará, nº 1, Cacique, p. 1).

Considerando que a Ater indígena é compreendida a partir de uma atuação junto aos povos, levando em conta as suas especificidades étnicas, do ponto de vista das expressões socioculturais e projetos de vida de cada povo, concluímos a partir dos depoimentos tanto dos técnicos, quanto dos indígenas que as relações entre a Ater e povos indígenas no que diz respeito a implementação de ações e programas precisa ser reavaliada e revista institucionalmente para dar conta das novas demandas e complexidades da Extensão Rural na contemporaneidade.

Verifica-se que, a partir dos relatos, tanto do ponto de vista dos técnicos, quanto dos indígenas as ações do IPA encontram-se fragilizadas, insuficientes, e incompatíveis com o que pensam os índios sobre a Ater indígena. Os técnicos também identificam que as ações que executam são pontuais e convencionais e reconhecem que não executam a Ater indígena. Observa-se que avanços e esforços foram realizados através do Governo Federal para estabelecer parâmetros de uma Ater indígena e discussões para a implementação das políticas e ações em áreas indígenas. Ressalta-se, lembrando as ideias do índio Baniwa (2005) que o compartilhamento das ações de Ater em áreas indígenas deve ser também de responsabilidade dos movimentos indígenas em conjunto com o Estado, de modo a estabelecer diálogos e garantir que as ações sejam realizadas na perspectiva da especificidade étnica.

## CONCLUSÕES

Relembremos a questão central do problema de nossa pesquisa: as ações da Extensão Rural junto aos povos indígenas tem respeitado às suas especificidades étnicas? A partir dessa questão, definiu-se como objetivo geral: analisar a atuação da Extensão Rural em áreas indígenas, situadas nas regiões do Agreste e Sertão de Pernambuco. Como objetivos específicos, definiu-se: a) pesquisar como os profissionais de Ater percebem o trabalho de Extensão Rural em áreas indígenas; b) Identificar as ações da Extensão Rural realizadas em áreas indígenas; c) Identificar quais as dificuldades da atuação da Extensão Rural em áreas indígenas; d) Compreender como os indígenas percebem a agricultura e a Extensão Rural em suas áreas. Desse modo, indicaremos alguns elementos que foram observados durante a pesquisa como resposta aos questionamentos relacionados anteriormente:

1. O estudo revelou que os profissionais de Ater reconhecem os povos indígenas como público prioritário nas ações de Ater conforme a PNATER, e a necessidade de se efetivarem políticas públicas que atendam às especificidades étnicas desses povos. No entanto, no requisito especificidades étnicas, não identificam com clareza o que seria essa “especificidade.”
2. Durante o estudo foi detectado que as concepções e imagens sobre os índios do Nordeste e dos respectivos municípios nos quais os profissionais de Ater atuam apresentam discursos e visões distintas nas regiões do Agreste e do Sertão: na região do Agreste, percebe-se um maior reconhecimento da identidade étnica dos povos indígenas, enquanto na região do Sertão, identifica-se três discursos diferenciados: o primeiro retrata a negação da identidade étnica baseada no fenótipo biológico do índio; o segundo retrata uma visão dos povos indígenas a partir de um estereótipo amazônico, gerando dúvidas sobre a identidade étnica desses povos, ao mesmo tempo, que reconhecem os “índios” através da observação dos seus hábitos diferenciados expressos através da sua cultura, dos seus rituais religiosos e tradições; o terceiro discurso, é identificado em menor proporção, uma vez que reconhece a identidade étnica através das expressões socioculturais dos índios que habitam os municípios nos quais os profissionais de Ater trabalham. Essas percepções mencionadas podem dificultar ou facilitar

um diálogo intercultural, comprometimento e identificação com o “outro”, se referindo aos povos indígenas;

3. A pesquisa revelou que os profissionais de Ater percebem de uma forma geral que suas ações em áreas indígenas são pontuais, fragmentadas e descontínuas, baseadas em um contexto de ações e políticas públicas que não reconhecem as especificidades étnicas dos povos indígenas. Também percebem que os programas e projetos realizados em áreas indígenas não dão conta das demandas provenientes dessas áreas, que em geral, são extensas, o que revela uma disparidade entre o número de atendimento dos agricultores familiares e os indígenas. Em relação à percepção de como é realizado o trabalho com indígenas e agricultores familiares, são destacados vários elementos que dizem respeito a semelhanças ou diferenças. No requisito prática agrícola, durante sua atuação, os profissionais não percebem com clareza diferenças étnicas, mas destacam a cultura representada através do toré, como um diferencial. As diferenças entre esses dois segmentos, também são percebidas pelos técnicos através de “estereótipos”, expressos através de situações cotidianas vivenciadas com os indígenas, assim destacam que “os índios têm regalias”, “são imediatistas”, “os brancos são mais receptivos.” Esse aspecto é bastante preocupante, pois, expressa posturas comportamentais como determinantes daqueles segmentos. Também destacamos que um quantitativo significativo de técnicos acredita que o requisito “especificidade”, não é necessário na atuação. A reflexão sobre o que seria especificidade nas ações da Ater precisam ser pensadas e discutidas para qualificar a atuação dos profissionais.
4. Identificou-se que os profissionais de Ater em maior número no Agreste, percebem a agricultura praticada pelos povos indígenas como uma prática diferenciada de uma forma geral, mas apenas alguns mencionam ou demonstram conhecer os defensivos naturais e métodos de combate às pragas considerados tradicionais da cultura indígena. Por outro lado, a pesquisa apontou que, em determinados municípios do Sertão e do Agreste, os profissionais percebem a agricultura praticada pelos povos indígenas como convencional, pois, utilizam agrotóxicos. Constata-se, desse modo, que a compreensão dos técnicos sobre o modo como os povos indígenas entendem e fazem agricultura é essencial para

construir ações nessas áreas, ou seja, de combate ou prevenção ao uso de agrotóxico ou potencialização e preservação do saber ancestral dos povos indígenas. Porém, verifica-se que uma percepção limitada apenas ao uso ou não de agrotóxicos ou de defensivos naturais utilizados na agricultura não é suficiente para o desenvolvimento de ações que considerem as especificidades étnicas dos povos, no que diz respeito à preservação dos saberes ecológicos, e identificação de correlações entre a agricultura e suas expressões socioculturais, de modo a ocasionar a relutância ou rejeição de projetos exógenos da Extensão Rural “levados” ao grupo. Esse dado revela que a Ater indígena precisa estar atrelada a processos e instrumentos que reconheçam a identidade étnica desses povos, garantindo a especificidade no atendimento das políticas públicas. Isso significa que institucionalmente a empresa deverá rever suas ações e concepções na construção de um plano de ação junto aos povos e movimentos indígenas, de modo a garantir que as orientações da PNATER e posteriormente da CNATER, estejam enquadradas nas suas ações. Não basta apenas uma lista de ações ou projetos, é necessário que a garantia da especificidade esteja nesse contexto e que os profissionais de Ater incorporem essa perspectiva. Fortalecendo esse aspecto institucional, as ações no campo ganharão sentido e ação, pois, partirão de um princípio de planejamento, na medida em que os técnicos poderão contar com o suporte institucional.

5. Observa-se que as áreas indígenas em geral são extensas, se subdividem em aldeias, de modo que as ações do IPA em geral contemplam um número limitado de agricultores indígenas dessas aldeias. As ações, programas e projetos que mais estão presentes nas áreas indígenas são: distribuição de sementes, crédito rural e Terra Pronta. De acordo com os dados disponibilizados também aparecem em menor proporção, outras ações, a exemplo de: projeto palma forrageira, ovinocultura, bovinocultura, Mãe Coruja, Garantia Safra. Outros programas a exemplo do PAA estão presentes nos municípios de Jatobá e Pesqueira. Os dados disponibilizados através dos quadros (8-13) correspondem aos relatos dos técnicos e confirmam os depoimentos dos indígenas, no que diz respeito ao atendimento em termos quantitativo pontual e limitado. Apenas, nos municípios de Pesqueira/Poção, o quantitativo em relação ao atendimento dos indígenas e agricultores se equiparam de forma crescente nos anos de 2010-

2012. A pesquisa também revela que às visitas as aldeias, em geral, estão mais relacionadas a algum dos projetos mencionados, para a emissão da DAP, elaboração do crédito rural, a exemplo do Agroamigo, ou alguma demanda espontânea do indígena. Constata-se que as políticas e ações disponíveis não atendem toda a população indígena, e que o acesso dos indígenas às políticas da agricultura familiar precisa ser requalificado.

6. Observa-se de acordo com os dados disponibilizados pelos profissionais de Ater que as políticas públicas e ações em áreas indígenas não indicam a construção e execução de uma Ater indígena baseada na especificidade étnica e na demanda endógena desses povos, conforme prescritas na PNATER.
7. Constata-se que as dificuldades encontram-se estabelecidas a partir da falta de políticas e ações específicas voltadas para esses povos; perpassam também pela dificuldade de estabelecer diálogos interculturais por conta da diversidade sociocultural; e devido ao acúmulo de ações e programas que exigem que a maior parte do tempo dos técnicos esteja voltada para atividades de cadastramento e serviços burocráticos nos escritórios, gerando sobrecarga de trabalho. Esse acúmulo de ações impede que os profissionais possam exercer atividades ligadas à Assistência Técnica e Extensão Rural cotidianamente, de forma a identificar no campo as reais demandas dos povos indígenas.
8. Os indígenas entrevistados expressam suas especificidades étnicas afirmando suas diferenças em relação ao agricultor familiar através da agricultura e da Natureza e suas correlações com o sagrado, com os saberes ancestrais, com os rituais. Reafirmam essas diferenças através dos projetos de vida dos povos que defendem o uso de defensivos naturais em oposição a utilização do agrotóxico utilizado pela sociedade envolvente e por uma parcela de indígenas. Além das referidas correlações, a agricultura adquire o significado que vai além da “ocupação enquanto trabalho”, pois, expressa meio de sobrevivência, vida e alimento.
9. Em relação a Extensão Rural os indígenas percebem atualmente que essa atuação é distante, ausente, fragmentada, precária, insuficiente, e não atende às especificidades étnicas dos povos indígenas. Pois, percebem que as ações e

projetos são oriundas de uma Ater convencional, e questionam propondo elementos para a construção de uma Ater indígena.

10. A Ater indígena para esses povos está interligada ao projeto de vida do povo, correlacionada às questões territoriais, a identidade étnica, aos saberes tradicionais, às especificidades que diferenciam os povos indígenas dos agricultores tradicionais.

**Outros aspectos importantes identificados pela pesquisa:**

- a) O estudo detectou através de depoimentos de extensionistas e de indígenas que a Extensão Rural realizou ações pontuais em áreas indígenas no Agreste no final da década de 1970, mas precisamente em Águas Belas, onde habita o povo Fulni-ô e na década de 1990 em Pesqueira, com o povo Xukuru do Ororubá. Há indícios de acordo com os depoimentos de que os projetos agrícolas foram pautados naquele momento em uma lógica produtivista, alheia às especificidades étnicas dos povos, e de uma forma geral a partir de demandas externas ao grupo.
- b) O estudo revelou que não há indícios de um programa, projeto ou campanha efetiva do IPA que combata a prática do uso dos defensivos químicos no meio rural. Em vista desse aspecto, as ações de combate, prevenção ou incentivo ao uso de agrotóxicos, fertilizantes ou adubos químicos dependem dos referenciais teórico-metodológicos que orientam as ações do técnico, do seu interesse e conhecimento sobre o tema.
- c) Foi identificado que os técnicos que se orientam a partir dos princípios teórico-metodológicos da Agroecologia, apresentam um conhecimento mais aprofundado das práticas agrícolas tradicionais dos índios, e demonstram através das entrevistas uma maior capacidade para realizar reflexões sobre questões relacionadas à etnicidade, sustentabilidade, gestão organizacional. Observa-se a partir dos relatos que também estão mais propensos a se identificar e se comprometer com o público indígena.
- d) A pesquisa também identificou com base nos relatos dos profissionais de Ater que a inserção dos povos indígenas nas políticas públicas e ações, de uma forma geral em alguns municípios do Sertão, a exemplo de Jatobá, Tacaratu,

Orocó, Cabrobó, realiza-se mais efetivamente, a partir de 2006, após a abertura dos escritórios locais.

- e) Outro dado importante a considerar é o quantitativo de técnicos nos municípios que se apresenta insuficiente para atender as demandas dos mais variados públicos: indígenas, quilombolas, assentados, etc.
- f) Percebe-se, através dos relatos, que segundo os técnicos as ações relacionadas a processos educativos de Extensão Rural, não são valorizadas nos instrumentos de avaliação do IPA. Sendo contabilizado o desempenho do técnico a partir do quantitativo de inscritos e atendidos em programas.
- g) O estudo indica que o movimento indígena vem discutindo sobre a Ater indígena no âmbito do estado de Pernambuco, desde o início da década de 2000. No entanto, as lutas pela terra, pela educação, pela saúde são temas prioritários no movimento indígena, segundo depoimentos dos entrevistados. Apesar desse cenário, o povo Xukuru do Ororubá, de acordo com os dados das entrevistas tem avançado nas discussões de uma Ater indígena, a partir da construção de uma agricultura indígena.
- h) Percebe-se a importância da atuação da Extensão Rural em áreas indígenas de forma integrada através das parcerias, no entanto, a pesquisa revelou a relação inicial, ou mesmo inexistente de órgãos como a FUNAI com a Extensão através dos escritórios locais. Por outro lado, a parceria com os municípios que possuem uma Secretaria para assuntos indígenas parecem indicar uma relação promissora, apesar de não haver detalhamento das ações para uma melhor avaliação.

#### **Sugestões para a construção de uma Ater indígena:**

- a) Criação de um núcleo de Ater indígena que possa qualificar, planejar e discutir junto aos técnicos e indígenas as ações de Ater nessas áreas, formado por equipe multidisciplinar que atue em conjunto com o movimento indígena de Pernambuco.

- b) Para acompanhar os desafios, a complexidade e as demandas, em específico dos povos indígenas, sugere-se a inserção, no núcleo de Ater indígena de profissionais com formação antropológica ou indigenistas para mediar ações e situações que requeiram um diálogo mais qualificado e complexo acerca das questões territoriais e socioculturais que interferem no modo de se relacionar e se posicionar frente às políticas públicas. A Extensão Rural precisa renovar e romper com a lógica produtivista e incorporar em seus quadros outros profissionais que possam dar conta das novas complexidades no campo, principalmente em relação aos povos indígenas e comunidades tradicionais.
- c) Há necessidade de inserir no quadro das equipes de Ater lotadas nos escritórios municipais nos quais habitam os povos indígenas, profissionais das Ciências Humanas ou Sociais Aplicadas, a exemplo de assistentes sociais, sociólogos e economistas domésticos de modo a compor um quadro de equipe multidisciplinar conforme prescrita na PNATER e na CNATER. No entanto, chamamos à atenção para o fato de que esses profissionais, não assumam o papel solitário nas atividades com os povos indígenas, uma vez que as ações devem ser compartilhadas por toda a equipe, confirmando o caráter multidisciplinar.
- d) Proporcionar capacitação contínua para todos os profissionais de Ater, inclusive gerentes das regionais, que atuam em áreas indígenas com a participação de índios, indigenistas ou antropólogos. Nas capacitações devem estar inseridas questões relacionadas ao processo histórico e de afirmações étnicas dos índios do Nordeste, expressões socioculturais dos povos indígenas de Pernambuco, etnodesenvolvimento, políticas públicas indigenistas, experiências bem sucedidas de organizações governamentais e não governamentais, Agroecologia, experiências de metodologias participativas em áreas indígenas, etc.
- e) É preciso deixar claro, institucionalmente, que os técnicos indígenas foram contratados para atuação específica em áreas indígenas, conforme edital. Outras demandas e públicos, não devem fazer parte das atividades cotidianas desse profissional. Isso não significa que devem ficar isolados da dinâmica do escritório local. Os profissionais do IPA devem dialogar com os técnicos indígenas de modo a planejar, aprender e contribuir, potencializando as ações

em conjunto. Uma vez que há uma tendência, conforme observado nos escritórios, de que com a chegada dos técnicos indígenas, as ações passem a ser de inteira responsabilidade desse técnico de forma a favorecer a dicotomia das ações da Extensão Rural em áreas indígenas.

- f) Recomenda-se que o IPA reavalie e realize adequações aos instrumentos de avaliação e planejamento, a começar pelo PAM, de modo a dimensionar as atividades realizadas, não apenas em áreas indígenas, mas também nas comunidades tradicionais levando em conta as especificidades das ações nessas áreas.

Acreditamos que o diálogo entre a Extensão Rural e os povos indígenas é possível, na medida em que, o movimento indígena seja co-responsável, junto ao órgão estatal, para promover e exigir mudanças na cultura institucional, de modo a construir conjuntamente, concepções de ações e políticas adequadas às especificidades étnicas desses povos. É preciso reconhecer que os movimentos indígenas têm acúmulos na discussão sobre a Ater indígena, no entanto, há um longo caminho a percorrer de apropriações e diálogos tanto dos profissionais de Ater, da instituição e do movimento indígena para compreender como a especificidade étnica pode se materializar através das ações e políticas na Extensão Rural. A valorização das experiências internas exitosas do próprio órgão é um bom caminho para a construção e ressignificação dessa Ater indígena, além dos instrumentos de participação coletiva, a exemplo, da PNATER e da CNATER.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. **Os índios na História do Brasil**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010.

AMARAL, Viviane. **Redes sociais e redes naturais: a dinâmica da vida**. Centro Ecoar de Educação para a Sustentabilidade – CEDES - Instituto Ecoar, 2004. Disponível em: [http://www.rts.org.br/bibliotecarts/redes/redes\\_vamaral\\_dinamica.pdf](http://www.rts.org.br/bibliotecarts/redes/redes_vamaral_dinamica.pdf). Acesso em 14/03/2013.

ANDRADE, Manuel Correia de. **A terra e o homem no Nordeste: contribuição ao estudo da questão agrária no Nordeste**. 7ª ed. São Paulo: Cortez, 2005.

ARAÚJO. André Luis de Oliveira. **A Ater indigenista sob os princípios da Agroecologia. II Curso de Agroecologia à Distância**. MDA-SAF-Dater/RedCapa/SOCA /Universidade de Bekerley. Brasília, 2007.

ARAÚJO. André Luis de Oliveira; ORÔNIO, Iran Neves. **Feira Xukuru do Ororubá: Conquistas em torno de uma experiência de comercialização de alimentos de base ecológica**. Cadernos de Agroecologia, V. 6, Nº 2, Dezembro, 2011.

ARRUTI, José Mauricio. **Etnogênese indígenas**. Povos Indígenas no Brasil 2001-2005, São Paulo: ISA, p. 50-54. 2001. Disponível em: <http://pib.socioambiental.org/pt/c/no-brasil-atual/quem-sao/etnogeneses-indigenas>. Acesso em 11/11/2012.

BANIWA, Gersem. Um “olhar indígena” sobre assistência técnica e extensão rural. In: VERDUM, Ricardo (Org.). **Assistência técnica e financeira para o desenvolvimento indígena: possibilidades e desafios para as políticas públicas**. Rio de Janeiro/Brasília: Contra Capa/ Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural/ Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2005, p. 79-102.

BAPTISTA. Marcela Meneghetti. **O mbýa reko (modo de ser Guarani) e as políticas públicas na Região Metropolitana de Porto Alegre: uma discussão sobre o etnodesenvolvimento**. Porto Alegre/RS, 2011, 171 p. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural). Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

BARTH, Frederik. (1998), **O guru, o iniciador e outras visões antropológicas**. Trad. John Cunha Comeford. Rio de Janeiro: Contra capa, 2000.

BARBOSA, Carlos Alberto Vilela. **A extensão como modificadora da estrutura rural**. Recife, EMATER-PE. 1981.

BARBOSA, Bartira Ferraz. **Paranambuco: herança e poder indígena Nordeste séculos XVI-XVII**. Recife: Ed. Universitária UFPE, 2007.

BOFF, Leonardo. **Ecologia e espiritualidade**. In: André Trigueiro (Coord.). **Meio ambiente no século 21**. Rio de Janeiro: Sextante, 2003, p. 35-43.

BRASIL. **Decreto nº 8.171, de 17 de janeiro de 1991. Dispõe sobre a política agrícola**. Disponível em: < [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/18171.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18171.htm)>. Acesso em: 12/003/2013.

BRASIL. **Decreto nº 3.991, de 30 de outubro de 2001. Dispõe sobre o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF, e dá outras providências**. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/2001/D3991](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2001/D3991)>. Acesso em: 16/12/2012.

BRASIL. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, Os indígenas no censo demográfico 2010: primeiras considerações com base no quesito cor ou raça**. Rio de Janeiro, 2012.

BRASIL. **Lei nº 12.188, de 11 de Janeiro de 2010. Institui a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária- Pnater e o Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar e na Reforma Agrária – PRONATER**. Brasília, 2010.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural**. Brasília, DF, 2008.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Revista Excelência em Ater. Brasília, DF, 2009, p. 27-29**.

**CONFERÊNCIA NACIONAL SOBRE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL NA AGRICULTURA FAMILIAR E REFORMA AGRÁRIA (CNATER)**. Relatório das propostas aprovadas em plenário final – MDA, Brasília. Versão preliminar, 2012.

CAPORAL, Francisco Roberto. **La extensión agraria Del sector público ante los desafíos del desarrollo sostenible: el caso de Rio Grande do Sul, Brasil**. 1998. 516p.

Tese. (Doutorado) - Programa de Doctorado em Agroecología, Campesinado e Historia, ISEC/ETSIAM, Universidad de Córdoba, España.

CAPORAL, Francisco Roberto; RAMOS, Ladjane de Fátima. Da extensão rural convencional à extensão rural para o desenvolvimento sustentável: enfrentar desafios para romper com a inércia. In: MONTEIRO, Dion Márcio Cavaló; MONTEIRO, Maurílio de Abreu. (ORGs). **Desafios na Amazônia: uma nova assistência técnica e extensão rural**. Belém: UFPA/NAEA, 2006, p. 29-49.

CAPORAL, Francisco Roberto; COSTABEBER, José Antônio. **Agroecologia e extensão rural: contribuições para a promoção do desenvolvimento rural sustentável**. MDA. Brasília, 2007.

CAPORAL, Francisco Roberto. **A redescoberta da Assistência Técnica e Extensão Rural e a implementação da Pnater: nova âncora para a viabilização de acesso a políticas de fortalecimento da Agricultura Familiar**. 2008. Disponível em: <http://br.dir.groups.yahoo.com/group/cultivandosaberes2008/message/268>  
Acesso em 25/01/2011.

CAPORAL, Francisco Roberto. **Recolocando as coisas nos seus devidos lugares: um manifesto em defesa da Extensão Rural pública e gratuita para a agricultura familiar**. In: CAPORAL, Francisco Roberto (Coord.). **Extensão rural e Agroecologia: temas sobre um novo desenvolvimento rural, necessário e possível**. Brasília: MDA, 2009, p.18-57.

CAPORAL, Francisco Roberto. **Lei de Ater: exclusão da Agroecologia e outras armadilhas**. Cadernos de Agroecologia, V. 6, nº 2, 2011. Disponível em: <<http://www.aba-agroecologia.org.br/ojs2/index.php/cad/article/view/11858>>. Acesso em: 13/03/2013.

CALLOU, Angelo Brás Fernandes. **Extensão Rural: polissemia e memória**. Recife: Bagaço, 2006.

CALLOU, A. B. F.; LEITÃO, M. R. F. A.; PIRES, M. L. L.e S.; SANTOS, M. S. T. O estado da arte do **Ensino da Extensão Rural no Brasil: relatório de pesquisa**. Recife: Gráfica Artim-prensa, 2008.

CUNHA, Manuela Carneiro da. **Índios no Brasil: história, direitos e cidadania**. São Paulo: Claro Enigma, 2012.

DEMO, Pedro. **Metodologia científica em Ciências Sociais**. São Paulo: Atlas, 1989.

DEMO, Pedro. **Pesquisa: princípio científico e educativo**. 11. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

DIAS, Marcelo Miná. **Políticas públicas de Extensão Rural e inovações conceituais: limites e possibilidades**. Perspectivas em Políticas Públicas. Belo Horizonte, Vol. 1, Nº 1, p. 101-114, Jan-Jun de 2008. Disponível em: <<http://www.pppfapp.org/pdf/artigo4ppp1.pdf>>. Acesso em: 13/03/2013.

DIEHL, Astor Antonio; TATIM, Denise Carvalho. **Pesquisa em ciências sociais aplicadas: métodos e técnicas**. São Paulo: Prentise Hall, 2004.

DIESEL, Vivien; DIAS, Marcelo Miná. **Fundamentos teórico-metodológicos da extensão rural – quais fundamentos?** In: 2º Seminário Nacional de Ensino em Extensão Rural. Santa Maria- RS, 2010. Disponível em: <[http://w3.ufsm.br/seminarioextensaorural/arqs/Fundamentos\\_Teorico-metodologicos\\_em\\_extensao\\_rural.pdf](http://w3.ufsm.br/seminarioextensaorural/arqs/Fundamentos_Teorico-metodologicos_em_extensao_rural.pdf)>. Acesso em: 23/03/2012.

FERRARI, Silvia Helena de Souza. A experiência de assistência técnica e extensão rural junto aos povos indígenas: uma visão do gestor da política. In: ARAUJO, André Luis de O; VERDUM, Ricardo. (Orgs). **Experiências de assistência técnica e extensão rural junto aos povos indígenas: o desafio da interculturalidade**. Brasília: NEAD/SAF, 2010, p.91-114.

FONSECA. Maria Tereza Lousa da. **A extensão rural no Brasil, um projeto educativo para o capital**. São Paulo: Loyola, 1985.

FREIRE, Paulo. **Extensão ou comunicação**. 12 ed. Rio de Janeiro. Ed. paz e Terra, 2002.

GUIMARÃES, Alberto Passos. **Quatro séculos de latifúndio**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5ª ed. São Paulo: Atlas, 2006.

GRÜNEWALD, Rodrigo de Azeredo. Os índios da Paraíba. **JC ON LINE**, Pernambuco, 19 abr. 2007. Reportagem Especial Retomada Indígena em Pernambuco. Disponível em: <http://www2.uol.com.br/JC/sites/indios/historia2.html>. Acesso em: 13 jan. 2013.

IEPE...2012. **Iepé participa do 1º. Seminário Nacional sobre ATER em Terras Indígenas.** Disponível em: < <http://www.institutoiepe.org.br/2012/04/iepe-participa-do-1o-seminario-nacional-sobre-ater-em-terras-indigenas/>>. Acesso em: 16/06/2012

JC ON LINE. Reportagem Especial Retomada Indígena em Pernambuco **Entenda o fenômeno de ressurgimento dos povos.** Pernambuco, 19 abr. 2007. Disponível em: <http://www2.uol.com.br/JC/sites/indios/cultura2.html>. Acesso em: 10/01/ 2013.

KAGEYAMA, Ângela A. **Desenvolvimento rural: conceitos e aplicação ao caso brasileiro.** Porto Alegre: Edições UFRGS/PGDR, 2008.

LEAL, Caroline; ENEIDA, Heloisa; ANDRADE, Lara Erendira. (Orgs.). **Guerreiras: a força da mulher indígena.** Olinda, Centro de Cultura Luiz Freire, 2012.

LIMA, Irenilda de Souza; JESUS, Paulo de. **A pesquisa na prática da extensão rural para o desenvolvimento sustentável: alguns fundamentos epistemológicos.** In: LIMA, Jorge Roberto Tavares; FIGUEREDO, Marcos Antonio Bezerra (ORGs). **Extensão rural, desafios de novos tempos: agroecologia e sustentabilidade.** Recife: Bagaço, 2006, p.13-27.

LOPES, Fátima Martins. As mazelas do Diretório dos Índios: exploração e violência no início do século XIX. In: OLIVEIRA, João Pacheco de. (Org.). **A presença indígena no Nordeste.** Rio de Janeiro: Contra Capa, 2011, p.241-265.

LUCIANO, Gersem dos Santos. **O índio brasileiro: o que você precisa sobre os povos indígenas no Brasil de hoje.** Brasília: Ministério da Educação, Secretária de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade; LACED/Museu Nacional, 2006.

MEDEIROS, Ricardo Pinto de. Política indigenista do período pombalino e seus reflexos nas capitanias do norte da América portuguesa. In: OLIVEIRA, João Pacheco de. (Org.). **A presença indígena no Nordeste.** Rio de Janeiro: Contra Capa, 2011, p.115-144.

MONTEIRO, Maurílio de Abreu (Orgs). **Desafios na Amazônia: uma nova assistência técnica e extensão rural.** Belém: UFPA/NAEA, 2006, p. 29-50.

MORIN, André. **Pesquisa-ação integral e sistêmica: uma antropologia renovada.** Trad. Michel Thiollent. Rio de Janeiro: D&A, 2004.

NEVES, Lino João de Oliveira. **Olhos mágicos do Sul (do Sul): lutas contra-hegemônicas dos povos indígenas no Brasil.** In: SANTOS, Boaventura de Sousa (Org.). Reconhecer para libertar: os caminhos do cosmopolitismo multicultural. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p. 113-151.

NETO, Nivaldo Aureliano Leo. “**Na lição da abeia-mestra**”, análise do complexo simbólico e ritualístico do mel e das abelhas sem-ferrão entre os índios Atikum. Campina Grande/PB, 2011, p. 147. Dissertação de Mestrado. (Mestrado em Ciências Sociais). Universidade Federal de Campina Grande.

NOVAES, Washington. **Agenda 21: um novo modelo de civilização.** In: André Trigueiro (Coord.). Meio ambiente no século 21. Rio de Janeiro: Sextante, 2003, p.323-331.

OLEQUES. Luciane Carvalho et tal. **Representações sociais dos Kaingang da Terra indígena Carreteiro, RS, Brasil.** Revista Ambiente & Educação, Vol. 12. 2009.

OLIVEIRA, Joana Cabral de (org). **Alguns conhecimentos sobre agricultura.** Programa Wajãpi – IEPÉ, Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2007.

OLIVEIRA, João Pacheco de; FREIRE, Carlos Augusto da Rocha. **A presença indígena na formação do Brasil.** Brasília: Ministério da Educação, Secretária de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade; LACED/Museu Nacional, 2006.

OLIVEIRA, João Pacheco de. Culturas que saem da invisibilidade. **JC ON LINE**, Pernambuco, 19 abr. 2007. Reportagem Especial Retomada Indígena em Pernambuco. Disponível em: <http://www2.uol.com.br/JC/sites/indios/historia0.html>. Acesso em: 13 jan. 2013.

OLIVEIRA, João Pacheco de. Uma etnologia dos índios misturados? Situação colonial, territorialização e fluxos culturais. In: OLIVEIRA, João Pacheco de (ORG). **A viagem de volta: etnicidade, política e reelaboração cultural no Nordeste indígena.** 2ª ed. Contra Capa /LACED, 2004, p. 13-41.

PEIXOTO. Marcus. **Extensão rural no Brasil: uma abordagem histórica da legislação.** Textos para discussão 48. Brasília, 2008. Disponível em: <[http://portal.mda.gov.br/portal/saf/arquivos/view/ater/artigos-e-revista/Etens%C3%\\_Rural\\_no\\_Brasil\\_-\\_uma\\_abordagem\\_hist%C3%B3rica\\_da\\_legisla%C3%A](http://portal.mda.gov.br/portal/saf/arquivos/view/ater/artigos-e-revista/Etens%C3%_Rural_no_Brasil_-_uma_abordagem_hist%C3%B3rica_da_legisla%C3%A)>. Acesso em 23/07/2012.

PERNAMBUCO (Estado). **A Extensão Rural em Pernambuco.** EMATER/PE, 1984.

PERNAMBUCO (Estado). Instituto Agrônomo de Pernambuco (IPA). **Relatório estadual das oficinas de estudos e avaliação sobre a PNATER no Instituto Agrônomo de Pernambuco**. Pernambuco, 2009. 86 p.

PERNAMBUCO (Estado). Instituto Agrônomo de Pernambuco (IPA). **Plano de Trabalho (PAT)**. Pernambuco, 2012. 40 p.

PERNAMBUCO (Estado). Instituto Agrônomo de Pernambuco (IPA). **Plano de Trabalho (PAT)**. Pernambuco, 2013. 59 p.

POMPA, Cristina. História de um desaparecimento anunciado: as aldeias missionárias do São Francisco, séculos XVIII-XIX. In: OLIVEIRA, João Pacheco de. (Org.). **A presença indígena no Nordeste**. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2011, p.267-292.

PUNTONI, Pedro. **A guerra dos bárbaros: povos indígenas e a colonização do Sertão Nordeste do Brasil, 1650-1720**. São Paulo: Hucitec: Editora da Universidade de São Paulo: FAPESP, 2002.

PRADO JR, Caio. **Formação do Brasil contemporâneo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

RICHARDSON, Roberto Jarry. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. 2ª ed. São Paulo: Atlas, 1989.

SECUNDINO, Marcondes; FERREIRA, Ivson. Pernambuco Indígena. **JC ON LINE**, Pernambuco, 19 abr. 2007. Reportagem Especial Retomada Indígena em Pernambuco. Disponível em: <http://www2.uol.com.br/JC/sites/indios/historia0.html>. Acesso em: 13 jan. 2013.

SILVA, Edson Hely. **Povos indígenas no Nordeste: contribuição a reflexão histórica sobre o processo de emergência étnica**. Revista Humanidades. Departamento de História e Geografia. UFRN, V.4 -7, Fevereiro/março, 2003. Disponível em: <<http://www.cerescaico.ufrn.br/mneme/pdf/mneme07/004-p.pdf>>. Acesso em: 15/10/2012.

SILVA, Edson Hely. **Xukuru: memórias e história dos índios da Serra do Ororubá (Pesqueira/PE), 1950-1988**. Campinas/SP, 2008a, 300 p. TESE (Doutorado em História). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas.

SILVA, Edson Hely. **Os Xukuru e o ‘Sul’**: migrações e trabalho indígena na lavoura canavieira em Pernambuco e Alagoas. In: Clio – Série Revista de Pesquisa Histórica – Nº 26-2, Recife, UFPE, 2008b. p. 215-244.

SOARES, Mariana de Andrade. **Um novo olhar sobre a Ater indígena no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre, EMATER/RS-ASCAR, 2008.

SCHRÖDER, Peter. **Economia indígena: situação atual e problemas relacionados a projetos indígenas de comercialização na Amazônia legal**. Recife: ed. Universitária da UFRPE, 2003.

VIEIRA, Luiz Goes. **Cadernos de Extensão Rural**, nº 1. Universidade Federal Rural de Pernambuco. Departamento de educação, Recife, 1988.

TOLEDO, Victor Manuel; BARRERA-BASSOLS, Narciso. **A Etnoecologia: uma ciência pós-normal que estuda as sabedorias tradicionais**. Desenvolvimento e Meio ambiente, nº 20, p.31-45. Jul/dez. Editora UFPR, 2009. Disponível em: < [www.antropologiasocial.com.br/a-etnoecologia-uma-ciencia-pos-nor...](http://www.antropologiasocial.com.br/a-etnoecologia-uma-ciencia-pos-nor...)>. Acesso em: 23/17/2012.

VERDUM, Ricardo; MOREIRA, Lucimar. O desafio da segurança alimentar e do desenvolvimento indígena sustentável. In: VERDUM, Ricardo (Org.). **Assistência técnica e financeira para o desenvolvimento indígena: possibilidades e desafios para as políticas públicas**. Rio de Janeiro/Brasília: Contra Capa/ Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural/ Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2005, p. 15-47.

VERDUM, Ricardo. Breve esboço do indigenismo à brasileira e o desafio da interculturalidade. In: VERDUM, Ricardo; ARAÚJO, André Luis O. (Org.). **Experiências de assistência técnica e extensão rural junto aos povos indígenas: o desafio da interculturalidade**. Brasília, DF: NEAD /SAF, 2010, p. 15-52.

**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EXTENSÃO RURAL E**  
**DESENVOLVIMENTO LOCAL**

**APÊNDICE A**

Roteiro de entrevista semiestruturada  
Público: lideranças/caciques/agricultores

**Dissertação:** Um estudo da atuação da Extensão Rural em áreas indígenas nas regiões do Agreste e Sertão de Pernambuco

Data: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

**I. IDENTIFICAÇÃO:**

Nome:	
Município (nascimento):	Povo:
Município (reside):	Função: (liderança, agricultor, cacique):
Sexo: M ( <input type="checkbox"/> ) F ( <input type="checkbox"/> )	
Idade: ( <input type="checkbox"/> ) 20 a 25 anos ( <input type="checkbox"/> ) 26 a 30 anos ( <input type="checkbox"/> ) 31 a 40 anos ( <input type="checkbox"/> ) 41 a 50 anos ( <input type="checkbox"/> ) + 51 anos	
Escolaridade: ( <input type="checkbox"/> ) Ensino Fundamental ( <input type="checkbox"/> ) Ensino médio Possui curso superior? ( <input type="checkbox"/> ) Sim ( <input type="checkbox"/> ) Não	
Qual? _____ Onde estudou? _____	
Pós-graduação: ( <input type="checkbox"/> ) Especialização: _____ Mestrado: ( <input type="checkbox"/> ) _____ ( <input type="checkbox"/> ) Doutorado : _____	
( <input type="checkbox"/> ) não possui	

**II. HISTÓRIA / ETNICIDADE**

1. Fale um pouco da sua infância? Como era a paisagem da aldeia? Os rituais?
2. O povo já era reconhecido? Fale um pouco.
3. O que plantavam? Como viviam?
4. Vocês tiveram contato com a Extensão Rural?
5. O que representa para vocês serem índios da sua etnia, aqui no Nordeste?

### **III. PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA**

6. O que plantam ou criam atualmente?
7. Como as pessoas plantam? Coletivamente? Individualmente? Fale um pouco.
8. Quando tem alguma praga no cultivo, como vocês tratam?
9. Comercializam a produção em algum lugar? Fale um pouco.

### **IV. ABORDAGEM DA EXTENSÃO RURAL**

10. O IPA atua nas aldeias, desde quando? Como é o trabalho agora desenvolvido pela Extensão Rural?
11. Como você entende que deve ser o trabalho da Extensão em áreas indígenas?
12. É necessário ter um técnico indígena na extensão rural? Por quê?
13. O crédito é realizado em áreas indígenas? O que você pensa sobre isso?

### **V. PERCEPÇÃO DA RELAÇÃO ENTRE EXTENSÃO RURAL, AGRICULTURA E NATUREZA**

14. Vocês tem discutido algo em relação a Assistência Técnica e Extensão Rural? Desde quando, fale um pouco?
15. Participou do I e II seminário da Ater Indígena em Pernambuco?
16. O que pensa sobre a Ater indígena? Fale um pouco.
17. Como é a relação dos povos indígenas com a natureza? Com a agricultura? Com os saberes dos antepassados?

**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EXTENSÃO RURAL E**  
**DESENVOLVIMENTO LOCAL**

**APÊNDICE B**

Roteiro de entrevista semiestruturada  
Público: profissionais de Ater /IPA

**Dissertação:** Um estudo da atuação da Extensão Rural em áreas indígenas nas regiões do Agreste e Sertão de Pernambuco

Data: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

**I. IDENTIFICAÇÃO:**

Nome:	Etnia: (caso seja índio)
Município (nascimento): Município (Escritório local):	Regional: Tempo de trabalho:
Sexo: M ( ) F ( )	
Idade: ( ) 20 a 25 anos ( ) 26 a 30 anos ( ) 31 a 40 anos ( ) 41 a 50 anos ( ) + 51 anos	
Função: ( ) Agente de Extensão ( ) Extensionista	
Formação:	
a) Técnico: Possui curso superior? ( ) Sim ( ) Não Qual? _____	
b) Extensionista: _____	
c) Pós-Graduação: ( ) Especialização: _____ ( ) Mestrado: _____( ) Doutorado: _____	
( ) não possui	

**II. SOBRE OS POVOS INDÍGENAS**

1. Você sabe qual povo indígena habita seu município? Você trabalha com os índios?
2. O que você pensa sobre o índio do seu município? E do Nordeste?
3. Conhece algo sobre a organização social, cultura, rituais, tradições do povo com o qual trabalha?

**III. ABORDAGEM DE EXTENSÃO RURAL EM ÁREAS INDÍGENAS**

4. Desde quando o IPA atende os índios do seu município? Quais as aldeias?

5. O Plano de Ação Municipal (PAM) é atualizado todos os anos em relação às demandas dos índios? Descreva:
6. Na atuação extensionista em áreas indígenas que parceiros estão presentes nas ações? Caso positivo: quais as atividades?
7. A Extensão Rural trabalha aspectos relacionados a organização social, cultura, autonomia, recursos naturais, território com os povos indígenas? Fale um pouco.

#### **IV. POLÍTICAS PÚBLICAS**

8. Atualmente, quais as políticas públicas implementadas nas comunidades indígenas?
9. Descreva seu trabalho em áreas indígenas?
10. Já houve alguma chamada pública para ATER indígena no seu município?
11. Os indígenas são incluídos nas atividades das Chamadas Públicas? Em quais atividades? Qual o número de famílias atendidas? Descreva a dinâmica das atividades.

#### **V. METODOLOGIA**

12. Que metodologias em áreas indígenas são utilizadas? Quais? Descreva:
13. Os projetos/atividades/ações são discutidas com a comunidade indígena?

#### **VI. PERCEPÇÃO DO TRABALHO EM ÁREAS INDÍGENAS**

14. Como você entende que deveria ser o trabalho da Extensão Rural em áreas indígenas?
15. Quais as diferenças e semelhanças do trabalho realizado com os agricultores familiares e os indígenas?
16. Em sua opinião, o trabalho em áreas indígenas exige alguma especificidade étnica?
17. Como você percebe a agricultura praticada nas áreas indígenas?
18. Você acha que o trabalho da Extensão Rural em áreas indígenas possui visibilidade no IPA?

#### **VII. PROCESSO FORMATIVO DOS PROFISSIONAIS DE ATER**

19. Você já havia trabalhado em áreas indígenas? Quais? Em que local?
20. Você já recebeu alguma capacitação sobre povos indígenas no IPA? Quais as suas fontes de informação sobre os povos indígenas?

#### **VIII. REDE DE ATER INDÍGENA**

21. Você já ouviu falar sobre a Rede Temática de Ater Indígena? Fale um pouco.
22. Já participou de alguma reunião ou outro evento sobre a Rede de Ater Indígena?
23. Conhece o atual coordenador da Rede Temática de Ater Indígena?

#### **IX. DIFICULDADES**

24. Quais as dificuldades enfrentadas para o desenvolvimento das atividades em áreas indígenas?
25. Existe dificuldades no diálogo com os povos indígenas? Em que aspectos? Fale um pouco.

**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EXTENSÃO RURAL E  
DESENVOLVIMENTO LOCAL**

**APÊNDICE C**

Roteiro de entrevista semiestruturada  
Público: gestores/as

**Dissertação:** Um estudo da atuação da Extensão Rural em áreas indígenas nas regiões do Agreste e Sertão de Pernambuco

Data: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

**I. IDENTIFICAÇÃO:**

1. Nome
2. Escolaridade
3. Função

**II. ABORDAGEM DA EXTENSÃO RURAL**

4. Em quais períodos ocupa/ocupou cargo de gestão no EMATER/IPA?
5. Tem conhecimento de trabalhos anteriores a 2006 com os povos indígenas?  
Descreva:
6. A FUNAI em algum momento participou/participa em parceria com a EMATER/IPA?
7. Fale um pouco sobre seu trabalho com os povos indígenas:
8. O IPA possui algum plano de ação específico para os povos indígenas:
9. Já realizou alguma capacitação sobre povos indígenas?
10. Tem conhecimento das ações, políticas implementadas em áreas indígenas?

**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EXTENSÃO RURAL E**  
**DESENVOLVIMENTO LOCAL**

**APÊNDICE D**

Roteiro de entrevista semiestruturada  
Público: articulador da RT de Ater indígena

**Dissertação:** Um estudo da atuação da Extensão Rural em áreas indígenas nas regiões do Agreste e Sertão de Pernambuco

Data: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

**I. IDENTIFICAÇÃO**

Nome:	
Município:	Regional:
Sexo: M ( ) F ( )	
Idade: ( ) 20 e 25 anos ( ) 26 e 30 anos ( ) 31 e 40 anos ( ) 41 e 50 anos ( ) + 51 anos	
Escolaridade: ( ) Técnico ( ) Superior _____	
Pós-graduação: ( ) Especialização ( ) Mestrado ( ) Doutorado	

**II. REDE TEMÁTICA DE ATER INDÍGENA**

1. Fale sobre o início da rede?
2. A rede está atualmente funcionando? Como funciona?
3. Você consegue discutir no IPA as problemáticas da rede?
4. Poderia citar as questões mais discutidas na rede em relação aos povos indígenas?
5. Existe algum diferencial antes e após a atuação da rede nas ações da Extensão Rural do IPA em áreas indígenas? Descreva.
6. Como é realizado o trabalho em áreas indígenas através da rede de uma forma geral?
7. Quais as dificuldades da atuação da rede?

## APÊNDICE E - Fotografias

**Foto 01**



Foto: Mônica Nunes / 2013

**Apresentação do Toré na aldeia Carrapateira  
1º Encontro dos Povos e Comunidades Tradicionais do Sertão  
Pankararu Entre Serras – Tacaratu – PE**

**Foto 02**



Foto: Mônica Nunes / 2013

**Propriedade indígena - Aldeia Carrapateira  
Pankararu Entre Serras - Palma Forrageira seca**

**Foto 03**



Foto: Mônica Nunes / 2012

**Aldeia Malhador – Povo Kapinawá  
Buíque – Agreste**

**Foto 04**



Foto: Mônica Nunes / 2012

**Reunião com os indígenas e o técnico local sobre DAP  
Aldeia Malhador – Buíque  
Povo Kapinawá**

**Foto 05**



Foto: Mônica Nunes / 2012

**Comercialização dos cultivos orgânicos do povo Xukuru do Ororubá  
Pesqueira – Agreste**

**Foto 06**



Foto: Mônica Nunes / 2012

**Diversidade de cultivos da agricultura orgânica do  
Povo Xukuru do Ororubá  
Pesqueira – Agreste**

**Foto 07**



Foto: Mônica Nunes /2012

**Museu Tronco Velho  
Povo Pankararu  
Tacaratu - Sertão**

**Foto 08**



Foto: José Fernando / 2013

**Demonstração de silo pelo técnico indígena  
Povo Pankararu - Aldeia Bem Querer de Cima  
Jatobá – Sertão**